

# Goiás

História Política  
(1726 - 2018)

*Fábio S. Santa Cruz*



  
editora  
UEG



# *Goiás*

História Política  
(1726 - 2018)



**EDITORA UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE GOIÁS**

**Presidente**

Antonio Cruvinel Borges Neto (Reitor)

**Vice-Presidente**

Claudio Roberto Stacheira (Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação)

**Coordenadora Geral**

Elisabete Tomomi Kowata

**Assessor**

Patrick Di Almeida Vieira Zechin

**Analista de Gestão Governamental – Biblioteconomia**

Andressa de Oliveira Sussai

**Revisão Técnica**

Elisabete Tomomi Kowata

**Revisão Geral e Linguística em Português**

Feeling Propaganda Ltda

**Capa, Projeto Gráfico e Editoração**

Feeling Propaganda Ltda

**Imagem da capa**

A capa é composta por um mapa antigo do Estado de Goiás em que o Estado de Tocantins ainda estava incorporado ao território goiano e a foto é um registro de um evento no Palácio Conde dos Arcos nos tempos da mudança da capital, do acervo de Bento Fleury publicada na seção História do Jornal Opção do dia 14 out. 2024.

**Conselho Editorial**

Adolfo José de Souza Andre (UEG-IAEL)

Daniel Blamires (UEG-IACSB)

Juliano Rodrigues da Silva (UEG-IACT)

Maisa Borges Costa (UEG-IACT)

Raphaela Christina Costa Gomes (UEG-IACAS)

Renata Carvalho dos Santos (UEG-IACSB)

Roseli Vieira Pires (UEG-IACSA)

Sebastião Avelino Neto (UEG-IACAS)

Sônia Bessa da Costa Nicácio Silva (UEG-IAEL)

Thiago Henrique Costa Silva (UEG-IACSA)

# Goiás

História Política  
(1726 - 2018)

*Fábio S. Santa Cruz*



  
editora  
**UEG**

© 2025, Editora UEG

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Catálogo na Fonte  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, GO, Brasil)

S232g Santa Cruz, Fábio Santiago  
Goiás: História Política (1726-2018) / Fábio Santiago Santa Cruz. - 1. ed. -  
Anápolis, GO : Editora UEG, 2025.  
188 p. ; il.; 16 x 22,5 cm  
ISBN 978-65-88502-67-9 (e-book)  
ISBN 978-65-83606-07-5 (Impresso)  
1. Historiografia brasileira 2. História de Goiás (1726 - 2018) 3. Ciência política.  
II. Santa Cruz, Fábio Santiago. III. Título.  
CDU: 94(817.3)

Andressa de Oliveira Sussai – CRB 1 / 3032

---

Esta obra é em formato de e-Book e impresso e foi financiada com recursos próprios da Universidade Estadual de Goiás - Processo SEI n. 202200020011455. A exatidão das referências, a revisão gramatical e as ideias expressas e/ou defendidas nos textos são de inteira responsabilidade do autor.

---



**EDITORA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**  
BR-153 – Quadra Área – CEP: 75.132-903  
Fone: (62) 3328-4866 – Anápolis -GO  
[www.editora.ueg.br](http://www.editora.ueg.br) / e-mail: [editora@ueg.br](mailto:editora@ueg.br)

## *Lista de Imagens*

Imagem 1: Luís da Cunha Meneses .....	35
Imagem 2: Francisco de Assis Mascarenhas .....	36
Imagem 3: Manoel Inácio Sampaio .....	49
Imagem 4: Felipe Antônio Cardoso .....	50
Imagem 5: Deputado André Augusto de Pádua Fleury .....	69
Imagem 6: Senador José Inácio Silveira da Motta.....	70
Imagem 7: Leopoldo de Bulhões .....	89
Imagem 8: Antônio Ramos Caiado (Totó Caiado).....	90
Imagem 9: Getúlio Vargas e Pedro Ludovico Teixeira .....	104
Imagem 10: Domingos Vellasco .....	105
Imagem 11: Foto da chegada de Getúlio Vargas ao Palácio das Esmeraldas. Primeiro presidente da República a visitar Goiás .....	107
Imagem 12: Jerônimo Coimbra Bueno - UDN .....	123
Imagem 13: Mauro Borges - PSD.....	124
Imagem 14: Material encontrado no campo de treinamento comunista de Dianópolis...	129
Imagem 15: Capa do Jornal do Brasil de 27 de novembro de 1964 (dia seguinte à intervenção em Goiás) .....	150
Imagem 16: Íris Rezende, Franco Montoro e Fafá de Belém .....	154
Imagem 17: Íris Rezende .....	171
Imagem 18: Siqueira Campos .....	172
Imagem 19: Ronaldo Caiado, líder da União Democrática Ruralista (UDR), na capa da Revista Veja (18/06/1986).....	173
Imagem 20: Lúcia Vânia, a primeira mulher eleita Senadora de Goiás (2002).....	175





# *Sumário*

- 09** APRESENTAÇÃO
- 13** POLÍTICA EM GOIÁS: UMA HISTÓRIA DO SÉCULO XVIII AO SÉCULO XXI
- 15** COLÔNIA (1726-1821)
- 39** INDEPENDÊNCIA (1821-1822)
- 55** IMPÉRIO (1822-1889)
- 75** REPÚBLICA OLIGÁRQUICA (1889-1930)
- 93** ERA VARGAS (1930-1945)
- 109** DEMOCRACIA POPULISTA (1846-1964)
- 131** REGIME MILITAR (1964-1985)
- 157** NOVA REPÚBLICA (1985-2018)
- 177** REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
- 185** SOBRE O AUTOR



# *Apresentação*

*Em política, a comunhão de ódios é quase sempre a base das amizades.*

Charles Tocqueville

Ainda que pareça um tanto quanto pessimista, a frase de Tocqueville acima citada reflete bastante bem a história da política brasileira e, conseqüentemente, goiana. Em política, ódios e amizades tornam-se conceitos abstratos, não raramente mais bem explicados pelas ideias de “aliados” e “adversários”. Aquele que ora lhe ombreia, outrora o ataca, e vice-versa, de acordo com os interesses, quase sempre legítimos, dentro de um jogo de relações de força a que acostumamos comparar com um xadrez.

Todavia, é importante lembrarmos que o conceito de política é bem mais amplo do que aquela prática partidária que estamos acostumados a ler nos jornais e assistir nos noticiários. Fazer política é parte integral do nosso dia-dia em sociedade, seja ela micro (no âmbito familiar, por exemplo), ou macro, do ponto de vista de uma comunidade, sociedade ou mesmo nação. Ao escolher o que faço com meu lixo, se como ou não carne, se prefiro a bicicleta à poluição dos automóveis, estou necessariamente fazendo política. Portanto, ainda que tendamos a negar a política em geral, por estar esta quase que automaticamente associada a partidos políticos, eleições, campanhas, ódios, intrigas e escândalos, o fato é que a política é parte intrínseca da nossa vida em sociedade e dependemos dela para qualquer atividade que exercemos no nosso dia-dia. Negá-la, portanto, é o primeiro passo para nos alienarmos da nossa própria condição social. Ou, como bem nos alertava o renomado arquiteto suíço Max Frish, quem não se ocupa de política já tomou a decisão política de que gostaria de se ter poupado.

É neste sentido que a presente obra é indispensável. Indispensável para a historiografia goiana (que há muito carece de uma reflexão crítica e histórica sobre a história política de Goiás), e indispensável para a sociedade goiana como um todo, que carece há muito de compreender o modo como seu estado natal foi forjado social e politicamente.

Assim, o que o leitor tem agora em mãos é um compêndio de quase 300 anos de história. Ainda que o recorte seja elástico, o esforço e os resultados

do autor são admiráveis. Há muito, como afirmei acima, a historiografia goiana necessitava de uma obra por meio do qual pudesse vislumbrar sua história política e dar a devida atenção às transformações muitas pelas quais Goiás passou dentro e fora das disputas nacionais. Fábio Santiago Santa Cruz me parece ser o historiador certo para esta investida. Pesquisador da história política brasileira desde sua graduação na UnB, Santa Cruz conquistou seu título de doutorado, em 2008, com uma importante tese sobre as ideias políticas do parlamento brasileiro no período imperial. Tal tese tornou-se livro em 2017, sob o título *Conciliação política no Império (1831-1855)*, publicado pela Editora Paco. Ali o autor já esboçava seu talento em analisar o ambiente político brasileiro, em seus jogos e interesses de poder, em suas tentativas de conciliação, em suas ideias e dilemas na construção de uma jovem nação. Dali em diante, o autor publicou diversos artigos científicos analisando a realidade e história política do Brasil (especialmente das regiões nordeste e centro-oeste) e América Latina.

A partir de 2019 Fábio Santa Cruz passou a dedicar-se a história de Goiás em suas publicações. Seu primeiro grande fruto foi a obra *Província imensa e distante: Goiás de 1821 a 1889*, publicada também pela Paco Editorial. Ali, a historiografia goiana passou a ser brindada com estudos profundos sobre a província de Goyaz no século 19 e o modo como a política se desenvolveu num sertão tão longínquo. Sua expertise para com a história política do Brasil imperial alargou-se com a realidade goiana.<sup>1</sup>

Todo este caminho intelectual percorrido pelo autor o trouxe ao desafio da presente obra. Ao iniciar sua análise já nos primórdios da colonização luso-paulista em Goiás, em 1726, o autor parte da ideia de que a política goiana tem suas raízes não apenas na formação de um estado constitucional, mas já na imersão do território e realidade goiana nas estruturas da burocracia administrativa portuguesa. Ainda que ali não se pudesse falar de partidos, de parlamento, ou de outras estruturas a que estamos acostumados no regime político atual, o fato é que sujeitos políticos já participavam da tomada de decisões importantes que impactaram diretamente no modo como a população (nativa, escravizada e colonizadora) estabelecia-se e lutava por sua sobrevivência social.

Vencido o desafio imenso de se analisar uma política em tempos e estruturas sociais tão distintas, Fábio Santa Cruz mergulha novamente em águas mais conhecidas de sua prática historiográfica: o império. Ali a administração da província goiana torna-se o foco da análise político-historiográfica do autor.

---

1 Mais recentemente, ainda em 2020, Fábio Santa Cruz publicou ainda a mais importante obra historiográfica sobre a história do futebol na região centro-oeste brasileira, intitulada *Futebol no Centro-Oeste: dos primórdios ao profissionalismo (1905-2018)*.

As decisões, determinações e o modo de se construir e realizar o jogo político imperial em Goiás deram o tom de um esforço analítico primoroso.

Por fim, o grande desafio da presente obra está na era republicana. O desafio é grande por uma dupla razão: por um lado, na república os jogos de poder se tornam muito mais complexos e pantanosos; por outro, ainda que já tenhamos completado mais de um século de regime republicano, muitos sobrenomes que outrora governaram o estado de Goiás ainda hoje pairam sobre a política goiana, tornando qualquer análise histórica, no mínimo desafiadora. Face a este desafio, os capítulos da história da República em Goiás ganharam cores marcantes. Aqui o autor foi capaz de descrever e analisar as complexas teias de poder que rumaram o estado de Goiás de sua condição de “atraso”, na Primeira República (1889-1930) às suas promessas de modernidade, sempre meandrando entre a rejeição ao velho e o fascínio do novo, entre o “Goiás Velho”, da “República Velha”, do “Tempo Velho”, e o “Tempo Novo”, sempre por vir.

Enfim, de Bartolomeu Bueno da Silva a Marconi Perillo, passando por Bulhões, Almeidas, Caiados, Teixeiras, Rezendes e muito mais, a história política de Goiás foi brindada na presente obra por uma historiografia absolutamente atual e robusta. Para aqueles que se deleitam com *House of Cards* ou *Game of Thrones*, em nada perderão de seu apetite e interesse político ao conhecer mais profundamente a história de Goiás, pois, como bem expressava Winston Churchill: “A política é quase tão excitante como a guerra, e não menos perigosa”.

Prof. Dr. Robson Gomes Filho

Professor e pesquisador da Universidade Estadual de Goiás



# *Política em Goiás: uma História do Século XVIII ao Século XXI*

O ânimo português para criar, no século XVIII, uma nova área de exploração colonial, dessa vez próxima ao rio Vermelho, em terras que ficavam além da Capitania de São Paulo, deu origem a uma nova civilização, que cresceu muito, transformou-se institucionalmente, congrega hoje mais de 240 municípios, mas começou como um pequeno arraial, de nome Sant'Anna, isolado no interior do continente. Neste arraial, desde os primórdios, os habitantes discutiam a sua própria vida em comum e tomavam decisões. Faziam política, como é comum de se dizer.

Sant'Anna, como *pólis* nascente, definiu hierarquias, estabeleceu leis, consolidou costumes e sentiu, em seus primeiros anos, todos os antagonismos em torno destas mesmas hierarquias, leis e costumes. Já em sua ocupação inicial se tornou uma comunidade formada por aqueles que tinham muito poder, por outros que queriam mais poder e por quem reagia ao poder, ou seja, uma comunidade que pulsava politicamente.

Desde quando Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, chamado de descobridor de Goiás, nomeou prepostos para controlar os arraiais subordinados a Sant'Anna e viu suas nomeações serem contestadas, houve rebelião entre os habitantes daquelas terras. Era uma época em que disputas políticas não se limitavam às palavras. No sertão do século XVIII, os homens usavam muito de intimidação e força e pouco de argumentos retóricos. Mas também chegavam a decisões consensuais, em ambientes de debate, negociação e acordo, como aconteceu em 1737, na assembleia que foi chamada de Junta de Ministros, a primeira assembleia goiana com poderes oficiais, isto é, poderes reconhecidos por agentes estatais.

A política goiana, década após década, foi moldada por diferentes sistemas que lhes eram impostos: o absolutismo português, o liberalismo oligárquico após a independência do Brasil, o coronelismo da Primeira República, a democracia populista, o autoritarismo do Estado Novo e do Regime Militar. Sistemas que foram absorvidos em Goiás com bastante submissão, mas também com as possíveis adaptações aos modos locais, o que lhe dava originalidade. A prática

política em Goiás foi, historicamente, um jeito peculiar de exercitar a política colonial portuguesa e a política imperial e republicana brasileira.

Goiás já foi um conjunto de arraiais paulistas submetidos a uma superintendência geral de minas e, em seguida, a uma Câmara Municipal. Depois, tornou-se Capitania, com governadores nomeados pelo próprio rei de Portugal. Transformou-se em província do Império do Brasil no século XIX e desde 1889 é um Estado autônomo, membro de uma república federativa. Para cada uma destas configurações político-administrativas, condições específicas de debates, disputas e deliberações, algumas garantindo nível de participação mais ampla, outras mais restritas, em oscilação notável, principalmente no século XX.

Constituições regulando os goianos foram várias. Algumas brasileiras, outras regionais, específicas de Goiás. Uma delas foi monárquica. As outras, no século XX, republicanas. Todas impondo princípios e definindo aparatos estatais, com viés democrático ou autoritário, dependendo da época. Eleições foram realizadas desde o período colonial, mas se transformaram muito ao longo dos séculos. Já tiveram participação muito restrita, notável distorção de suas regras, falseamento de resultados e nem sempre os partidos políticos estiveram presentes na disputa. Na década de 1930, com a criação da Justiça Eleitoral, a situação mudou visivelmente: o regramento ganhou força, se impôs e a sua distorção tornou-se cada vez mais difícil. Foi assim que a disputa pelo voto se tornou um dos jogos mais importantes para a política de Goiás, despertando crescente interesse e participação. E assomaram, como grandes líderes eleitorais, personalidades diversas: elitistas e demagogos, moderados e radicais, tradicionalistas e desenvolvimentistas, uns que eram bons de bastidores e outros bons de discurso, enfim, estilos variados e convicções contrastantes.

Constituições, disputas eleitorais, líderes, entidades e princípios políticos de todo tipo. A história da política goiana não é, certamente, uma história monótona. A única constante foi a adesão ao Brasil. Tanto ao Brasil colonial, submetido à Coroa portuguesa, quanto ao Brasil independente, depois de 1822. Não houve, em ano algum, manifestação goiana digna de nota que defendesse sua ruptura com São Paulo, com o Rio de Janeiro, com Brasília ou, de qualquer forma, com a comunidade brasileira em geral.

A história política goiana, de 1726 a 2018, é uma faceta interessante e reveladora da história política brasileira, como já foi dito em outras palavras. O objetivo aqui é atravessar oito fases (em oito capítulos) desta história política e observar, panoramicamente, alguns dos seus aspectos mais marcantes, propiciando um ponto de vista específico da obra humana que ergueu ao longo de 300 anos o atual Estado de Goiás e sua sociedade, cada vez mais complexa, diversa e rica em debates internos.

# *Colônia*

## *(1726-1821)*

### **A EXPEDIÇÃO DE 1722 E O ÍMPETO DE AUTONOMIA PAULISTA**

Em julho de 1722, partiu de São Paulo mais uma expedição para devassar o interior do continente. Essa era chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva, filho de um sertanista cujo nome era o mesmo. O apelido também era igual: Anhanguera, que significava “diabo velho” e havia sido dado pelos indígenas. O Anhanguera filho, em sua expedição de 1722, carregava consigo um regimento oficial, assinado pelo governador colonial de São Paulo, que lhe dava amplos poderes e o designava como “cabo da tropa”, isto é, como chefe da expedição. O regimento lhe dava, inclusive, o poder de nomear um guarda-mor, um tesoureiro e um escrivão na região onde se iniciasse a exploração mineral, ou seja, antecipava o poder político e administrativo que Bartolomeu teria em arraiais ainda a serem fundados. Repetia-se, assim, uma prática comum no período colonial. Os bandeirantes paulistas partiam para o sertão com a certeza de que teriam grande poder sobre as áreas conquistadas.

Havia sido assim também em Minas Gerais, cuja colonização se iniciou décadas antes, na passagem do século XVII para o XVIII. Os bandeirantes paulistas avançavam sobre o sertão, tomavam posse de terras ricas em minérios e sentiam que, por serem os desbravadores e ocupantes, eram merecedores de direitos e poderes especiais sobre o território ocupado. Consideravam-se autônomos e diziam que aquela sua autonomia não podia ser afrontada sequer pelo rei. Foi em defesa dessa autonomia que se revoltaram em 1707 na Guerra dos Emboabas.

O Anhanguera filho conhecia bem esse extremado sentimento de autonomia. Pertencia a uma família paulista de grandes sertanistas e o seu genro, Domingos Rodrigues do Prado, já havia liderado uma revolta contra autoridades coloniais na vila de Pitangui (Minas Gerais), em 1719. Antes de organizar a expedição de 1722, Bartolomeu Bueno deixou claro ao governador colonial de São Paulo que esperava receber, como recompensa, as “honras e mercês” (Luís, 1938, p.185) que o rei costumava conceder aos bandeirantes descobridores de riquezas. Queria, afinal, garantir poder e autonomia.

A expedição de 1722 deveria repetir o caminho de uma outra, que teve início em 1682 e chegou à “terra dos guayazes”, ou seja, à terra do povo indígena Goyá (ou Guayá). Nessa primeira expedição, de quarenta anos antes, o próprio Anhanguera filho esteve presente, com apenas 10 ou 12 anos de idade, acompanhando o pai. A nova expedição, em 1722, seguiu uma jornada longa, árdua e quase se extinguiu com as deserções e mortes de seus membros. Após quase três anos percorrendo regiões desertas, descobriu ouro próximo ao rio Vermelho e ao ribeirão das Cabrinhas. Os bandeirantes voltaram a São Paulo com a boa notícia e depois retornaram ao local da descoberta, dessa vez para estabelecer um povoado. Ali teve início a exploração do solo e a colonização portuguesa.

À região, passaram a chegar cada vez mais paulistas. Assim surgiu o arraial de Sant’Anna, onde Bartolomeu Bueno da Silva se impôs, com cargos reconhecidos pela Coroa portuguesa e com o ímpeto de autonomia próprio dos paulistas e próprio de sua família.

### **BARTOLOMEU BUENO, SUPERINTENDENTE GERAL DAS MINAS (1726-1733)**

Bartolomeu Bueno da Silva foi agraciado a princípio com o cargo de capitão-mor, que era um posto comum nas várias vilas e arraiais do Brasil colonial, mas a patente pela qual se tornou mais conhecido (e é a mais citada nos textos que abordam a sua vida) foi a de superintendente geral das minas. Estava sob o seu poder não só o arraial de Sant’Anna, o primeiro da região, mas também os outros, que em poucos anos surgiram e desenvolveram intensa atividade mineratória.

Para cada arraial, era nomeado um superintendente (local) e um guarda-mor. As nomeações cabiam ao superintendente geral. Bartolomeu, portanto, estava no topo da hierarquia político-administrativa regional e pode ser considerado o primeiro governante geral das “minas dos guayazes”, área inicial da futura Capitania de Goiás. Estava atendida, então, a sua reivindicação por “honras e mercês”.

Mas não demorou para que Bartolomeu Bueno da Silva se visse diante de adversários poderosos. Primeiro, foi o novo governador colonial de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, que chegou a prender Bartolomeu em Santos no ano de 1729. O Conselho Ultramarino considerou a prisão indevida e ordenou a sua libertação. Em 1732, outro adversário. No arraial de Meia Ponte, teve início uma revolta. O guarda-mor Manoel Rodrigues Tomar rebelou-se contra Antônio de Oliveira Costa, superintendente nomeado por Bartolomeu Bueno da Silva para aquele arraial. A revolta era apoiada pela comunidade e Tomar assumiu, por decisão própria, a superintendência.

Bartolomeu reagiu. Enviou Manuel Dias da Silva para impor ordem ao arraial. Houve uma segunda revolta e o enviado do superintendente geral foi expulso. O governo colonial paulista precisou intervir. Manoel Rodrigues Tomar foi preso, levado a São Paulo e proibido de retornar às minas dos guayazes. Estabelecida essa proibição, foi libertado.

Em 1733, mais uma rebelião, dessa vez no próprio arraial de Sant'Anna, contra agentes do governo colonial de São Paulo. O ambiente era propício para toda aquela turbulência. O conhecido sentimento de autonomia paulista não se continha. Arraiais se rebelavam contra o superintendente geral, que se desentendia, por sua vez, com o governo colonial de São Paulo. A instabilidade era permanente.

Antônio Luís de Távora, novo governador de São Paulo a partir de agosto de 1732 (e conde de Sarzedas a partir de 1735), reagiu às agitações nas minas dos guayazes. No mesmo ano da revolta do arraial de Sant'Anna, nomeou um novo superintendente geral para substituir o Anhanguera. Era o ouvidor-geral de São Paulo, Gregório Dias da Silva. Bartolomeu Bueno da Silva manteve apenas a posição de capitão-mor. Aumentava, assim, o controle paulista sobre a região. Era missão do governador Távora, representante da Coroa portuguesa, pacificar os arraiais e submetê-los à obediência.

Bartolomeu Bueno, capitão-mor de prestígio decadente e cada vez mais desprovido de poder, ganhou a imagem de um desbravador injustiçado, esquecido e pobre, de morte triste, em 1738 ou 1740. “Bartolomeu Bueno, no último estágio de sua vida, foi um desprezado, tendo deixado de existir na maior miséria”, escreveu o historiador goiano Americano do Brasil (1980, p. 32).

## **O GOVERNADOR TÁVORA E A JUNTA DE MINISTROS DE 1737**

O governador Antônio Luís de Távora e o superintendente geral Gregório Dias da Silva se empenharam para submeter os arraiais goianos ao poder da Coroa portuguesa. Foram tomadas providências para reforçar o controle sobre as estradas da região, a arrecadação de impostos e a divisão de terras para mineração. O poder repressivo foi acentuado com a criação de duas tropas militares (companhias de ordenanças). As minas dos guayazes, cada vez mais populosas, foram divididas em dois distritos (Sant'Anna e Meia Ponte), mas ambas ainda subordinadas à superintendência geral.

A reação dos mineradores às mudanças e imposições foi rápida. Mais uma vez, houve revolta no arraial de Sant'Anna. E também em Crixás, Carlos Marinho (São Félix), São José do Tocantins e outras localidades. Na região das minas do Tocantins, as revoltas foram mais intensas. Alguns rebeldes alegavam que suas comunidades não estavam subordinadas à Capitania de São Paulo, mas

sim à do Maranhão. Assim, surgiu a possibilidade de São Paulo perder alguns dos seus arraiais para outras capitanias. O governador colonial do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, demonstrou interesse em colocar sob o seu poder as regiões de Carlos Marinho e Meia Ponte.

Em 1737, o governador Távora, sem abandonar o objetivo de reforçar a autoridade da Coroa, decidiu moderar sua ação e apaziguar os ânimos. Convocou uma assembleia de autoridades dos arraiais, chamada de *Junta de Ministros*. Essa assembleia foi realizada em Meia Ponte. Todas as providências adotadas pelo governo anteriormente foram mantidas. Por outro lado, foram convocadas as eleições dos juizes ordinários nos arraiais. Os juizes ordinários simbolizavam a autoridade da Coroa, mas eram eleitos pelos homens mais ricos e poderosos das comunidades e julgavam de acordo com os costumes locais, o que satisfazia bastante os mineradores.

O governador Távora, depois de encerrada a Junta dos Ministros, viajou ao norte para impor a sua autoridade, mas também para negociar com mineradores poderosos. Todo aquele esforço conciliatório foi bem-sucedido. Meses depois, um intendente do governo paulista declarava que o arraial de Carlos Marinho (São Félix) já era considerado “arraial conquistado” (Arrais *et al.*, 2019, p. 116), ou seja, arraial sob o poder do governo de São Paulo.

Na viagem de regresso, Antônio Luís Távora adoeceu e faleceu no arraial de Traíras. Não pôde cumprir uma determinação que havia recebido de D. João V, rei de Portugal: fundar a primeira vila da região das minas dos guayazes. O fundador seria o seu sucessor, Luiz de Assis Mascarenhas.

## **VILA BOA (1739)**

Em 13 de julho de 1739, Luiz de Assis Mascarenhas, governador colonial de São Paulo, chegou ao arraial de Sant’Anna para fundar a primeira vila da região. Um arraial, ao tornar-se vila, ganhava relevância política e passava a ter o direito de estabelecer sua Câmara Municipal, dotada de poder para administrar a localidade. Agostinho Pacheco Teles, superintendente geral que sucedeu Gregório Dias da Silva, preferia que o arraial elevado à condição de vila fosse Meia Ponte, por ser mais salubre. Mas predominou a opinião do falecido governador Távora. Sant’Anna, transformada em vila, ganhou um novo nome: Vila Boa.

A fundação da vila foi carregada de simbolismo, como era próprio das monarquias (e continua sendo até hoje). Houve a nomeação dos primeiros ocupantes dos cargos da vila e a instalação do Pelourinho, uma coluna de pedra ornada com as insígnias do rei de Portugal. O Pelourinho simbolizava o novo status da comunidade. Alguns dias depois, o governador definiu os locais da praça central e da Casa de Câmara e Cadeia (sede da Câmara Municipal). Estava

definido, assim, o centro da vila, que serviria de referência para o traçado das ruas e a construção das casas. Muita pompa e solenidade marcou cada uma destas cerimônias.

Homens residentes na própria Vila Boa assumiriam posições para preservar e defender as leis, a ordem e as tradições. Eles ocupariam os cargos de vereadores, almotacés, tabeliães, síndicos, meirinhos e escrivães, entre outros. Ou seja, vilaboenses transformados em agentes a serviço da Coroa e dedicados a fazer com que a vila e os arraiais se pusessem em submissão ao rei.

Cada símbolo (vestes, insígnias, bandeiras, discursos, referências religiosas) reforçava a supremacia da Coroa portuguesa e a certeza de que aquele novo município lhe devia lealdade. Em Vila Boa, o poder do rei de Portugal podia ser visto diariamente em todos os lugares. E esse poder, ali presente, tinha enorme impacto sobre as relações entre Portugal e Espanha. A fundação da vila quebrava o Tratado de Tordesilhas. Era a ocupação de terras que, segundo o acordo de 1494, estavam sob o domínio espanhol. Era uma coroa desafiando outra. No sertão dos guayazes, dava-se mais um movimento do complexo jogo geopolítico que definiria as fronteiras da América do Sul no século XVIII.

## **CAPITANIA DE GOIÁS (1748)**

O passo seguinte, após a fundação de Vila Boa, foi o estabelecimento de uma nova Capitania, em território desmembrado de São Paulo. Essa nova Capitania aumentaria o controle sobre os arraiais goianos e marcaria de modo ainda mais enfático a presença portuguesa na região.

Mas antes da Capitania, foi estabelecida uma prelazia. A diocese do Rio de Janeiro não conseguia dar atenção e oferecer serviços religiosos em grau satisfatório aos habitantes do interior do continente, que se tornavam mais numerosos à medida que as atividades de mineração cresciam. Desde 1719 já se cogitava o estabelecimento de uma diocese em Minas Gerais. Os entendimentos entre Portugal e o Vaticano deram origem à bula papal *Candor Lucis Aeternae*, publicada por Bento XIV em 6 de dezembro de 1745. O documento separou quatro territórios da diocese do Rio de Janeiro e neles instituiu as dioceses de São Paulo e de Mariana e as prelazias de Goiás e de Cuiabá. O nome “Goyaz” (derivado de “guayazes”) já era usado para designar uma comarca judicial<sup>1</sup> criada em 1733 e foi referido em latim na própria bula papal ao definir os limites entre as duas prelazias.

A bula tinha importância política evidente. Ao reconhecer como legítima

---

1 Mafalda Soares da Cunha e Antônio Castro Nunes indicam a criação da comarca em 1733, mas advertem: “Temos algumas dúvidas em relação a essa data.” (Cunha e Nunes, 2016, p. 17).

a existência de Cuiabá e Vila Boa e estabelecer prelações nessas duas vilas, o papa Bento XIV conferia legitimidade à presença portuguesa na região e, conseqüentemente, abatia ainda mais o Tratado de Tordesilhas, que havia recebido a aprovação do papa Júlio II em 1506.

Em 1748, foi criada a Capitania de Goiás, por ordem do rei. O primeiro governador chegou a Vila Boa para tomar posse do seu cargo no ano seguinte, em 8 de novembro de 1749. Era Marcos José de Noronha e Brito, sexto conde dos Arcos, que vinha da Capitania de Pernambuco, onde havia sido governador por três anos.

Aos 8 dias do mês de Novembro de 1749, nesta Vila Boa de Goiás, nas casas da câmara dela, na presença do Senado da Câmara da mesma vila e povo dela, sendo aí lida a patente real com que Sua Majestade faz e nomeia governador e capitão-general destas minas ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. D. Marcos de Noronha, em virtude de que tomou posse do mesmo governo. De que fiz este termo, em que assinaram o dito Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. governador e capitão-general e oficiais da câmara. — E eu Ângelo dos Santos Cardoso, secretário do governo, o escrevi e assinei. D. Marcos de Noronha. Ângelo dos Santos Cardoso. Agostinho Luiz Ribeiro. Manoel da Silva. Inácio Barbosa da Silva. João Ferreira Barros (Alencastre, 1979, p. 88).

Não havia como retroceder o processo de ocupação portuguesa em todas as terras desbravadas pelos paulistas e a Coroa espanhola estava ciente disso. Uma solução mais razoável era negociar. Em 1746, tiveram início os ajustes diplomáticos e em 1750 foi assinado o Tratado de Madri, que reconheceu como território de Portugal “tudo o que tem ocupado no distrito de Mato Grosso, e dele para a parte do oriente, e Brasil” (Artigo III). Assim, o que hoje é chamado de Centro-Oeste tornou-se oficialmente português. Foram reconhecidas também como terras portuguesas parte da região amazônica e da região ao sul de São Paulo. A Espanha, por sua vez, garantiu o domínio sobre o rio da Prata, que considerava importantíssimo. Além disso, consolidou o seu poder sobre colônias na Ásia, que deveriam ser portuguesas, de acordo com Tratado de Tordesilhas (as Filipinas, por exemplo).

## **O PRIMEIRO GOVERNADOR DA CAPITANIA DE GOIÁS: CONDE DOS ARCOS (1749-1755)**

Coube a Marcos José de Noronha e Brito, o sexto conde dos Arcos, consolidar o governo da Capitania. Sua experiência o recomendava bem. Vinha

de Pernambuco, uma Capitania conhecida pela prepotência de seus grandes senhores e autoridades, que já haviam se rebelado contra os governadores coloniais mais de uma vez. O conde dos Arcos, entre os pernambucanos, governou sem turbulências e a expectativa era a de que fizesse o mesmo em Goiás.

O governador deparou-se com graves problemas. Em documentos enviados a Portugal, fez várias reclamações: escassez de forças militares, declínio da arrecadação de impostos, reduzida circulação de moedas na Capitania e insuficiência de recursos para o pagamento de ordenados, isto é, para as “despesas da folha” (Arquivo Histórico Ultramarino, Capitania de Goiás, doc. 458). O problema da escassez de forças militares era especialmente preocupante em razão dos ataques indígenas às minas e fazendas.

O governador reclamou, mas agiu. Quanto aos problemas dos ataques indígenas, que era um dos mais graves da época, o conde dos Arcos entendeu-se com os colonos goianos e admitiu “guerras justas” contra os nativos hostis, mas a prioridade, ordenada pelo próprio governo real português, era aldear e catequizar. O governador fundou dois aldeamentos para civilização e catequese (São José do Duro e São Francisco Xavier do Duro) e recebeu do próprio rei uma manifestação de louvor por essas iniciativas (Provisão de 22 de maio de 1753 *apud* Chaim, 1983, p. 82).

Governou por seis anos e recebeu da Coroa portuguesa uma demonstração notável de aprovação e satisfação com o trabalho realizado: foi nomeado vice-rei do Estado do Brasil, a posição que, em teoria, estava acima de todas as outras na administração colonial. O conde dos Arcos assumiu esse novo cargo em dezembro de 1755, na cidade de Salvador (Bahia).

Não apenas o rei de Portugal admirou o governo do conde dos Arcos em Goiás. Essa boa impressão se prolongou para a posteridade. José Pereira de Alencastre, no século XIX, fez críticas ao conde, mas salientou sua probidade e inteligência. E concluiu: não foi um mau governo, mas “marchou com a lentidão que lhe permitiam os embaraços e dificuldades, que a cada passo encontrava” (Alencastre, 1979, p. 88). O historiador Luis Palacín, no século XX, tratou o governo do conde dos Arcos como um “bom governo”, além de falar do seu “amor à justiça” e de sua compaixão pelos indígenas (Pereira e Moraes, 2020, p. 124-125). O palácio usado como residência pelos governadores coloniais em Vila Boa (cuja construção foi iniciada na época em que o conde dos Arcos esteve no poder) foi denominado, em sua homenagem, Palácio Conde dos Arcos. Nome que mantém até hoje.

## **UM GOVERNADOR SOB ACUSAÇÕES: O CONDE DE SÃO MIGUEL (1755-1759)**

O sucessor do conde dos Arcos foi o conde de São Miguel, Álvaro José Xavier Botelho da Távora, que passou por situação gravíssima. Seu maior tormento não foi governar uma Capitania sertaneja e rústica, mas sim as acusações que tinham o potencial de torná-lo um criminoso e traidor do próprio rei. Os anos que viveu em Goiás “não foram felizes e tiveram trágicas consequências” (Alencastre, 1979, p. 135).

A política regional goiana cada vez mais se moldava à dinâmica da política colonial portuguesa, que se caracterizava pela multiplicidade de poderes ou “multiplicidade de núcleos e polos de poder” (Lemes, 2005, p. 23). Esses vários polos de poder se equilibravam e se vigiavam, de modo tenso, enquanto o rei, com o apoio de seus auxiliares mais próximos, se colocava em posição de árbitro e mediador das disputas (inevitáveis em um sistema com essa dinâmica). Sendo múltiplos os polos de poder, as disputas não cessavam e o rei estava constantemente sendo chamado a arbitrar e mediar, o que reforçava a sua suprema autoridade.

O rei, em tom paternal, não desprezava nenhum grupo político considerado legítimo. Também não superestimava. Preservava assim o equilíbrio, a multiplicidade e a sua posição privilegiada de grande entidade central mediadora, extremamente poderosa. Agia desse modo até o limite do possível, conforme aconselhava a tradição e a experiência dos monarcas portugueses. Estavam excluídos dessa dinâmica (isto é, eram desprezados) apenas os interesses políticos considerados ilegítimos e abomináveis, isto é, aqueles que estavam em oposição ao Estado português, à Igreja Católica e às tradições.

A Coroa portuguesa, certamente, percebia o quanto essa dinâmica lhe era benéfica, mas também sabia dos riscos de uma realidade mantida em permanente estado de tensão. O ideal era que o equilíbrio e a multiplicidade de poderes fossem não só mantidos, mas mantidos em níveis de acirramento reduzidos, impedindo que qualquer região do Brasil chegasse a um estado de rebelião latente ou, ainda pior, de rebelião de fato. As revoltas, afinal, eram episódios de colapso na dinâmica política colonial, com seus relatos chocantes de colonos empunhando armas e desafiando autoridades cujo poder era concedido e reconhecido pelo próprio rei. Situação indesejada e preocupante. Aos governadores das capitanias, cabia evitar tais colapsos. Foi o que conseguiu fazer o conde dos Arcos. O conde de São Miguel, por outro lado, acabou arrastado por uma crise que inviabilizou o seu governo e o desmoralizou.

A princípio, o conde de São Miguel quis dar continuidade ao trabalho de consolidação do governo da Capitania e resolução dos seus problemas. Os ataques

indígenas continuavam sendo assunto de importância maior. Rapidamente, porém, o conde se viu cercado por dois poderosos inimigos: Sebastião José de Carvalho e Melo (ministro do rei D. José I e futuro marquês de Pombal) e o conde dos Arcos, vice-rei do Estado do Brasil. O ministro considerava a família Távora uma representante de peso da aristocracia retrógrada, que atrapalhava seus planos de modernizar Portugal. Precisava enfrentá-la (e o conde de São Miguel, que pertencia àquela família, não seria poupado). O conde dos Arcos, espertamente, adotou postura idêntica à do ministro que ganhava cada vez mais influência junto ao rei.

Nesta contenda entre polos de poder que envolveu Lisboa, Salvador e Vila Boa, o conde de São Miguel teve ânimo para se defender e também atacar. Lançou contra o vice-rei (que, aliás, era seu cunhado) acusações de ilegalidades durante o seu período de governo em Goiás. Em vão. Com o passar dos meses, a situação do governador Távora foi a que mais se degradou.

O enfrentamento ganhou tons mais dramáticos em 1758, após o atentado à vida do rei, em Lisboa. O ministro Carvalho e Melo acusou os jesuítas e a família Távora de planejar o regicídio e desencadeou uma ferrenha perseguição a ambos. Em Goiás, reclamações e acusações contra o conde de São Miguel ganharam força. O governador se viu acuado e em situação periclitante. No mesmo ano de 1758, foi nomeado um substituto. Álvaro José Xavier Botelho da Távora deixou o governo no ano seguinte com a pecha de corrupto e temendo que a perseguição movida contra a sua família o atingisse de modo terrível. O processo instaurado, poucos anos depois, para verificar o quanto eram verdadeiras as denúncias de corrupção foi o maior desse tipo na história colonial brasileira.

## **O GOVERNO DE JOÃO MANOEL DE MELO (1759-1770) E O GOVERNO PROVISÓRIO DE 1770**

Em julho de 1759, assume João Manoel de Melo o governo da Capitania de Goiás. Ficou marcado pelo impacto restrito de suas ações em assuntos relevantes e pela sua própria frustração diante da realidade goiana. No ano seguinte à sua posse, o governador já se mostrava extremamente decepcionado e insatisfeito. Em carta enviada a Portugal, disse que a Capitania estava “totalmente pervertida” e que, se soubesse daquela situação antes de ter atravessado o Atlântico, teria pedido “de joelhos” que o mandassem não para Goiás, mas para o Japão (Rocha Junior, 2011, p. 146). Apesar disso, permaneceu mais de dez anos no cargo, o que pode ser explicado pela confiança que seu nome inspirava no ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (conde de Oeiras desde julho de 1759, futuro marquês de Pombal).

O governador foi incumbido de expulsar os jesuítas de Goiás e seguir a lei do Diretório dos Índios. Expulsar os jesuítas foi um trabalho que quase não precisou ser feito. Havia apenas dois na Capitania. Muito mais difícil era a aplicação da lei do Diretório dos Índios (1757), que preconizava o respeito aos povos nativos e a cristianização pacífica em aldeias. A lei permaneceu sem ser cumprida em Goiás. Durante todo o seu governo, João Manoel de Melo não fundou nenhuma aldeia para a civilização e catequese dos indígenas. Foi uma época em que predominou a “guerra justa”, que escravizava e exterminava os indígenas. Era exatamente esse tipo de guerra que o ministro Carvalho e Melo queria evitar.

Outro assunto importante era o processo especial contra o conde de São Miguel, iniciado pelo desembargador Manoel da Fonseca Brandão em 1763. O governador tinha enorme interesse no resultado final daquela devassa. Em 1765, o desembargador concluiu seu trabalho. Das 24 acusações contra o ex-governador, apenas uma foi considerada real, o que reabilitou, pelo menos parcialmente, a reputação do conde. Para o governador João Manoel de Melo, que tinha a expectativa de ver comprovadas as acusações de atos ilícitos, foi mais uma frustração.

João Manoel de Melo chefiou um governo frustrante e que chegou ao fim repentinamente, com a sua morte súbita, no dia 13 de março de 1770. Diante daquela situação inesperada, a Câmara Municipal de Vila Boa decidiu agir. Convocou os vereadores, o ouvidor, os juízes ordinários, o procurador da Câmara, chefes militares e outras personalidades para eleger um governo provisório. Os seus três membros eram um ouvidor e dois militares (Antônio José Cabral de Almeida, Antônio Thomas da Costa e Damião José de Sá Pereira). Ficaram incumbidos de tratar dos assuntos públicos da Capitania até a chegada do novo governador nomeado pela Coroa.

A informação de que havia um novo governo em Goiás provocou, no Rio de Janeiro, reação veemente do marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil desde 1769. Para o marquês, os vilaboenses deveriam ter solicitado a sua autorização, aguardado uma determinação do rei e não avançado além de suas prerrogativas. Aquele governo provisório, em sua opinião, era ilegal. Para substituí-lo, Lavradio escolheu, como governador interino, Antônio Carlos Furtado de Mendonça.

Em Vila Boa, as ordens do marquês do Lavradio não foram bem recebidas. A ideia de deixar a Capitania sem governo foi considerada um despautério e a repreensão provocou enorme descontentamento. A reação mais incisiva foi a de Damião José de Sá Pereira, capitão da Companhia dos Dragões (principal corpo militar presente em Goiás) e membro do governo provisório. Sua atitude de resistência ao governador interino foi explícita, chegando a ridicularizar publicamente suas determinações. Em consequência, acabou preso.

Antônio Carlos Furtado de Mendonça permaneceu no governo da Capitania de Goiás até julho de 1772. Em seu lugar, assumiu José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho, nomeado pelo rei em setembro de 1770. Para satisfação dos vilaboenses, a decisão de nomear um governo provisório de três membros não recebeu nenhuma reprimenda da parte do rei D. José I. Ao fim da desavença com o vice-rei, a vila sertaneja não se sentia nem punida, nem humilhada.

## **DOIS GOVERNADORES CONTRA A CÂMARA DE VILA BOA (1772-1783)**

Nos dois governos seguintes ao de Antônio Carlos Mendonça Furtado, a Câmara Municipal de Vila Boa precisou erguer-se em defesa de seus direitos e poderes. Foram os governos de José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho (de 1772 a 1778) e Luís da Cunha Meneses (de 1778 a 1783). A Câmara estava preparada para enfrentá-los. Havia aprendido bastante após rivalizar com o marquês de Lavradio e com o seu nomeado para o governo interino da Capitania.

Soveral e Carvalho, homem da nobreza de Portugal, não se preocupou em respeitar as autoridades sertanejas e tomou decisões que afrontaram a Câmara Municipal. Decidiu, por exemplo, que o seu governo podia fazer uso de dinheiro que cabia à Câmara administrar. Foi uma afronta grave e o governador admitiu o ocorrido. Justificou-se alegando que o dinheiro era necessário para iniciativas governamentais e que a Câmara Municipal administrava mais recursos do que o necessário para suas despesas. Havia mais reclamações: nomeação irregular de parentes, ocultação de leis enviadas de Portugal, prisões ilegais e perseguição a desafetos, entre outras.

O Conselho Ultramarino pediu esclarecimentos ao governador, que se explicou, mas não convenceu. Foi repreendido e desautorizado pelo Conselho Ultramarino, com a concordância da Coroa. Ao saber da nomeação de um novo governador, em 1778, Soveral e Carvalho decidiu deixar Vila Boa sem esperar a chegada do seu sucessor. Antes, transmitiu o poder a um governo interino (composto por três membros, assim como em 1770). A cerimônia para a transmissão de poder se deu na residência do governador, não na Câmara Municipal, que era o local apropriado, segundo a lei e a tradição. Foi a última afronta de Soveral e Carvalho à Câmara.

Mesmo depois da saída de Soveral e Carvalho de Vila Boa, o juiz José Cardoso da Fonseca, presidente da Câmara Municipal, enviou uma carta à rainha D. Maria I com várias denúncias. Era um “verdadeiro libelo” (Lemes, 2005, p. 81) contra Soveral e Carvalho e dava o tom da animosidade que marcou a política goiana de 1772 a 1778.

Luís da Cunha Meneses, sucessor de Soveral e Carvalho, expressou logo no início do seu governo o interesse em dar continuidade ao que já vinha sendo feito. O conflito, então, foi inevitável. O governador foi acusado de comportamento tirânico, de sentir “ódio e desprezo público” (Lemes, 2005, p. 87) por autoridades da vila e de tratar como ignorantes os membros da Câmara Municipal. Em sua opinião, aliás, a Câmara deveria ser presidida por um “ministro de letras” (Lemes, 2005, p. 88). Meneses também defendeu a instituição, em Goiás, de juizes de fora, que possuíam formação jurídica, ao contrário dos juizes ordinários de Vila Boa e dos arraiais.

Por outro lado, o governador demonstrava boa vontade e desejo de pacificação em relação aos indígenas. Tanto que adotou uma criança caiapó para viver em sua família. Deu-lhe o nome de Damiana da Cunha.<sup>2</sup> Tratar autoridades como ignorantes e adotar uma criança indígena era, certamente, um escândalo para muitos vilaboenses de origem europeia. A tensão étnica e racial, aliás, explica em parte a má vontade da vila com os governadores. Soveral e Carvalho criou um regimento militar composto de homens pardos e Luís da Cunha Meneses criou a Companhia dos Henriques, formada por homens negros alforriados. A população branca achou perigoso e não gostou de ver aqueles homens armados, fardados, orgulhosos e pela primeira vez sentindo-se prestigiados pelo governo. Era uma afronta ao critério da “pureza de sangue”, instituído oficialmente em Portugal e suas colônias no século XVI.

Além de criar a Companhia dos Henriques, o governador Luís da Cunha Meneses promoveu uma grande reorganização das forças militares na Capitania. Vila Boa ficou um tanto apreensiva. O governador parecia ser não só um déspota, mas um déspota amparado por uma estrutura de repressão armada cada vez mais poderosa. Dotado de tanto poder, Cunha Meneses teve ânimo para intervir na Câmara Municipal de Vila Boa em 1783. Fez diversas nomeações e justificou sua atitude dizendo que a última eleição não havia sido realizada regularmente. Os vereadores, portanto, puderam se manter em seus próprios cargos de modo ilegal e era esta situação de ilegalidade que, segundo o governador, precisava ser coibida. Os vereadores, é claro, contestavam essas alegações e enfatizavam que intervir na Câmara Municipal, ferindo suas prerrogativas, era uma afronta à vila e a uma tradição importante da monarquia portuguesa.

A arrogância do governador havia chegado ao escândalo da exaltação de si próprio, diziam seus críticos. Era algo que, às vezes, acontecia no Brasil colonial. Afinal, quem representava a voz e a autoridade absoluta do próprio rei podia acabar se sentindo merecedor da mesma reverência e exaltação que os súditos

---

2 Damiana da Cunha, anos depois, ganhou destaque como intermediária entre os caiapós não catequizados e as autoridades coloniais da Capitania.

deviam ao seu monarca<sup>3</sup>. Em Salvador, por exemplo, um governador-geral do Estado do Brasil impôs aos seus criados o hábito de se ajoelharem à sua passagem, embora essa fosse uma prática reservada a bispos e arcebispos<sup>4</sup>. Na Paraíba, uma procissão de Corpus Christi teve dois pálios: um para a imagem de Jesus crucificado, outro para o governador da capitania, que assim se elevou à altura do próprio filho de Deus<sup>5</sup>. O caso envolvendo o governador Luís da Cunha Meneses deu-se em uma cerimônia de beija-mão. O governador quebrou o protocolo e exigiu “mais quatro beija-mãos” (Lemes, 2005, p. 90). Os presentes, impressionados, comentaram que Cunha Meneses queria se igualar ao próprio rei e receber idolatria. O ocorrido (ou o boato) acentuou a sua fama de prepotente e tirânico em Goiás. Em Minas Gerais, não foi diferente. Lá, como governador de 1783 a 1788, Cunha Meneses também foi acusado de tirania. As *Cartas Chilenas*, que entraram para a história da literatura brasileira, falavam de um governante fictício, um déspota vaidoso, chamado Fanfarrão Minésio. Esse personagem era a representação de Luís da Cunha Meneses durante o seu governo em Minas Gerais. As cartas foram escritas por Tomas Antônio Gonzaga, um dos participantes da Inconfidência Mineira de 1789. As críticas mineiras confirmavam, de certo modo, as acusações feitas anteriormente pelos goianos.

Apesar das reclamações goianas, a Coroa portuguesa ainda considerava Luís da Cunha Meneses um súdito confiável e respeitável. Tanto é assim que foi incumbido de governar Minas Gerais, uma Capitania mais rica e importante do que Goiás. Já havia acontecido o mesmo com Soveral e Carvalho, que saiu de Vila Boa em 1778 e foi agraciado com o título de barão de Mossâmedes no ano seguinte. Em 1784, foi nomeado governador colonial de Angola.

### **TRISTÃO DA CUNHA MENESES: O PACIFICADOR (1783-1800)**

Luís da Cunha Meneses foi substituído no governo colonial de Goiás por Tristão da Cunha Meneses, seu irmão. Apesar desse parentesco, um foi o completo oposto do outro. O novo governador manteve uma relação pacífica e harmoniosa com a Câmara Municipal de Vila Boa. A Coroa parece ter apreciado aquela paz institucional e manteve Tristão no cargo por 17 anos. Foi o período de governo mais duradouro da Capitania.

---

3 “O governador-geral na Bahia ou o governador em Pernambuco ou no Rio de Janeiro não eram apenas a primeira autoridade régia nesses lugares. Aos olhos da população local, eles encarnavam, num sentido muito mais físico do que hoje é dado conceber, a própria majestade do monarca”. MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Ed. 34, 2012. p. 26.

4 Antônio de Sousa Menezes, conhecido como “braço de prata”. Governador-geral de 1682 a 1684.

5 Matias de Albuquerque Maranhão. Governador e capitão-mor da Paraíba de 1657 a 1663.

Atuando como um “mestre na arte da composição política” (Lemes, 2005, p. 97), o governador Tristão soube buscar o equilíbrio entre polos de poder (inclusive polos em franco conflito). Quando o ouvidor da Capitania, José Carlos Pereira, e a Câmara Municipal divergiram gravemente, em questão relativa ao pagamento de ordenados para os membros da Câmara, o governador procurou manter imparcialidade e bom diálogo com ambos os contendores. A Coroa portuguesa fez quase o mesmo: postergou indefinidamente seu posicionamento. Sem ser rechaçada pela rainha, a determinação do ouvidor (que proibia o pagamento dos ordenados) se manteve por vários anos.

A própria Câmara Municipal solicitou oficialmente que o governador Tristão fosse mantido no cargo. Algo impensável nos dois governos anteriores. Aquela solicitação deixou claro que o governador, empenhado em ganhar apoio e lealdade, logrou êxito. Sua situação melhorou ainda mais ao empreender, com sucesso, iniciativas de pacificação dos povos nativos. Segurança em relação aos ataques indígenas ainda era a demanda principal dos colonizadores goianos.

O ambiente começou a mudar no ano de 1792 (nove anos depois de iniciado o governo de Tristão da Cunha Meneses). Foi o ano em que se notou o surgimento de uma “oposição” ao governador, embora essa “oposição” não pudesse ser assumida e declarada, pois se opor ao governador da Capitania era como se opor à rainha, ou seja, era um crime de lesa-majestade. Mas não faltavam intrigas, críticas e reclamações em conversas privadas. Até párcos faziam considerações polêmicas durante as missas (uns contra, outros em defesa do governador). Apesar da “oposição”, o governador Tristão ainda permaneceu mais oito anos em sua posição de chefe político maior de Goiás, sendo sustentado por uma base de apoio leal.

### **A CRISE GOIANA DE 1803**

Em 1800, chegou João Manoel de Meneses à Capitania de Goiás para assumir o governo. Era primo de Luís da Cunha Meneses e de Tristão da Cunha Meneses. O parentesco, porém, não impediu a rivalidade entre o primo que saía e o primo que chegava. Os procedimentos para a posse já se mostraram inusitados: Tristão recepcionou e conduziu João Manoel por ruas secundárias de Vila Boa, evitando as ruas principais, onde estavam as pessoas que aguardavam a chegada do novo governador. Depois, encerrada a cerimônia religiosa de recepção a João Manoel, Tristão saiu escondido pela sacristia e não acompanhou o seu sucessor ao palácio do governo. Estava anunciado o conflito.

Como o ex-governador Tristão decidiu permanecer em Vila Boa, a comunidade se dividiu: um grupo permaneceu sendo-lhe leal, enquanto o outro, que antes era a “oposição”, tornou-se a base de apoio do novo governador João

Manoel. Nesse clima de rivalidade, ganhou relevância a tensão racial, que já havia se mostrado considerável na época de Soveral e Carvalho e de Luís da Cunha Meneses. O governador João Manoel apoiava as reivindicações dos pardos, que se orgulhavam de integrar as forças militares da Capitania, de “espadas à cintura” (Lemke, 2009, p. 2), e demandavam sua admissão em outros órgãos do governo. Sentiam-se habilitados até a ingressar na Câmara Municipal. Os membros da Câmara reagiam com firmeza e diziam que eram demandas inaceitáveis. Assim, a rivalidade entre as duas facções (Tristão versus João Manoel) ganhou um aspecto de conflito racial, mas apenas em parte, já que o ex-governador Tristão da Cunha Meneses também havia, durante o seu governo, apoiado as reivindicações dos pardos, nomeado mulatos para cargos militares de comando e sofrido críticas por adotar esse posicionamento. O ápice dessa questão racial goiana foi o envio a Portugal da *Petição dos Pardos de Vila Boa*, um documento de 5 de fevereiro de 1803 que expressava demandas por maior participação em instâncias políticas e administrativas.

A Coroa portuguesa se posicionava, na maioria dos casos, em defesa dos direitos dos pardos (e isso ajuda a explicar porque os governadores de Goiás também os apoiavam). Mas em Portugal também havia a compreensão de que, em algumas situações, era preciso moderar esse posicionamento para evitar crises. Foi o que aconteceu no caso da petição de 1803. O Conselho Ultramarino rejeitou as demandas dos homens pardos de Goiás.

Importunado por uma facção que o criticava continuamente, João Manoel de Meneses reagiu à altura. Estimulou seus apoiadores a contraditar severamente os adversários e buscou ainda mais o apoio dos pardos. Ganhou a antipatia crescente da Câmara Municipal. Uma manifestação oficial (que falava até em um estado de demência do governador) foi enviada pela Câmara ao príncipe regente D. João. A manifestação solicitava explicitamente que o governador João Manoel fosse suspenso do seu cargo.

A tensão cresceu ininterruptamente até chegar aos episódios de maio de 1803. A Câmara Municipal tentou destituir e prender o governador, mas não conseguiu. O governador, em reação, ordenou a prisão dos membros da Câmara. Também foi frustrado. Essa era a situação-limite das revoltas coloniais brasileiras: uma Câmara Municipal ordenar a prisão de um governador nomeado pela própria Coroa portuguesa. A crise goiana de 1803, assim, estava no mesmo nível de gravidade da bem conhecida revolta dos irmãos Beckman (Maranhão, 1684-1685) e da famosa revolta dos Mascates (Pernambuco, 1710-1711). Apesar disso, é um episódio histórico não comentado nas escolas goianas e desconhecido de praticamente toda a população de Goiás.

O governador João Manoel de Meneses não foi deposto em 1803, mas o príncipe regente, informado dos acontecimentos, absolveu a Câmara Municipal,

reprovou as ações de João Manoel e nomeou um novo governador. No início de 1804, Francisco de Assis Mascarenhas assumiu o poder em Vila Boa.

### **PAZ, LEALDADE E SUBMISSÃO: OS GOVERNOS DE ASSIS MASCARENHAS E FREIRE DE CASTILHO (1804-1820)**

Quando Francisco de Assis Mascarenhas chegou a Vila Boa e assumiu o governo da Capitania de Goiás, em 1804, a economia goiana estava em retração e precisava de uma reforma impactante. Reforma era exatamente o que o novo governador trazia. Orientada pelos princípios da fisiocracia (uma corrente de pensamento econômico da Europa), a Coroa portuguesa estava interessada em estimular principalmente a agricultura e o comércio. A obsessão pelas riquezas minerais havia diminuído. Assis Mascarenhas foi encarregado de promover essa reforma de viés fisiocrático em Goiás. Os goianos, ansiosos por mudanças econômicas, receberam-no com as melhores expectativas e prontos para colaborar. O ímpeto inicial, então, foi o de submissão ao governador, como se esperava, aliás, dos súditos da rainha D. Maria I.

Além de estimular a agricultura e o comércio, Assis Mascarenhas incentivou a navegação fluvial. O transporte de mercadorias pelos rios Araguaia e Tocantins, rumo ao Grão-Pará, passou a ser visto como a melhor iniciativa para o desenvolvimento econômico de Goiás. Em 1808, a família real portuguesa transferiu-se para o Rio de Janeiro. Os súditos, sentindo-se mais próximos de sua rainha, queriam se mostrar ainda mais submissos e leais, o que incluía uma relação de respeito ainda maior em relação aos governadores das Capitanias, que representavam a própria Coroa e por ela eram nomeados.

A submissão demonstrada em 1804 com a chegada de Assis Mascarenhas a Vila Boa e acentuada em 1808 com a chegada da família real ao Rio de Janeiro caracterizou os últimos anos do período colonial em Goiás. Foi uma submissão que persistiu depois de 1809, com o governador Francisco Delgado Freire de Castilho. Os goianos, naquela época, estavam entre os súditos mais leais à Coroa portuguesa e não se cogitava que viessem a se envolver em levantes ou rebeliões, como a de Pernambuco, em 1817.

Nos governos de Assis Mascarenhas e Freire de Castilho, foram essas as transformações mais notáveis da Capitania de Goiás, que aos poucos passaria a ser chamada de província de Goiás nos documentos oficiais:

1. Em 1809, um decreto de 18 de março dividiu a Capitania de Goiás em duas comarcas judiciais: uma com sede em Vila Boa (comarca do sul), outra com sede na vila de São João das Duas Barras (comarca do norte). Daí em diante, o contraste norte-sul passou a ser um elemento permanente da realidade goiana, oscilando entre a rivalidade mais intensa e épocas de acomodação.

2. A comarca do norte teve duas sedes. Até 1814, foi a vila de São João das Duas Barras, edificada por ordem do príncipe regente D. João. Foi a segunda vila a ser fundada em Goiás. O problema é que estava situada em local distante dos arraiais do norte e, por isso, permaneceu quase desocupada ao longo de cinco anos. Em 1814, o príncipe regente decidiu que a sede da comarca do norte passaria a ser a vila de São João da Palma, situada mais ao sul. Essa foi a terceira vila a ser fundada em Goiás.

3. Em 1816, a região do Araxá e Desemboque (conhecida como Sertão da Farinha Podre) passou da Capitania de Goiás para a de Minas Gerais, por decisão de D. João VI. Era uma resposta do rei às solicitações da própria região. Segundo o autor Ernesto Rosa, é fictício o relato que aponta o rapto de dona Beija (ou dona Beja) pelo ouvidor Silveira da Mota como causa para aquela mudança territorial. “A história tradicional criou uma lenda ao redor da Dona Beja. Ela existiu, exerceu sua atividade em Araxá e se mudou para Estrela do Sul. Apenas isso! O rapto do ouvidor e a sua interferência para mudar o Triângulo Mineiro para Minas Gerais são invenções” (Rosa, 2011, p. 258).

4. A carta de lei de 17 de setembro de 1818, assinada pelo rei D. João VI, elevou Vila Boa à condição de cidade, por considerá-la “digna de uma semelhante graça”. O nome Vila Boa foi substituído por Goiás e os habitantes passaram a chamar o município de “cidade de Goiás”. Foi a primeira urbe goiana a obter o status de cidade e a partir dessa época consolidou a sua posição de capital de Goiás.

Em 1820, chegou à província o seu último governador colonial, Manoel Inácio de Sampaio. Naquele mesmo ano, eclodiu em Portugal a Revolução do Porto, que derrubaria o absolutismo português e daria impulso ao processo de independência do Brasil.

# Saiba Mais

## FUNDAÇÃO DE VILA BOA (1739) TERMO DE LEVANTAMENTO DO PELOURINHO

Aos 25 dias do mês de julho de 1739, nesta Vila Boa de Goiás, onde veio o Exm<sup>o</sup> Sr. D. Luiz Mascarenhas, General desta Capitania, em virtude da ordem de S.M. remetida ao Sr. Exm<sup>o</sup>. Conde de Sarzedas, seu antecessor, para efeito de erigir uma vila nestas minas, havendo eleitas as justiças e declarados pelo Dr. superintendente geral Agostinho Pacheco Telles, juizes ordinários Antônio Dias da Silva e Antônio Brito Ferreira, vereadores Thomé Gomes Mazagão e Antônio Xavier Garrido, o procurador João Lopes Zedes, e em seu lugar Antônio de Brito Rabelo, sendo escrivão da Câmara Miguel Carlos, levando o estandarte dela Ignácio Dias Paes, foi mandado pelo dito Sr. General que todos os ditos com nobreza e povo da dita vila, a que ele acompanhou, fossem levantar pelourinho, ao lugar destinado, junto do arraial, a que em nome do Rei deu o nome de Vila Boa, e todos concorreram para o levantamento do pelourinho, que com efeito se levantou: de que para constar fez este termo, que assinou Exm<sup>o</sup>. General, superintendente e Câmara. E eu, Antônio da Silva Almeida, secretário do governo que o escrevi.

**Fonte:** Alencastre (1979, p. 72).

No Brasil colonial, o levantamento do pelourinho era a cerimônia principal de fundação de uma nova vila.

## CORRUPÇÃO E ABUSOS NA CAPITANIA DE GOIÁS

Trecho da carta enviada pelo governador colonial João Manoel de Melo ao cardeal Paulo Antônio de Carvalho e Mendonça, de Lisboa.

*Esta Capitania alem de ser mal creada se lhe tem introduzido tão péssimos abuzos nestes últimos annos que está totalmente pervertida.*

*Eu cuidava que estavam todos suspirando pela mudança do Governo, o povo sim, mas os magnates não, que estes só querem quem lhes de liberdade para furtarem, ainda que seja com a penção de repartirem, nestas minas só se cuida no modo porque se há de tirar oiro sem se cavar, que este trabalho só se deixa aos pobres mineiros.*

*Ainda os mesmos ministros que vem destinados dessa Corte para indagarem a verdade que V.V. Ex.az querem saber, são os mesmos que se empenham em lha encubrir, que a todos faz conveniencia que as coizas fiquem como estavam.*

*Algumas contas dou a S. Magestade em carta particular que escrevo ao Ilh.mo e Ex.mo Snr. Conde de Oeyras digo tudo o que sei, e o que devo dizer segundo a minha obrigação, e a minha concienencia, peço-vos que lembreis virem com brevidade as resoluçoens que espero, que nisso fazeis hum grande serviço a El Rey.*

Vila Boa, Goiás, 29 de mayo, 1760.

**Fonte:** Rocha Junior (2011, p. 146).

## **GOVERNADORES COLONIAIS DE GOIÁS AGRACIADOS COM TÍTULOS DE NOBREZA**

### **Marcos José de Noronha e Brito**

Governador da Capitania de Goiás de 1749 a 1755

Título de nobreza: Conde dos Arcos (sexto)

Título hereditário. Recebido em 1750.

### **Álvaro Xavier Botelho de Távora**

Governador da Capitania de Goiás de 1755 a 1759

Título de nobreza: Conde de São Miguel (quarto)

Título hereditário. Recebido em 1750

### **José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho**

Governador da Capitania de Goiás de 1772 a 1778

Títulos de nobreza\*: Barão de Mossâmedes (primeiro) e Visconde da Lapa (primeiro)

Títulos concedidos pela rainha D. Maria I em 1779 (barão) e pelo príncipe regente D. João em 1805 (visconde)

\* Foi também o 13º Senhor de Mossâmedes e de Sernancelhe (títulos hereditários).

### **Luís da Cunha Meneses**

Governador da Capitania de Goiás de 1778 a 1783

Título de nobreza: Conde de Lumiares

Título recebido por casamento em 1791

### **Francisco de Assis Mascarenhas**

Governador da Capitania de Goiás de 1804 a 1809

Títulos de nobreza: Conde de Palma (sexto) e Marquês de São João da Palma (primeiro)

O título de conde era hereditário e foi recebido em 1810. O título de marquês foi concedido pelo imperador do Brasil, D. Pedro I, em 1825.

### **Manuel Inácio de Sampaio e Pina Freire**

Governador da Capitania de Goiás de 1820 a 1821

Título de nobreza: Visconde de Lançada

Título concedido pela rainha D. Maria II em 1849

Imagem 1: Luís da Cunha Meneses



**Fonte:** goodreads.com

Imagem 2: Francisco de Assis Mascarenhas



**Fonte:** Wikipedia.

## CARTA DE LEI DE 17 DE SETEMBRO DE 1818

### Erige em Cidade a Villa Bôa com denominação de Cidade de Goyaz.

D. João por graça de Deus, Rei do Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves, etc. Faço saber aos que a presente carta de lei virem: que tomando na minha real consideração a supplica que me fez o Bispo d' Azoto Prelado de Goyáz, para ser erecta em Cidade Villa Bôa, Capital da mesma Provincia e Prelazia; expondo-me que tendo obtido dos Senhores Reis meus augustos predecessores o título e condecoração de Cidade algumas Villas de outras Províncias deste Reino do Brazil, inferiores áquella em representação, tanto civil, como ecclesiastica; não só por este motivo, mas por outras circumstancias que qualificavam a dita Villa, se fazia ella digna de uma semelhante graça, participando por este modo dos effeitos da proeminencia e graduação a que se acha elevado o mesmo Reino, e dos beneficios que lhe tenho liberalizado, depois que passei a felicital-o com a minha soberana presença; e conformando-me com o parecer da Mesa do meu Desembargo do Paço, interposto na consulta a que sobre esta materia, mandei proceder, e em que foi ouvido o Desembargador Procurador da minha Corôa e Fazenda: hei por bem e me praz que a sobredita Villa Bôa de Goyaz do dia da publicação desta em diante fique erecta em Cidade; que por tal seja havida e reconhecida com a denominação de — Cidade de Goyaz — e haja todos os fóros e prerogativas das outras Cidades dos meus Reinos, concorrendo com ellas em todos os actos publicos e gozando os Cidadãos e moradores della de todas as distincções, franquezas, privilegios e liberdades de que gozam os Cidadãos e moradores das outras Cidades, sem differença alguma, porque assim é minha vontade e mercê.

Pelo que mando à Mesa do meu Desembargo do Paço da Consciencia e Ordens; Presidente do meu Real Erario; Conselho da minha Real Fazenda; Regedor da Casa de Supplicação; Govenador e Capitão General da Provincia de Goyaz e todos os mais Governadores, Tribunaes, Ministros de Justiça,

quaesquer outras pessoas, a quem o conhecimento desta minha carta haja de pertencer, a cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar, como nella se contém, não obstante, quaesquer leis, alvarás, regimentos, decretos, ou ordens em contrario, porque todas e todos hei por derogados, como se dellas e delles fizesse expressa e individual menção para o referido effeito sómente; ficando aliás sempre em seu vigor. E ao Monsenhor Miranda, Desembargador do Paço e Chanceller mór do Reino do Brazil, ordeno que a faça publicar na Chancellaria, e que della se enviem copias a todos os Tribunaes, e Ministros, a quem se costumam remetter semelhantes cartas; registrando-se em todas as estações do estylo, e remettendo-se o original á Camara da dita nova Cidade para seu titulo.

Dada no Rio de Janeiro a 17 de Setembro de 1818.

EL-REI com a rubrica e guarda.

Carta de lei por que Vossa Magestade há por bem erigir em Cidade a Villa Boa de Goyaz com a denominação de — Cidade de Goyaz — e com todos os fôros, liberdades, prerogativas, de que gozam as outras Cidades destes Reinos, concorrendo com ellas em todos os actos publicos: tudo na fôrma acima declarada.

Para Vossa Magestade ver.

Joaquim José da Silveira, a fez.

Bernardo Jose do Souza Lobato a fez escrever.

**Fonte:** [legislacao.presidencia.gov.br](http://legislacao.presidencia.gov.br)

# *Independência*

## *(1821-1822)*

### **A REVOLUÇÃO DO PORTO (1820)**

A Revolução do Porto, iniciada em 24 de agosto de 1820, foi a revolução que deu início à rápida derrocada do absolutismo em Portugal e instituiu os princípios liberais como cerne do Estado português. As referências principais dos revolucionários eram o Reino Unido, os Estados Unidos da América e a França. A novidade foi assimilada no Brasil com enorme entusiasmo. Persistir na tradição absolutista era persistir no atraso, segundo a opinião majoritária que podia ser percebida no Rio de Janeiro e em outras cidades importantes. Era uma opinião que vinha se impondo desde o fim da Revolução Francesa, no início do século XIX.

Os goianos demoraram a saber da novidade. Notícia oficial, só em 24 de abril de 1821, ou seja, oito meses depois do início do movimento revolucionário na cidade do Porto. Houve festas nas ruas da cidade de Goiás e manifestações de apoio à Revolução. A província estava pronta para seguir as determinações das Cortes de Lisboa, que foram incumbidas pelos revolucionários de elaborar a primeira Constituição portuguesa. Começaram rapidamente também as articulações políticas entre personalidades goianas e “toda a madrugada foi ocupada por reuniões em diversas casas da cidade” (Moreyra, 1986, p. 257). Afinal, já se previa a instituição de um novo governo, mudanças na estrutura político-administrativa da província e talvez alterações na Câmara Municipal da cidade de Goiás. Haveria novos cargos a assumir e novas oportunidades para quem buscava poder.

Manoel Inácio Sampaio, governador colonial de Goiás desde outubro de 1820, não demorou a se manifestar. Já no dia 25 de abril, divulgou uma proclamação. Declarou-se leal ao rei D. João VI (que o havia nomeado para o governo) e ao seu filho, o príncipe D. Pedro de Alcântara. Também declarou sua adesão à Revolução do Porto, às Cortes de Lisboa e à futura Constituição portuguesa. Fez essas declarações sem temor, uma vez que o próprio rei D. João VI já havia feito o mesmo em fevereiro (mas sob pressão de um levante de militares no Rio de Janeiro). Manoel Inácio Sampaio ainda assegurou que haveria eleição para escolher os dois representantes da província de Goiás nas Cortes de

Lisboa, de acordo com as determinações das próprias Cortes. Essa eleição, de fato, foi realizada. Ocorreu no dia 7 de agosto e foram eleitos Joaquim Teotônio Segurado (pela comarca do norte) e o padre Luís Antônio da Silva e Souza (pela comarca do sul).<sup>1</sup> Feitas essas declarações e realizada a eleição, o governador imaginava ter satisfeito os anseios e apaziguado os ânimos na cidade de Goiás.

## **A OPOSIÇÃO AO GOVERNADOR SAMPAIO E A CONSPIRAÇÃO DE 14 DE AGOSTO**

Os anseios de vários goianos, porém, ainda não estavam satisfeitos. Manoel Inácio Sampaio havia sido nomeado governador colonial pelo poder absoluto do rei. Derrubado o absolutismo, deveriam ser derrubados também todos aqueles que o rei absoluto havia nomeado para governar em seu nome. A extinção do governo de Sampaio e a eleição de novos governantes eram demandas que cresciam dia após dia na capital de Goiás. A oposição, antes inadmissível e considerada um crime de lesa-majestade, saiu das sombras e tornou-se conhecida. Era uma nova forma de fazer política.

A oposição a Manoel Inácio Sampaio se dividia em três facções: os letrados urbanos, os senhores rurais e os militares. Os letrados urbanos eram padres, magistrados, empregados do governo, comerciantes e membros da Câmara Municipal da cidade de Goiás. Eram os mais inteirados das ideias liberais que se espalhavam pelo continente europeu e que já haviam impulsionado a independência dos Estados Unidos. Destacou-se, nessa facção, o padre Luís Bartolomeu Marques, que se dedicava diariamente a desmoralizar o governador em todas as suas conversas. Manoel Inácio Sampaio chegou a interpelá-lo pessoalmente, mas de nada adiantou.

Os senhores rurais, embora quisessem o fim do governo de Manoel Inácio Sampaio, eram mais comedidos. Temiam que a Revolução do Porto se radicalizasse sem controle, se tornasse algo como a *Convenção* da Revolução Francesa e, desse modo, se transformasse em um movimento antiescravista, ferindo gravemente os seus interesses. Eram os apoiadores menos entusiasmados da Revolução. Desconfiavam de qualquer ideia política que lhes parecesse muito exagerada, como a separação entre Brasil e Portugal.

As forças militares, obviamente, são um elemento decisivo em um processo revolucionário e o governador Manoel Inácio Sampaio sabia disso. Logo identificou o capitão Felipe Antônio Cardoso como o líder dos militares opositoristas e aumentou a vigilância, pois sentia que precisava se precaver

---

1 O padre Luís Antônio da Silva e Souza foi eleito, mas não tomou posse. Iniciou sua viagem a Lisboa, mas percebeu, ao chegar na cidade do Rio de Janeiro, que já se falava abertamente sobre a ruptura entre Brasil e Portugal. Decidiu interromper a viagem e retornar a Goiás.

de uma possível ação armada contra o seu governo. De fato, havia uma conspiração em andamento e o seu chefe era justamente o capitão Cardoso. Os conspiradores planejaram para a noite de 14 de agosto de 1821 uma ação que deveria prender o governador. Logo em seguida, ele seria levado para o Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, se formaria um novo governo, de caráter liberal e alinhado com o movimento revolucionário. Mas houve uma delação.

Feitos todos os preparativos, ao anoitecer todos estavam em posições predeterminadas, aguardando o momento de agir. Às oito horas da noite, surpresos, perceberam que a tropa movimentava-se pela cidade, ocupando os pontos estratégicos e pouco depois o Capitão Cardoso cruzava as ruas escoltado por um pelotão comandado pelo Tenente-Coronel Luís da Costa Freire de Freitas, a maior autoridade militar da Capitania [isto é, da província] (Moreyra, 1986, p. 259).

O padre Luís Bartolomeu Marques conseguiu fugir. O capitão Felipe Antônio Cardoso foi expulso da cidade de Goiás e passou a residir em Arraias, onde tinha uma fazenda. A oposição militar ao governador Sampaio estava dominada.

## **O SEPARATISMO DO NORTE GOIANO**

Debelada a conspiração de 14 de agosto, outro desafio se impôs a Manoel Inácio Sampaio. Dessa vez, no norte de Goiás. Em setembro, o ouvidor da comarca do norte, Joaquim Teotônio Segurado (já eleito para as Cortes de Lisboa), anunciou a transformação daquela comarca em uma nova província. Deu-lhe o nome de província da Palma, proclamou sua lealdade às Cortes de Lisboa e a declarou completamente autônoma e separada do governo de Manoel Inácio Sampaio. Teotônio Segurado já havia atuado com destaque na criação da comarca do norte (1809) e na fundação da vila de São João da Palma (1814). Com essa iniciativa separatista de 1821, voltou a se colocar como o líder político principal do norte goiano. Em clara demonstração de suas convicções liberais, conclamou os arraiaiais da região a elegerem representantes e determinou aos eleitos que se reunissem em Cavalcante para tratar do governo da nova província.

A repressão ao separatismo do norte foi cogitada, mas o governador Manoel Inácio Sampaio preferiu manter suas tropas no sul, protegendo-o de novas conspirações e possíveis revoltas. Teve início, então, um conflito de proclamações escritas. Manoel Inácio Sampaio declarou ao norte que era importante manter íntegra e unida a província de Goiás. Segurado, por seu turno, enfatizava a

separação do norte e tratava o governador Sampaio como um resquício do absolutismo. Sampaio chamou os nortistas de “goianos da comarca de São João das Duas Barras” (Alencastre, 1979, p. 363). Os nortistas, porém, já chamavam a si próprios de “palmenses”. Teotônio Segurado chegou a usar um tom agressivo para se referir a Manoel Inácio Sampaio e ao seu governo: “Ele sabe que nós temos mil bravos e destemidos sertanejos, que sepultariam seus soldados nas gargantas das serras que nos rodeiam” (Alencastre, 1979, p. 359).

O ouvidor Segurado ficou pouco tempo à frente da província da Palma. Inicialmente, estabeleceu-se em Cavalcante. Depois, transferiu-se para Arraias. Esses dois arraiais foram considerados as duas primeiras capitais da província da Palma, mas a localidade principal da região era a vila de São João da Palma, sede da comarca do norte. Em janeiro de 1822, Teotônio Segurado seguiu para Portugal, onde assumiu sua vaga nas Cortes de Lisboa. Seu sucessor no movimento separatista foi o tenente-coronel Pio Pinto de Cerqueira. O novo chefe dos palmenses, porém, não conseguiu manter o movimento unido.

Estava no norte goiano o capitão Felipe Antônio Cardoso, que residia em Arraias, a segunda capital da província da Palma. Ele aproximou-se do tenente-coronel Cerqueira e se tornou seu aliado. Juntos, passaram a defender a ideia de ruptura Brasil-Portugal, mas os arraiais do norte, em sua maioria, rejeitavam aquela ideia, já que se tratava de uma afronta ao rei e às Cortes de Lisboa. O movimento separatista, assim, dividiu-se definitivamente.

Pio Pinto de Cerqueira, após a viagem de Teotônio Segurado para Lisboa, transferiu-se para Natividade, considerada a terceira capital da província da Palma. Essas mudanças de sede do governo (Cavalcante, Arraias e Natividade) já davam a entender que o movimento separatista, nos primeiros meses de 1822, passava por indefinições e problemas internos. Nortistas chegavam à cidade de Goiás, se colocavam à disposição do governo do sul e ofereciam informações importantes sobre a situação política do norte. A província que Teotônio Segurado quis fundar estava desmoronando em sua ausência.

## **ELEIÇÕES DE 1821 E 1822**

Depois da eleição dos dois representantes de Goiás às Cortes de Lisboa, em agosto de 1821, foram convocadas cinco eleições até setembro de 1822. Esta sequência de eleições em pouco mais de um ano demonstrava claramente o quanto havia mudado a política portuguesa e brasileira. Eleições, no tempo do absolutismo, aconteciam apenas para a escolha de membros das Câmaras Municipais e sob estrito controle das autoridades a serviço do rei. Os eleitos não recebiam dos eleitores poder para representá-los. Eram apenas escolhidos para bem exercerem, em nome do rei, o poder que era inteiramente dele mesmo, o rei

absoluto. Para a mentalidade revolucionária vitoriosa em 1820, o poder emanava do “povo”, ou melhor, dos eleitores, também tratados como “cidadãos ativos”. Daí a necessidade de realizar eleições: apenas elas tornavam legítimos aqueles que governavam e aqueles que representavam os cidadãos. Eis a grande mudança política daquela época.

Os eleitores, porém, eram poucos. Mulheres e escravos não votavam. Esse era um direito reservado apenas a homens livres e parte considerável desses homens se envolvia na disputa eleitoral como meros dependentes dos grandes senhores de terras, obedecendo todas as suas ordens. O jogo eleitoral, no século XIX, era um jogo de poucos.

Foram essas as cinco eleições convocadas:

**Novembro de 1821:** Eleição da Junta Governativa Provisória, que seria o novo governo da província de Goiás, substituindo o governador Manoel Inácio Sampaio. Não foi concluída em razão dos distúrbios ocorridos na Câmara Municipal da cidade de Goiás, onde se reuniram os eleitores.

**Dezembro de 1821:** Eleição de uma Junta Administrativa (interina). O grupo que apoiava Manoel Inácio Sampaio saiu vencedor. Quando fosse possível reunir todos os eleitores na cidade de Goiás, haveria a eleição da Junta Governativa Provisória.

**Abril de 1822:** Eleição da Junta Governativa Provisória. Venceu o grupo liderado por José Rodrigues Jardim.

**Agosto de 1822:** Eleição de um representante de Goiás no Conselho de Procuradores Provinciais, instituído por D. Pedro, príncipe regente do Brasil. Foi eleito Manoel Antônio Galvão, mas a Junta Governativa Provisória, insatisfeita com o resultado, anulou a eleição e convocou outra.

**Setembro de 1822:** Eleição do padre Manuel Rodrigues Jardim (irmão de José Rodrigues Jardim) para representante de Goiás no Conselho de Procuradores Provinciais.

Dessas cinco eleições convocadas, a que foi realizada em 30 de dezembro de 1821 marcou o fim do último governo colonial goiano nomeado por um rei de Portugal. Mas Manoel Inácio Sampaio foi eleito membro da Junta Administrativa, assumiu a presidência do órgão e continuou no poder. Dias depois, o fim definitivo. Constrangido ao máximo pela oposição, que queria a sua saída da Junta Administrativa, Sampaio sucumbiu: anunciou a sua renúncia no dia 2 de janeiro de 1822. Os membros da Junta Administrativa, porém, rejeitaram a atitude e o convenceram a permanecer como presidente. O constrangimento continuou por mais uma semana e Sampaio renunciou novamente no dia 8 de

janeiro.<sup>2</sup> Dessa vez, sem voltar atrás. Registrou-se em ata:

Hoje, 9 do corrente, já não é presidente desta junta administrativa interina do governo desta província, por ter pedido a sua demissão, para maior sossego de todos os povos desta mesma província, o Exmo. general Manoel Inácio de Sampaio (Alencastre, 1979, p. 373).

“Para maior sossego de todos os povos desta mesma província”, ou seja, para apaziguar os seus numerosos inimigos, que o consideravam um símbolo do absolutismo já superado. Naquele mesmo mês de janeiro, Manoel Inácio Sampaio deixou a província de Goiás.

A eleição de 8 de abril de 1822, que definiu os membros da Junta Governativa Provisória, marcou a tomada do poder pela facção dos senhores rurais, tendo José Rodrigues Jardim à frente. Seu principal aliado era o padre Luís Gonzaga de Camargo Fleury. Foi uma tomada de poder tão incontestável que a Junta Governativa teve ânimo bastante para anular a eleição de agosto de 1822 e convocar outra, cujo eleito foi o irmão de José Rodrigues Jardim. Essa Junta Governativa Provisória eleita em abril de 1822, com Álvaro José Xavier na presidência, permaneceu no poder até setembro de 1824.

Além daquelas cinco eleições, houve mais uma, que havia sido convocada por D. Pedro em junho de 1822. Tratava-se da eleição dos membros de uma assembleia constituinte do Brasil, à parte das Cortes de Lisboa. Tornou-se, no ano seguinte, a Assembleia Constituinte do Império do Brasil, já independente. Essa eleição, em Goiás, foi conturbada e atrasada pelo movimento separatista do norte. Além disso, havia as conhecidas dificuldades provocadas pelas longas distâncias e pela comunicação lenta. A apuração final foi concluída apenas em janeiro de 1823. Os eleitos foram o padre Silvestre Álvares da Silva e Joaquim Alves de Oliveira (que solicitou dispensa dos trabalhos constituintes, alegando razões de saúde). Pela segunda vez, Goiás elegeu dois representantes, mas só foi representado por um. Apenas Teotônio Segurado representou os goianos nas Cortes de Lisboa e apenas Silvestre Álvares da Silva representou a província na Assembleia Constituinte do Império do Brasil.

---

2 Sérgio Paulo Moreyra indica o dia 7 de janeiro como a data da segunda renúncia do governador Sampaio.

## INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E REUNIFICAÇÃO DA PROVÍNCIA

Consolidado o poder de José Rodrigues Jardim e seus apoiadores na capital de Goiás, ficou decidido o envio de uma expedição para lidar com o separatismo do norte. O comando dessa expedição coube ao padre Luís Gonzaga Camargo Fleury, que partiu em 15 de novembro de 1822. Dias depois, chegaram notícias de notável importância à capital de Goiás.

Em 25 de novembro, a Junta Governativa Provisória tomou conhecimento oficial de que o príncipe D. Pedro havia proclamado na província de São Paulo, em 7 de setembro, a independência total do Brasil em relação a Portugal. E mais: em 12 de outubro o príncipe havia sido aclamado imperador do Brasil no Rio de Janeiro. Não era mais possível declarar-se leal ao príncipe Pedro e às Cortes de Lisboa ao mesmo tempo. Goiás precisava optar. Nas ruas da capital goiana, já no dia seguinte, ficou evidente o que queria a maioria da população. Houve festividades pró-independência por três dias e a Junta Governativa, acompanhando esse entusiasmo, logo se declarou leal e submissa ao novo imperador, chamando-o de “o herói da nação, o modelo dos príncipes, o exemplo do liberalismo, Pedro o grande!” (Alencastre, 1979, p. 390).

A cerimônia de adesão à independência e aclamação do imperador em Goiás foi marcada para três semanas depois, o que permitia a chegada de novas notícias e, talvez, mudança de posicionamento. Mas nada mudou. Houve cerimônias solenes no dia 16 de dezembro e também no dia 1 de janeiro de 1823, esta última com novas festividades pelas ruas.

Se as festas de 16 de dezembro foram solenes, as de 1º de janeiro foram as maiores de que há notícia na província. *Te-Deum*, grande parada, bailes, folguedos populares, iluminações públicas prolongaram o regozijo até o dia 6 (Alencastre, 1979, p. 391).

No norte, a expedição do padre Luís Gonzaga Camargo Fleury não encontrou dificuldades para cumprir sua missão. Era uma expedição pacificadora e conciliatória, mas o padre agiu com rigor ao deparar-se com o capitão Felipe Antônio Cardoso em Cavalcante. O capitão, que já havia se declarado leal ao imperador D. Pedro I, argumentou que cabia ao novo governo imperial decidir sobre o futuro da província da Palma. O padre Fleury ordenou sua prisão e sua transferência para a cidade de Goiás. Depois, o capitão foi conduzido ao Rio de Janeiro, onde seria julgado. Acabou absolvido pelo Conselho de Guerra.

O movimento separatista, que já estava dividido e em crise, desmantelou-se de vez com o avanço da expedição. Ao chegar nos arraiais, o padre Fleury não encontrava resistência. A própria Câmara Municipal de São João da Palma

deu início a uma devassa para apurar as responsabilidades dos separatistas, chamados de “demagogos” e “anarquistas” (Alencastre, 1979, p. 387). No fim de janeiro de 1823, a província de Goiás estava reunificada e obedecia plenamente ao governo imperial sediado no Rio de Janeiro. Meses depois, o governo imperial se posicionava definitivamente contra a divisão da província de Goiás, frustrando o esforço do tenente Bernardino de Sena, que havia viajado até a capital do Império para defender a existência da província da Palma (Moreyra, 1986, p. 280).

O padre Fleury, após lidar com os arraiais de Cavalcante, Arraias, Natividade e outros, decidiu ir ainda mais longe. Seguiu em direção ao extremo norte do território goiano, mas retornou no meio do caminho ao receber informações de novas agitações separatistas. Eram boatos. Sua missão estava concluída. Em dezembro de 1823, estava de volta à cidade de Goiás.

O coronel Raimundo da Cunha Matos, nomeado pelo governo imperial para o posto de governador das armas de Goiás, ou seja, comandante militar, chegou à capital goiana em junho de 1823 e organizou uma segunda expedição ao norte. Seu objetivo era impedir que grupos contrários à independência do Brasil entrassem em Goiás partindo do Grão-Pará e do Maranhão. A expedição de Cunha Matos durou mais de um ano. Ouvia muitos rumores, mas não entrou em conflito armado com nenhuma força militar adversária da independência. Ouvia até que o príncipe português D. Miguel, irmão do imperador D. Pedro I, estava no Recife e comandava um exército de vinte mil soldados para restaurar o domínio colonial português sobre o Brasil. Em setembro de 1824, sua missão estava encerrada. A expedição de Cunha Matos deu origem a uma notável obra sobre a realidade goiana nos primórdios do Brasil independente: *Corografia histórica da província de Goiás*. Cunha Matos, anos depois, seria um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

# Saiba Mais

## **ADESÃO DE MANOEL INÁCIO SAMPAIO À REVOLUÇÃO DO PORTO (1820)**

Honrados e bons goianos, chegou enfim o suspirado momento da regeneração da monarquia portuguesa, e da prosperidade do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. El-Rei nosso senhor dignou-se, para ventura nossa, de felicitar e jurar no dia 26 de fevereiro próximo passado a Constituição que fizeram as cortes atualmente reunidas em Lisboa, para as quais são também convocados deputados deste Reino do Brasil. Não se podem calcular as vantagens que de uma tão nobre resolução devem resultar aos portugueses de um e outro hemisfério. São contudo os meus caros goianos os que certamente mais utilizarão, por isso que talvez por falta de quem até agora advogasse os seus interesses se têm conservado sujeitos às mais antigas restrições coloniais, com pouca ou nenhuma modificação, as quais, segundo os princípios liberais das cortes de Lisboa, é quase certo que não subsistirão mais, e eu teria a grande consolação de ver em breve tempo alcançados por meios diretos aquelas mesmas providências que esperava obter a seu favor, mas sem dúvida no fim de largos anos, e talvez depois de quantos trabalhos e instâncias, que contudo me não pouparia, apesar da antiga ordem de coisas.

Goianos!

O primeiro e principal golpe da nossa felicidade foi dado pelo grande D. João VI, nosso amado soberano, e por seu invicto filho o príncipe real do Reino Unido; não o malogreis: cumpre da nossa parte proceder com toda a

madureza, circunspeção e prudência nas eleições à que deveis proceder para escolha dos vossos representantes nas cortes, evitando-se todos e quaisquer distúrbios, cumpre ter confiança na decisão das cortes, que melhorarão consideravelmente as vossas circunstâncias, cumpre enfim que os atuais empregados públicos da Capitania vos continuem a merecer o conceito que nestes últimos tempos vos têm devido pelas ativas providências, dadas em vosso favor, como não podeis ignorar. Com estas cautelas, bem próprias do vosso caráter, vereis dentro em mui breve tempo prosperar a Capitania em mineração, agricultura e comércio, de maneira que até a vós mesmos vos seguirá espanto e admiração.

Viva a nossa santa religião; Viva El-Rei nosso senhor, o invicto príncipe real do Reino Unido e toda a augusta casa de Bragança!

Vivam as cortes de Lisboa, e a Constituição!

Goiás, 25 de abril de 1821

Manuel Inácio de Sampaio

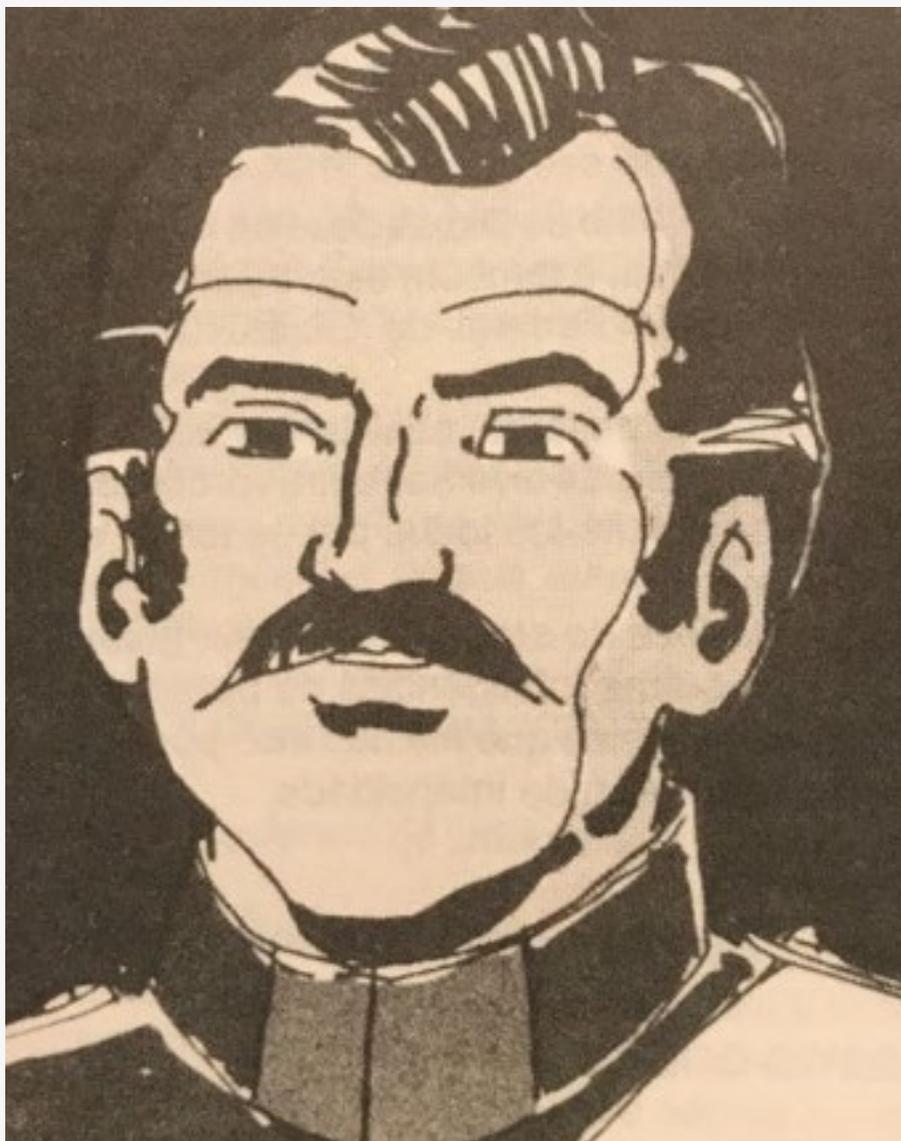
**Fonte:** Alencastre (1979, p. 349-350).

Imagem 3: Manoel Inácio Sampaio



**Fonte:** Wikipedia.

Imagem 4: Felipe Antônio Cardoso



Fonte: familysearch.org.

**HINO DE GOIÁS AO PRÍNCIPE D. PEDRO**  
**(José Rodrigues Jardim, 1822)**

Juraste, ó Grande Príncipe  
Do Brasil ser Defensor  
O Brasil te jura firme  
Adesão, respeito e amor.

Príncipe Augusto,  
Goiás contente  
Amar-te jura  
Eternamente (refrão)

Do Brasil te dizes filho  
E amigo do Brasileiro  
O Brasil te chama 'O Grande'  
E dos heróis o primeiro

Príncipe Augusto,  
Goiás contente  
Amar-te jura  
Eternamente (refrão)

Os direitos naturais  
Do homem sabes respeitar  
Dos homens nos corações  
Teu trono se vê firmar

Príncipe Augusto,  
Goiás contente  
Amar-te jura  
Eternamente (refrão)

Dos Príncipes, o modelo  
E de heróis serás exemplo  
Pelos nobres, grandes feitos  
Subirás da glória ao tempo

Príncipe Augusto,  
Goiás contente  
Amar-te jura  
Eternamente (refrão)

**OBS.:** Hino composto para ser cantado em Goiás durante as cerimônias cívicas de 12 de outubro de 1822, em alusão ao aniversário do príncipe D. Pedro, chamado pelos brasileiros de *Defensor Perpétuo do Brasil*. Os goianos ainda não tinham conhecimento da proclamação do 7 de setembro e não sabiam que neste mesmo dia 12 de outubro outras províncias já promoviam cerimônias de aclamação de D. Pedro I como imperador do Brasil.

**OS DOIS PRIMEIROS GOVERNOS DE GOIÁS  
ESCOLHIDOS EM ELEIÇÕES**

<b>Junta Administrativa (Interina) de 30 de dezembro de 1821 (Primeiro governo de Goiás escolhido em eleição)</b>
Manuel Inácio de Sampaio e Pina Freire
Antônio Pedro de Alencastre
Paulo Couceiro d'Almeida Homem
Francisco Xavier dos Guimarães Brito e Costa
Luís da Costa Freire de Freitas
João José do Couto Guimarães

<b>Junta Governativa Provisória de 8 de abril de 1822 (Segundo governo de Goiás escolhido em eleição)</b>
Álvaro José Xavier
José Rodrigues Jardim *
Raimundo Nonato Jacinto
Joaquim Alves de Oliveira
Luís Gonzaga de Camargo Fleury *

\* Foram presidentes da província de Goiás durante o período imperial.

**OBS.:** As eleições, em 1821 e 1822, tinham eleitorado restrito. Votavam apenas os grandes fazendeiros e os homens das famílias urbanas de maior prestígio.

**DESAPROVAÇÃO DO IMPERADOR D. PEDRO I À CRIAÇÃO DA  
PROVÍNCIA DA PALMA, COMUNICADA AOS NORTISTAS PELO  
MINISTÉRIO DO IMPÉRIO\* (SECRETARIA DE ESTADO DOS  
NEGÓCIOS DO IMPÉRIO)**

[O imperador D. Pedro I] (...) Manda pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio declarar ao mencionado Governo para sua intelligencia, que não se Dignou Approvar semelhante installação, e mais actos subsequentes, não porque julgue que os individuos, de que se compõe o dito Governo, sejam destituídos de sentimentos patrioticos e honrados como fieis brasileiros, mas por ser a dita installação contraria as Leis, que prohibem a multiplicidade de Governos em uma só Província; ficando na certeza de que, achando-se actualmente a Assembléa Geral Constituinte e Legislativa discutindo o projecto da organização dos Governos Provinciaes d'este Imperio, brevemente serão transmitidas as ordens convenientes sobre o que a mesma Assembléa deliberar a este respeito; e tendo por muito recommendada a união e tranquillidade dos povos, para o que muito contribue o exemplo da prompta e exacta execução das Leis e ordens do mesmo A. S.

Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Junho de 1823.

José Bonifacio de Andrada e Silva.

\* O Ministério do Império equivalia ao Ministério do Interior, que existia e ainda existe em vários países europeus. No Reino Unido, chama-se *Home Office*.

# *Império* *(1822-1889)*

## **OS PRESIDENTES PROVINCIAIS**

Em 14 de setembro de 1824, Caetano Maria Lopes Gama assumiu a presidência da província de Goiás. Foi o primeiro nomeado pelo imperador D. Pedro I para essa posição. Depois dele, houve mais 36, numa longa sequência de 65 anos. Houve ainda os vice-presidentes que assumiram o poder quando o cargo ficou vago. A contagem de governos provinciais, assim, pode chegar a 64, dependendo de como se trata cada interino. Há o registro, por exemplo, de Antônio Pereira de Abreu Junior, presidente provincial interino por apenas um dia (9 de agosto de 1887). Joaquim Carvalho Ferreira, no livro *Presidentes e governadores de Goiás*, estabeleceu um total de 41 governos provinciais goianos de 1824 a 1889.

A frequente mudança de presidentes provinciais estava relacionada com a política imperial, que no Segundo Reinado foi marcada pela alternância de poder. Os ministérios<sup>1</sup> mudavam muito e, via de regra, cada novo ministério nomeava novos presidentes provinciais. Desse modo, apenas quatro presidentes de Goiás permaneceram no cargo por três anos ou mais. Foram eles: Lopes Gama (1824-1827), Miguel Lino de Moraes (1827-1831), José Rodrigues Jardim (1832-1837) e Antero Cícero de Assis (1871-1878). Dois nomeados no Primeiro Reinado, um no período regencial e um no Segundo Reinado.

As constantes mudanças de presidentes provinciais não pareciam salutares. Atrapalhavam o bom andamento das ações governamentais e davam uma sensação de descontinuidade e instabilidade. Era uma prática que desagradava os chefes políticos goianos, claro. Esse desagrado, porém, não se manifestou abertamente por muitos anos. A livre nomeação e demissão de presidentes provinciais era uma prerrogativa do imperador que estava consagrada na Constituição. E não era apropriado criticar uma prerrogativa imperial (ainda mais se havia amparo

---

1 O ministério, também chamado de gabinete, assumia o Poder Executivo e governava o Império em nome do imperador. Em 1847, o ministério passou a ter um chefe formal, denominado presidente do Conselho de Ministros. Esse presidente era escolhido pelo imperador.

constitucional). Apenas nas últimas décadas do período imperial surgiu, em Goiás, um movimento em defesa de presidências mais estáveis e afinadas com a própria província. Foi o movimento do Clube Liberal, liderado por Leopoldo de Bulhões.

Era grande o poder e a influência do presidente da província. Ele representava o imperador e o Conselho de Ministros, o que lhe dava uma respeitabilidade notável. Fazia numerosas nomeações e, assim, possuía agentes seus em todas as regiões da província. Com o apoio desses agentes (em especial, os delegados e subdelegados de polícia), conseguia impor o seu poder e se tornava quase invencível nas disputas eleitorais. Em Goiás, o deputado André Augusto de Pádua Fleury dizia que só um voto importava: “o do presidente”. Quem o tivesse, estava eleito.

Grande poder e influência, de fato. Ainda assim, os presidentes enfrentavam oposição incansável. Os princípios liberais do Império garantiam o exercício da crítica. Jornais atacavam o governo provincial goiano e o faziam protegidos pela Constituição. O que era crime de lesa-majestade nos tempos do absolutismo, tornou-se um direito e uma prática comum no século XIX. Essa, certamente, foi a grande novidade política instaurada pela Revolução do Porto (1820) e reafirmada pela primeira Constituição do Brasil (1824).

## **O PADRE LUÍS BARTOLOMEU MARQUES E JOSÉ RODRIGUES JARDIM**

Quase todos os presidentes provinciais de Goiás assumiram o poder em condições regulares e devidamente nomeados. Apenas uma exceção se deu no ano de 1831, após a abdicação de D. Pedro I.

Diziam os liberais que, encerrado o reinado do imperador, deveria se encerrar também o governo do presidente provincial nomeado pelo mesmo imperador. Era a repetição, quase nos mesmos termos, da justificativa para a deposição de Manoel Inácio Sampaio em 1821. Ao lado dessa justificativa, ganhou força uma campanha antiportuguesa. A queda do imperador D. Pedro I no Rio de Janeiro havia sido festejada como uma vitória dos brasileiros natos contra os portugueses chamados de “brasileiros adotivos”. Uma vitória idêntica passou a ser buscada em Goiás e só seria alcançada, evidentemente, com a deposição do presidente da província, Miguel Lino de Moraes, que era nascido em Portugal.

A campanha antiportuguesa se tornou cada vez mais violenta e provocou, em julho de 1831, no arraial de Flores, o assassinato de um magistrado nascido em Portugal. No mês seguinte, o presidente Lino de Moraes, sob enorme pressão do Conselho Geral da Província, se declarou demitido da presidência. Foi substituído pelo padre Luís Bartolomeu Marques, com o apoio do coronel Felipe Antônio

Cardoso. Ambos já haviam participados juntos da malograda conspiração contra Manoel Inácio Sampaio, em agosto de 1821. Dez anos depois, chegaram ao poder. Dessa vez, conseguiram derrubar o governo.

Luís Bartolomeu Marques foi presidente provincial (sem ser nomeado oficialmente) por menos de meio ano. O governo regencial, reconhecido pelo Parlamento do Império e instalado no Rio de Janeiro, decidiu intervir. Era um governo sob o domínio dos “chimangos” (apelido dado aos “moderados”) e preferia nomear alguém que lhe parecesse mais confiável para governar Goiás, em vez de apenas reconhecer e manter o governo do padre Luís Bartolomeu. O escolhido para a presidência provincial foi José Rodrigues Jardim, que parecia ter maior afinidade com as ideias “moderadas”. Luís Bartolomeu Marques e Felipe Antônio Cardoso, por outro lado, eram tratados como representantes do partido dos “exaltados” na província. José Rodrigues Jardim assumiu a presidência no último dia de 1831. Governou Goiás até março de 1837.

José Rodrigues Jardim foi o primeiro goiano a ser presidente da província. E foi uma exceção. Os presidentes, em sua grande maioria, eram de outras regiões. Traziam para a cidade de Goiás as ideias e os interesses do ministério, ou seja, ideias e interesses cariocas. Eram ideias civilizatórias, que defendiam a transformação das regiões distantes e atrasadas do Brasil. Ideias em defesa de mais comércio, mais cidades, mais estradas e até mais educação. Uma educação que daria origem a bons cidadãos, de comportamento liberal e progressista, ao estilo europeu e norte-americano. Era um ideal de civilização muito convicto e orgulhoso, mas que só se tornou abertamente antiescravista no fim da década de 1860.

Acima de tudo, os presidentes provinciais traziam para Goiás a lembrança de que o poder pertencia ao imperador e ao seu ministério. Os presidentes, assim, eram o símbolo maior da centralização política do Brasil. A proposta de governo provincial escolhido pelo próprio eleitorado goiano estava descartada. O que se esperava dos goianos era uma atitude submissa: deviam recepcionar bem cada novo presidente que chegava, colaborar patrioticamente com o seu governo e demonstrar, desse modo, que continuavam sendo bons súditos do imperador, sempre prontos para acatar suas decisões e respeitar suas nomeações. Críticas ao presidente podiam ser feitas, já que a crítica ao governo era um direito dos cidadãos. Mas deviam ser feitas dentro dos limites da lei, ou seja, sem exageros e, principalmente, sem atacar o imperador e descambar para a rebelião. Os goianos assim agiram por seis décadas seguidas, a partir da presidência de José Rodrigues Jardim, iniciada no fim de 1831.

## **O CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA E A ASSEMBLEIA PROVINCIAL**

Na província de Goiás, houve duas assembleias que deviam representar a sociedade perante os presidentes provinciais. A primeira foi o Conselho Geral da Província, depois substituído pela Assembleia Provincial. O Conselho Geral foi criado pela Constituição do Império, que tinha um capítulo inteiro dedicado ao assunto. A existência daquele órgão, segundo o artigo 71 da própria Constituição, dava aos cidadãos o direito de intervir nos “negócios de sua província” por meio dos seus representantes eleitos. Em Goiás, o Conselho era formado por treze membros.

As decisões do Conselho Geral da Província seguiam para o Parlamento imperial, onde eram discutidas e votadas como se fossem projetos de lei. Caso fossem aprovadas, ainda precisavam ser apreciadas pelo imperador, que podia sancioná-las ou vetá-las. O Conselho, portanto, tinha poder limitado. Não podia estabelecer leis provinciais de modo autônomo.

Esse poder limitado, porém, não causou desânimo. O Conselho Geral da província de Goiás mostrou-se um órgão muito ativo. Ainda influenciados pelo fervoroso engajamento político que o processo de independência havia suscitado poucos anos antes, os seus membros mostraram-se bastante críticos ao primeiro presidente provincial (Caetano Maria Lopes Gama). No governo seguinte, os membros do Conselho continuaram engajados e a maioria deles se envolveu no movimento que levou à renúncia do segundo presidente provincial (Lino de Moraes). Foi o presidente José Rodrigues Jardim, a partir de 1832, quem conseguiu apaziguar as relações entre o Conselho Geral e o governo da província. O presidente Jardim era de Goiás, conhecia bem os interesses presentes no Conselho e, por isso, soube dialogar e negociar do melhor modo possível com os seus integrantes.

Em 1834, uma reforma da Constituição do Império, que foi denominada *Ato Adicional*, substituiu o Conselho Geral da Província pela Assembleia Legislativa Provincial. Ficou definido que a eleição dos primeiros deputados provinciais ocorreria já no ano de 1834. Eram vinte os deputados provinciais goianos (passaram a ser 22 a partir de 1855) e estavam dotados de mais poder do que os membros do extinto Conselho Geral.

O presidente da província, incumbido de sancionar as leis aprovadas pela Assembleia Provincial, podia negar a sanção. Mas a lei, nesse caso, voltava a ser discutida pela Assembleia, que podia decidir pela sua manutenção com uma votação de dois terços dos seus membros. Mantida a lei pela Assembleia, a sanção era obrigatória. Havia alguns casos em que a Assembleia podia decretar leis sem a necessidade da sanção do presidente. Vários políticos, no Rio de Janeiro, achavam que as províncias estavam sendo beneficiadas com poder em

excesso, que os presidentes e as Assembleias entrariam em conflito constante e que aquelas mudanças provocariam uma crise política no Império. Esse temor fez o Parlamento imperial aprovar, em 1840, uma lei que interpretava e limitava o Ato Adicional. Ainda assim, as Assembleias Provinciais continuaram dotadas de um poder que era relevante: tratavam de impostos provinciais, de obras públicas e das escolas instaladas na província, por exemplo. Com o passar dos anos, ficou claro que as Assembleias Provinciais não provocariam graves conflitos de poderes ou crise política. Os seus deputados, em geral, adotaram uma postura amistosa em relação aos presidentes de suas províncias. Divergências acirradas foram exceções.

Em Goiás, os presidentes já conseguiam manipular as eleições a tal ponto no início da década de 1840 que todos (ou quase todos) os deputados provinciais eleitos eram seus apoiadores e aliados, dispostos a colaborar com o governo em troca de algumas benesses. Como já foi dito, o presidente provincial podia nomear apaniguados para cargos em toda a província e montar, assim, uma base de apoio que o tornava imbatível nas eleições. Era assim nas outras províncias também.

A Assembleia Provincial, com o passar dos anos, tornou-se desinteressante e desprestigiada. Funcionava por apenas dois ou três meses a cada ano e, por isso, parecia uma assembleia de importância menor. Os deputados, visivelmente submissos ao presidente provincial, tinham divergências mínimas entre si e se envolviam em debates monótonos. As propostas legislativas eram modestas, já que o governo provincial, desprovido de recursos, nada podia fazer de grande impacto. As atenções da elite goiana estavam voltadas muito mais para a Câmara dos Deputados e para o Senado do Império, onde se promoviam os grandes debates e se tomavam as decisões que realmente importavam.

É interessante: o Conselho Geral da Província, embora dotado de menos poder que a Assembleia Provincial, se mostrou muito mais crítico e combativo diante dos presidentes.

Na Assembleia Provincial, apenas a cerimônia de abertura dos trabalhos parlamentares despertava algum interesse. Ocorria com muita solenidade. O presidente da província comparecia e apresentava seu relatório. Tratava da administração pública, comunicava o que achava mais importante e fazia recomendações aos deputados. Era o único evento que tirava o Poder Legislativo da província de sua obscuridade.

A Assembleia Provincial de Goiás se manteve em funcionamento por 54 anos.

## CÂMARAS MUNICIPAIS

As Câmaras Municipais, muito importantes no período colonial, perderam poder e prestígio no período imperial. Era um órgão tradicional, muito apreciado e protegido pelo Estado absolutista português. Em consequência, os liberais o tratavam com desinteresse ou má vontade. Quando o absolutismo entrou em crise e foi posto abaixo, as Câmaras caíram junto. A maior parte de suas competências foi transferida para os governos das províncias e para as Assembleias Provinciais. O Ato Adicional de 1834 determinou que cabia às Assembleias regular os assuntos municipais mais importantes das vilas e cidades, o que incluía a economia local. Restou às Câmaras Municipais executar em suas comunidades o que era decidido pelos deputados provinciais e, apenas em situações excepcionais, lidar de modo autônomo com seus próprios problemas.

Os membros das Câmaras Municipais continuavam sendo eleitos e, por isso, eram os representantes das grandes famílias dos seus municípios, que dominavam as eleições locais. Isso ainda dava às Câmaras alguma respeitabilidade. A presidência da província e a Assembleia Provincial, porém, não se intimidavam diante de poderosas famílias interioranas. Aprovavam leis, exigiam obediência e deixavam claro que as Câmaras Municipais deveriam agir como órgãos auxiliares da administração pública. E como eram auxiliares úteis, foram criadas várias Câmaras Municipais no século XIX.

No ano da independência do Brasil, havia em Goiás apenas três municípios. Eram uma cidade e duas vilas: a cidade de Goiás (capital da província), a vila de São João da Palma (atual Paranã) e a vila de São João das Duas Barras (quase desabitada). Em 1833, esse número de municípios já havia subido a 16. Em 1855, eram 24. Em 1872, existiam 26 municípios goianos, cada um deles com a sua Câmara Municipal devidamente instituída. O ano de 1833 foi o que teve maior número de municípios criados. Foram nove: Santa Cruz, Catalão, Traíras<sup>2</sup>, São José do Tocantins (atual Niquelândia), Jaraguá, Flores (atual Flores de Goiás), Santa Luzia (atual Luziânia), Bonfim (atual Silvânia) e Arraias.

Em cada Câmara Municipal, o membro eleito com maior número de votos tornava-se o seu presidente e ganhava atribuições típicas de um administrador local (o equivalente a um prefeito do século XX). Era também o representante oficial do município perante os órgãos superiores da província e do Império. Podia se orgulhar bastante dessa posição. Principalmente na cidade de Goiás, onde a Câmara Municipal, fundada em 1739, já ostentava tradições de mais de um século.

Os presidentes das Câmaras Municipais se orgulhavam de sua posição, mas também faziam reclamações. Reclamavam principalmente da escassez de

---

2 Traíras, depois, entrou em decadência e hoje é um distrito de Niquelândia, com o nome de Tupiraçaba.

recursos sob a sua administração. Os orçamentos municipais, de fato, eram paupérrimos. “As Câmaras Municipais pequenos benefícios podem prestar aos seus respectivos municípios, por causa das diminutas rendas de que podem dispor, que pouco excede ao indispensável para o pagamento de seus Empregados” (Fleury, Relatório provincial, 1848, p. 29). Esta declaração do vice-presidente Antônio de Pádua Fleury, no ano de 1848, não deixava dúvidas sobre o apequenamento das Câmaras Municipais, que perdurou por todo o século XIX.

Sem poder, sem dinheiro, apenas com prestígio municipal. A esse nível foram rebaixadas as Câmaras Municipais no Império do Brasil.

## ELEIÇÕES E PARTIDOS POLÍTICOS

As eleições, no período imperial, tinham enorme importância simbólica. Reafirmavam o caráter liberal-representativo da monarquia brasileira, que estava declarado expressamente na própria Constituição do país. Declarar-se não-absolutista e apresentar-se perante a comunidade internacional como um país de assembleias eleitas era um modo de se mostrar ao mundo como um país ocidental e civilizado. Era algo que a própria intelectualidade brasileira, de formação liberal, exigia e esperava. Mas havia um problema: a corrupção das práticas eleitorais, que era conhecida e viciava gravemente a disputa. O objetivo principal da eleição, que era garantir a livre manifestação do eleitorado para a formação das assembleias, ficava completamente prejudicado.

As eleições eram marcadas por fraudes, intimidações e violências. O governo provincial fazia uso do seu poder para atrair apoiadores poderosos, intimidar opositores e manipular a disputa em seu favor. Quase sempre vencia. A chamada “eleição a bico de pena” era o caso extremo de distorção eleitoral. Acontecia quando a ata de apuração eleitoral era escrita por membros de um dos grupos que estavam na disputa. Isso era feito isoladamente, às escondidas, sem qualquer acompanhamento ou fiscalização. A ata, segundo alguns relatos, podia ser produzida até dentro da residência de um chefe político que apoiava um conjunto de candidatos.

Era um tanto diferente nas cidades maiores, já que vários profissionais urbanos (jornalistas, professores, advogados e outros) acompanhavam de perto as eleições. Eram liberais convictos, defendiam seus princípios acima de tudo, não temiam nem o governo, nem os grandes fazendeiros e exigiam lisura nos procedimentos eleitorais. Ainda assim, fraudes e manipulações aconteciam (em menor grau, mas aconteciam).

Na província de Goiás, predominantemente rural, profissionais urbanos eram poucos e a fraude eleitoral era constante. A vitória do candidato do governo era uma certeza. Sabendo disso, os eleitores goianos se dividiam em dois grupos.

Um era a maioria, que se colocava sob a proteção do presidente provincial e o apoiava. O outro era a minoria, que se colocava na oposição. Chegava um novo presidente a Goiás, os grupos políticos se rearranjavam, mas o panorama, afinal, era o mesmo: maioria pró-governo de um lado, minoria oposicionista de outro. As vitórias, eleição após eleição, eram da maioria pró-governo. Daí a frase do deputado André Augusto de Pádua Fleury: só havia um voto em Goiás, “o do presidente”.

Havia a divisão entre apoiadores e opositores do presidente, mas não havia partidos políticos. Na década de 1830, foram criados dois agrupamentos chamados de sociedades políticas, mas que não eram, de fato, partidos. A primeira das duas sociedades políticas goianas foi fundada em 1832 e recebeu o nome de Sociedade Defensora de Meia Ponte. Era uma sucursal da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, fundada no Rio de Janeiro. Tinha entre os seus objetivos “conciliar os diversos partidos” (Vieira, 2013, p. 5). Não era, portanto, uma facção ou um partido, mas sim uma aliança de facções que pregava união em torno do imperador, repudiava revoltas armadas<sup>3</sup> e defendia a estabilidade do Império, além do respeito às suas leis. A segunda sociedade política goiana foi fundada na cidade de Goiás, também em 1832 e se inspirou naquela fundada em Meia Ponte. Chamou-se Sociedade Conciliadora e Filantrópica.

Os membros das duas sociedades, ao sentirem que a política goiana estava entrando rapidamente em estado de acomodação e moderação, se desmobilizaram em poucos meses. No fim de 1833, as sociedades de Meia Ponte e da capital já estavam inativas. Enquanto isso, a instabilidade crescia em outras províncias e dava origem a revoltas armadas. Goiás estava na lista das províncias pacificadas, que repudiavam essas revoltas.

Nessa mesma década de 1830, o eleitorado goiano foi chamado a participar das duas eleições mais importantes de todo o período imperial brasileiro. Foram as eleições de 1835 e 1838, que definiram os regentes unos do Império, encarregados de chefiar o governo imperial enquanto o imperador não completava 18 anos de idade. Parecia uma eleição presidencial do tipo norte-americano e, obviamente, despertou muito interesse.

Na eleição de 1835, o partido “moderado” se dividiu em duas candidaturas: Diogo Antônio Feijó (ex-ministro da Justiça, paulista e mais próximo dos liberais) e Holanda Cavalcanti (senador, pernambucano e conservador). Os goianos optaram majoritariamente por Feijó, que venceu em cinco distritos eleitorais

---

3      Rebeliões armadas nas províncias desestabilizaram o Império do Brasil durante quase todo o período regencial (1831-1840), com destaque para as quatro maiores revoltas: Cabanagem, Revolução Farroupilha, Sabinada e Balaiada.

goianos (cidade de Goiás, Santa Cruz, Boa Vista, Meia Ponte e Natividade). Nos outros dois distritos (Pilar e Cavalcante), Feijó também ficou em primeiro lugar, mas empatado com outros candidatos. Na apuração geral do Império, Feijó venceu a disputa e foi o primeiro regente uno do Império.

Após a renúncia de Feijó em 1837, uma nova eleição foi convocada e realizada em 1838. Para muitos brasileiros, era necessária a vitória de um candidato de ânimo repressor, que conseguisse debelar as revoltas provinciais. Entre os goianos, essa opinião também cresceu. Pedro de Araújo Lima, que estava disposto a reprimir os rebeldes, venceu em Goiás com 151 votos, contra 131 do segundo colocado (o padre Luís Gonzaga Camargo Fleury, que era o presidente da província). Araújo Lima pertencia ao grupo político chamado Regresso (futuro Partido Conservador) e ocupava a regência uma interinamente. Ficou em primeiro lugar na apuração geral dos votos e permaneceu no cargo de regente.

Depois dessas eleições de 1835 e 1838, a rotina eleitoral de Goiás foi a de escolher vereadores, deputados provinciais, deputados gerais e senadores. Foram várias eleições sem partidos políticos. Cada candidato se lançava individualmente na disputa, apresentava-se ao eleitorado com suas ideias e esperava que o seu grupo de apoiadores fosse forte o bastante para lhe trazer o maior número de votos. Os candidatos que tinham o apoio engajado do presidente da província eram favoritíssimos, quase imbatíveis e todos sabiam disso.

Na segunda metade da década de 1870, finalmente, surgiram as primeiras agremiações partidárias da província. Eram as representações goianas dos dois grandes partidos do Império, o Conservador e o Liberal. Estavam prontos para exercitar a mesma rivalidade facciosa que se percebia em torno do governo imperial e dos governos de outras províncias. Queriam fazer política em Goiás como se fazia no resto do país.

A novidade foi o surgimento do Clube Liberal. Era uma facção goiana do Partido Liberal e seus integrantes ganharam o apelido de clubistas. Defendiam mudanças mais amplas no Estado brasileiro. Queriam, em especial, maior autonomia para as províncias. Os liberais históricos, que dominavam o Partido Liberal na província, estranharam e se tornaram rivais dos clubistas. Era uma rivalidade tamanha que o Partido Liberal, na prática, dividiu-se em dois.

Na eleição de 1878, dois candidatos seriam escolhidos como representantes de Goiás na Câmara dos Deputados. O presidente da província era o liberal Luís Augusto Crespo, que recebeu a seguinte orientação do governo imperial: os candidatos a serem apoiados eram Sigismundo Gonçalves e Manoel Mafra, um pernambucano e um espírito-santense. O presidente começou a agir para eleger os dois. Os liberais históricos o apoiaram. O Clube Liberal, ao contrário, lançou Antônio Augusto de Bulhões, um candidato goiano. Haveria disputa e seria

intensa. Foi uma eleição que “dividiu a elite vilaboense” (Freitas, 2009, p. 89) e se tornou a mais agitada da província de Goiás em todo o período imperial.

Confirmando a premissa de que o presidente provincial tinha poder bastante para eleger quem quisesse, os dois candidatos indicados pelo governo imperial foram vitoriosos. A reviravolta surpreendente se deu na capital do Império: Antônio José Caiado viajou ao Rio de Janeiro, dialogou com personalidades do governo e do Partido Liberal, empenhou-se para anular o resultado eleitoral homologado na cidade de Goiás e conseguiu, afinal, impugnar a vitória de Manoel Mafra. O candidato clubista, Antônio Augusto de Bulhões<sup>4</sup>, foi reconhecido como o legítimo eleito. A notícia provocou grande festividade nas ruas da capital da província. O que era frustração dos clubistas se transformou em demonstração de força e de orgulho goiano.

Outra novidade, depois dos clubistas, foi o movimento republicano. Entre os goianos, foi um movimento irrelevante. Guimarães Natal, o propagandista mais respeitado da República na cidade de Goiás, liderava um grupo pequeno. Mantinham alguma proximidade com o Clube Liberal, mas era uma relação cheia de atritos, já que os clubistas permaneceram se declarando monarquistas até a queda do regime. Diante das críticas republicanas a este posicionamento, o jornal *Tribuna Livre*, dos clubistas, respondeu que radicalizar não traria bons resultados. E completou: “Não nos parece que os que correm muito é que hão de ir mais longe. Nem talvez cheguem primeiro.” (*Tribuna Livre*, 11.03.1882).

Os republicanos de Goiás continuaram sendo politicamente inexpressivos até 1889. Quando chegou à capital goiana a notícia da Proclamação da República, vários liberais e conservadores se tornaram, repentinamente, adeptos do novo regime. Guimarães Natal foi reconhecido como o modelo exemplar de republicano histórico e foi incluído no governo provisório. Mas não seriam eles, os republicanos históricos, que teriam predominância na política goiana dali em diante. Seriam os republicanos recentemente convertidos à causa, ou seja, os antigos liberais e conservadores do Império.

## DEPUTADOS E SENADORES DE GOIÁS

Na capital do Império, Goiás tinha três representantes parlamentares. Era um senador e dois deputados. Essa bancada, uma das menores do Parlamento imperial, pouco podia fazer. Contava com alguns nomes de prestígio, mas seu poder de pressão sobre o governo imperial era mínimo. Além disso, alguns dos deputados de Goiás, ao longo do período imperial, não conheciam a província e sequer sabiam de suas demandas e interesses. Foram eleitos por pressão dos

---

4 Antônio Augusto de Bulhões assumiu como deputado, mas cometeu suicídio em 13 de março de 1879.

governos provincial e imperial. Pode ser citado como exemplo o escritor e advogado João Cardoso de Menezes. Era paulista e nunca esteve em Goiás. Foi deputado pela província em três legislaturas. Alfredo Taunay era um intelectual muito respeitado na capital do Império. Também não conhecia Goiás. Foi deputado pela província em duas legislaturas.

Mas houve deputados que atuaram como verdadeiros representantes de Goiás. Eram da província, conheciam a sua realidade e estavam em condições de defender os interesses goianos. Desses, podem ser destacados:

**José de Assis Mascarenhas:** Era filho do governador colonial Francisco de Assis Mascarenhas e nasceu em Vila Boa no ano de 1805, quando o seu pai estava no governo. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra e exerceu a magistratura em Goiás de 1832 a 1838. Foi deputado pela província em quatro legislaturas, além de ter assumido a presidência da província.

**Felipe Antônio Cardoso Santa Cruz:** Era filho de Felipe Antônio Cardoso, o militar que fez história em Goiás na época da independência do Brasil. Fundou o jornal *O Tocantins*, defendeu o desenvolvimento da educação em Goiás e deu apoio ao Seminário Santa Cruz, uma das instituições de ensino mais respeitadas da capital goiana durante o período imperial. Foi deputado pela província em duas legislaturas.

**Antônio Ferreira dos Santos Azevedo:** Era sobrinho de D. Francisco Ferreira de Azevedo, o bispo cego de Goiás, que foi um dos principais líderes dos católicos goianos no século XIX. Antônio Azevedo era goiano de nascimento e conhecedor da política de sua província. Foi deputado por Goiás em três legislaturas.

**Leopoldo de Bulhões:** Nasceu na cidade de Goiás e era neto de José Rodrigues Jardim, o político mais respeitado de Goiás nas primeiras décadas do período imperial. Destacou-se como líder do Clube Liberal e como abolicionista de discursos veementes na capital do Império. Foi deputado por Goiás em duas legislaturas.

Merece destaque especial o deputado que representou Goiás por mais vezes na Câmara dos Deputados do Império. André Augusto de Pádua Fleury era de família goiana, mas nasceu em Cuiabá. Ingressou no Parlamento imperial em 1861. Foi a primeira das suas cinco legislaturas. Além de deputado, assumiu a presidência de três províncias (Espírito Santo, Paraná e Ceará), foi diretor da Faculdade de Direito de São Paulo e chefiou o ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas no gabinete do visconde de Paranaguá.

No ano de 1885, em sua quinta legislatura, André de Pádua Fleury foi candidato a presidente da Câmara e venceu a disputa. Teve 57 votos contra 31 do conservador Domingos Andrade Figueira, deputado pela província do Rio de Janeiro. Pádua Fleury exerceu a presidência por menos de um mês, mas permanece sendo, até hoje, o único deputado goiano a ter presidido a Câmara dos Deputados.

Os senadores do Império, por sua vez, eram vitalícios. Apenas quando um deles falecia (ou quando havia vacância por alguma outra razão) era convocada uma eleição senatorial. A província de Goiás, nos 67 anos do período imperial, foi representada por quatro senadores, sendo três deles estranhos à província. Apenas o senador José Rodrigues Jardim era realmente conhecedor da realidade goiana. Foram esses os quatro senadores de Goiás:

**Francisco Maria Gordilho Veloso de Barbuda:** Foi eleito por imposição do imperador D. Pedro I, que o tinha como um amigo dos mais leais e o agraciou com vários títulos nobiliárquicos: barão de Pati do Alferes, visconde de Lorena, fidalgo cavaleiro da Casa Real, gentil-homem da câmara do Imperador e marquês de Jacarepaguá, entre outros. Representou Goiás no Senado de 1826 a 1836, mas nunca esteve na província e desconhecia completamente a sua realidade.

**José Rodrigues Jardim:** Foi senador por Goiás de 1837 a 1842. Considerado o líder político incontestável da província na década de 1830.

**José Antônio da Silva Maia:** Foi desembargador, conselheiro de Estado, ministro do governo imperial por cinco vezes e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Na cidade do Rio de Janeiro, alcançou notável respeitabilidade como intelectual. Era português de nascimento e nunca esteve em Goiás. Foi senador pela província de 1843 a 1853.

**José Inácio Silveira da Mota:** Nasceu na cidade de Goiás, mas saiu da província muito jovem e não retornou. Tinha reputação de advogado inteligente e ótimo professor. Foi eleito deputado provincial em São Paulo e, alguns anos depois, representou essa mesma província na Câmara dos Deputados. Em 1854, foi escolhido senador por Goiás. Permaneceu nessa posição até 1889 (mais do que o triplo do tempo de exercício parlamentar de cada um dos seus antecessores). Distante da província que devia representar no Senado, tornou-se mais carioca do que goiano. Dedicava-se às grandes questões do Império, como o fim da escravidão e a renovação do Partido Liberal. Assuntos provinciais, como a navegação a vapor do Araguaia e a construção de uma ferrovia em território goiano, lhe interessavam menos. A proclamação da República interrompeu a sua trajetória parlamentar.

## **PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA (1889)**

Quando a República foi proclamada na cidade do Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1889, o presidente da província, Eduardo Montandon, ainda tentou se manter no governo. Alegou que, certamente, viriam novas informações e ordens do Rio de Janeiro e era preciso esperá-las. O anseio por mudanças, porém, logo se fez sentir. Um outro governo, com três membros, foi formado em praça pública. A cidade de Goiás, então, teve dois governos durante alguns dias: o do presidente provincial e o da praça pública, liderado por Guimarães Natal.

Em 5 de dezembro de 1889, Eduardo Montandon reconheceu que não tinha apoio bastante para se manter no governo e se declarou destituído. Em substituição, assumiu o governo da praça pública, formado por Guimarães Natal, José Joaquim de Sousa e Eugênio Augusto de Melo. Esse novo governo durou até fevereiro de 1890, quando foi substituído pelo major Rodolfo Gustavo da Paixão, novo governante de Goiás e representante do governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca.

# Saiba Mais

## **O PRESIDENTE QUE MAIS TEMPO GOVERNOU A PROVÍNCIA DE GOIÁS CRITICOU OS GOIANOS EM SEU ÚLTIMO DISCURSO**

Antero Cícero de Assis foi presidente da província de Goiás de 25 de abril de 1871 a 25 de junho de 1878. Participou da abertura dos trabalhos da Assembleia Provincial sete vezes seguidas (de 1871 a 1877). Em sua última participação, mostrou-se respeitoso com os deputados provinciais, como era seu costume, mas também fez uma crítica aos goianos:

*Se a província experimenta sempre natural júbilo por ver-vos reunidos, no exercício de direitos amplos e sagrados, que vos conferiu para bem da sua prosperidade; não menos acontece a mim, que, além do motivo geral, como cidadão brasileiro, tenho o particular de encontrar a ocasião de sujeitar os meus atos ao vosso judicioso exame e aguardar a sanção ou reprovação deles.*

[...]

*Sou por demais conhecido no meio de vós; e bem sabeis que, se algum dia eu tiver de ser acusado seriamente de nada haver feito em prol desta província, poderei defender-me de pronto, dizendo que a culpa maior foi dos filhos da mesma, que coisa nenhuma me lembraram em favor dela.*

*Cumpri, pois, com o vosso dever, que todos nós lucraremos.*

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, presidente da província, em 1 de junho de 1877.

Imagem 5: Deputado André Augusto de Pádua Fleury



**Fonte:** Câmara dos Deputados - internet.

Imagem 6: Senador José Inácio Silveira da Motta



**Fonte:** Wikimedia Commons.

## **AGRADECIMENTO PÚBLICO DO DR. ANTÔNIO AUGUSTO DE BULHÕES AOS LIBERAIS DA PROVÍNCIA DE GOIÁS**

Reconhecido pela câmara dos Srs deputados legítimo representante de minha província natal, cumpro o dever de honra de protestar um eterno e justo reconhecimento aos liberais meus comprovincianos pela confiança em mim depositada.

Ao *Club de Goiás* e ao prestigioso diretório liberal da província, meus mais ardentes votos de gratidão, e minha absoluta dedicação; pois reconheço, e orgulho-me de proclamar bem alto, que à sua inteligente e nobre iniciativa devo minha presença na câmara temporária, o que é o menos, e a redenção política do nosso caro Goiás, que é muito mais.

Rio, 22 de Dezembro de 1878.

Doutor Antônio Augusto de Bulhões.

Publicado em 11 de janeiro de 1879 no jornal *A Tribuna Livre*, dos liberais goianos.

OBS.: Em 13 de março daquele mesmo ano, o deputado eleito faleceu. “Consta que se suicidou”, segundo Lena Castello Branco Ferreira de Freitas.

## ELEITORES DE GOIÁS EM 1877

<b>Colégio Eleitoral</b>	<b>Municípios</b>	<b>Eleitores</b>
Cidade de Goiás	Cidade de Goiás	45
Meia Ponte	Jaraguá / Meia Ponte / Corumbá	48
Bonfim	Bonfim / Pouso Alto	29
Santa Cruz	Santa Cruz / Vila Bela	27
Santa Luzia	Santa Luzia / Formosa da Imperatriz	35
Catalão	Catalão / Entre-Rios	38
Rio Verde	Rio Verde / Rio Bonito	14
São José	São José / Pilar	23
Cavalcante	Cavalcante / Forte	27
Arraias	Arraias / Taguatinga	22
São Domingos	São Domingos / Posse	18
Conceição	Palma / Conceição / Natividade	38
Porto Imperial	Porto Imperial	13
Boa Vista	Boa Vista	13
<b>TOTAL</b>		<b>390</b>

**Fonte:** Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, presidente da província, em 1º de junho de 1877 (p. 4-5).

OBS.: Nos processos eleitorais do Império do Brasil, primeiro reuniam-se os votantes, que escolhiam os eleitores e estes, em seguida, participavam da eleição de deputados e senadores. A tabela acima refere-se aos eleitores, não aos votantes.

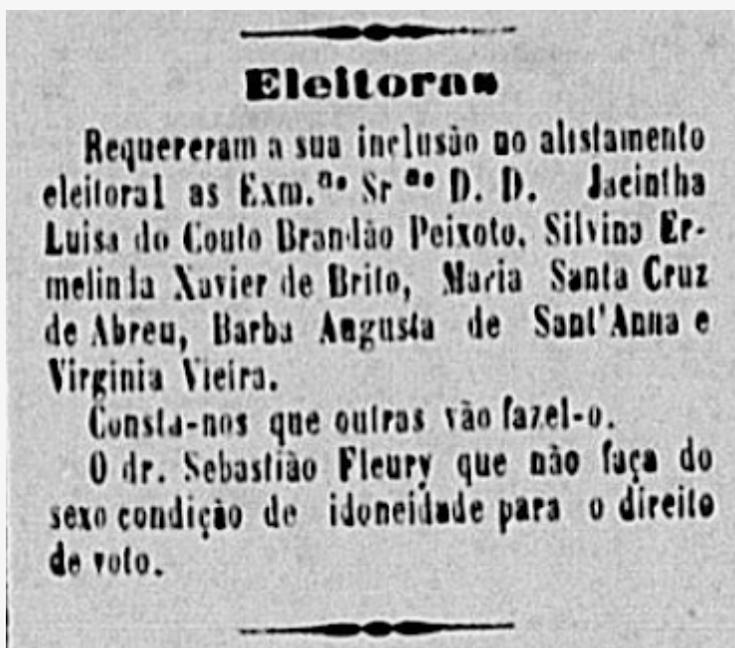
**NOTÍCIA DE JORNAL EM 1889:  
MULHERES SOLICITAM O DIREITO AO VOTO**

**ELEITORAS**

Requereram a sua inclusão no alistamento eleitoral as Exmas. Sras. D. D. Jacintha Luisa do Couto Brandão Peixoto, Silvina Ermelinda Xavier de Brito, Maria Santa Cruz de Abreu, Barba [sic] Augusta de Sant'Anna e Virginia Vieira.

Consta-nos que outras vão fazê-lo.

O dr. Sebastião Fleury que não faça do sexo condição de idoneidade para o direito de voto.



Jornal Goyaz, 27.09.1889.

A solicitação foi rejeitada.

## A CRÍTICA DE UM JORNAL REPUBLICANO DE GOIÁS AO PARTIDO LIBERAL

O partido político que, entre nós, representa, ou devia representar, o elemento democrático, o partido liberal, (...) foi-se degenerando de 1831 para cá e, hoje, confunde-se, de fato, com o partido retrógrado.

Não é mais a diversidade de ideias, de convicções políticas que distinguem os conservadores dos liberais, mas separa-os unicamente a oposição de interesses mesquinhos e inconfessáveis.

Rompendo com o seu glorioso passado, o partido liberal decaiu tanto que tornou-se inábil ao preenchimento da grandiosa missão social que lhe estava reservada. Perdeu a sua razão de ser.

O elemento progressista não tem hoje no Brasil, como representantes, senão aos republicanos. Somos nós os únicos depositários das gloriosas tradições de 31.

Publicado em 6 de abril de 1883 no jornal *Bocayuva (Órgão republicano e dos interesses gerais da província)*, Cidade de Goiás, p. 1.

(ver documento original na página 51)

# *República Oligárquica* *(1889-1930)*

## **O MAJOR RODOLFO, O CENTRO REPUBLICANO E O PRF**

Depois de proclamada a República, o marechal Deodoro da Fonseca assumiu o governo provisório do país e, entre outras tantas providências, nomeou governantes para os Estados (não mais províncias). Para Goiás, foi nomeado o major Rodolfo Gustavo da Paixão, que assumiu o governo estadual em fevereiro de 1890. Chegou com o ânimo de um autêntico revolucionário, orgulhoso pela derrubada da monarquia e pronto para cumprir uma missão transformadora entre os goianos.

O major Rodolfo colocou o seu governo sob a influência direta do marechal Deodoro. Dialogou e negociou com os líderes políticos locais porque era impossível desprezá-los, mas impôs limites e fez valer a sua autoridade. Era um militar adepto do positivismo, de mentalidade urbana, averso a padres tradicionalistas e fazendeiros que até poucos anos antes haviam possuído escravos. Pensava em racionalizar a administração pública, moralizar as eleições, ampliar e melhorar o ensino, estimular o civismo, enfim, preparar os goianos para os novos tempos da República.

Parte dos políticos goianos ficou insatisfeita. Queriam um governo estadual eleito, não nomeado. Mais ainda: queriam a adoção de um sistema federal, como o movimento republicano havia defendido e prometido por vários anos. E consideravam que o major Rodolfo não tratava os líderes políticos locais com o merecido respeito. Estavam unidos no Centro Republicano, partido formado por diversas facções (incluindo ex-liberais e ex-conservadores da época do Império). O líder maior do partido era o ex-deputado Leopoldo de Bulhões, que havia ganhado muito prestígio como líder do Clube Liberal e parlamentar abolicionista.

O Centro Republicano era um partido de oligarquias rurais. Reunia chefes políticos municipais sob a liderança de personalidades estaduais e defendia que o Estado de Goiás tivesse ampla autonomia para se autogovernar. A expectativa era a de que a oligarquia, muito poderosa nas disputas eleitorais, pudesse eleger os deputados estaduais, o presidente do Estado e, assim, dominar completamente a

política goiana. Esse poder nas disputas eleitorais advinha de uma prática comum da época: o voto de cabresto. Era a mesma fraude eleitoral já conhecida desde o período imperial.

Quando a Assembleia Nacional Constituinte se reuniu para eleger o primeiro presidente da República, em fevereiro de 1891, o Centro Republicano se cindiu. Leopoldo de Bulhões apoiou a candidatura de Prudente de Moraes, mas uma parte dos oligarcas goianos não aceitava a sua liderança. Essa dissidência apoiou a candidatura do marechal Deodoro da Fonseca e decidiu fundar outro partido, que foi chamado de Partido Republicano Federal (PRF). A liderança coube a Sebastião Fleury Curado, deputado-constituente que não tinha convicções federalistas tão acentuadas quanto as de Bulhões e seus aliados. O novo partido, em sua fundação, atraiu os membros do Partido Católico, criado meses antes em Goiás para contestar a laicização do Estado brasileiro (incluída na nova Constituição do país).

Enquanto o Centro Republicano se opunha cada vez mais ao governo do major Rodolfo Gustavo da Paixão, o PRF apoiava não só o major, mas também o presidente Deodoro. A rivalidade entre os grupos oligárquicos liderados por Leopoldo de Bulhões e Sebastião Fleury Curado se tornou ainda mais intensa e evidente quando afloraram as disputas em torno da Constituição do Estado de Goiás, a ser promulgada naquele mesmo ano de 1891.

## **A CRISE DAS DUAS CONSTITUIÇÕES (1891)**

Logo após a Proclamação da República, em 1889, um decreto do governo provisório determinou que, oportunamente, cada Estado deveria convocar uma Assembleia Constituinte e promulgar a sua própria Constituição. Os membros do Centro Republicano, convictos de que contavam com o apoio da maioria dos oligarcas, estavam ansiosos para iniciar os trabalhos parlamentares e se empenharam, em janeiro de 1891, para garantir a vitória eleitoral. O PRF, por outro lado, se retraiu. Seus dirigentes sabiam que não havia condições de alcançar uma vitória eleitoral. De fato, era do Centro Republicano a grande maioria dos parlamentares-constituíntes eleitos no fim de janeiro de 1891.

As sessões preparatórias da Assembleia Constituinte de Goiás tiveram início, mas não foram reconhecidas pela aliança que unia o presidente Deodoro da Fonseca, o governo do Estado e o PRF. O presidente estadual editou um decreto que determinava a interrupção dos trabalhos constituintes. O Centro Republicano reagiu indignado e decidiu afrontar o governo. A Assembleia continuou funcionando, o que deu ensejo a acusações de sedição e usurpação de poderes.

Em 1º de junho de 1891, a Assembleia dominada pelo Centro Republicano promulgou a sua Constituição, que ganhou o apelido de Constituição dos Bulhões.

O presidente estadual, obviamente, não a reconheceu. Ainda declarou ilegal a Assembleia que a havia promulgado, considerou nulos os mandatos dos seus membros e decretou a prisão do presidente da Assembleia, Joaquim Fernandes Carvalho.

Em 15 de setembro de 1891, uma nova eleição foi realizada. Houve apenas candidatos do PRF. Os membros do Centro Republicano não participaram porque sabiam que, naquela disputa eleitoral, seriam constringidos e reprimidos severamente pelo presidente do Estado. Assim foi eleita a nova Assembleia Constituinte de Goiás, que funcionou com o apoio do governo estadual e promulgou a sua Constituição em 1º de dezembro de 1891. Essa segunda Constituição foi apelidada de Constituição dos Fleury.

Era um caso de duplicidade (ou duplicata) de poderes. Situações deste tipo se tornaram um tanto comuns nas primeiras décadas da República e aconteciam em todos os Estados. O PRF estava confiante. Com o apoio do governo federal e do governo estadual, a Constituição dos Fleury deveria prevalecer. Ainda em 1891, uma notícia mudou a situação: na capital da República, o presidente Deodoro da Fonseca, após determinar o fechamento do Congresso Nacional, enfrentou reações veementes e renunciou. O vice-presidente Floriano Peixoto o substituiu e nomeou Brás Abrantes para a presidência de Goiás. O novo presidente estadual chegou à capital goiana em fevereiro de 1892. Havia sido orientado a reconhecer a Constituição goiana promulgada em junho, ou seja, a Constituição dos Bulhões. E assim o fez.

O Centro Republicano voltou ao poder e o seu principal líder, Leopoldo de Bulhões, podia se considerar totalmente vitorioso. Em abril, foi ele o mais votado na primeira eleição republicana para a presidência do Estado de Goiás. Leopoldo, porém, preferiu continuar como parlamentar no Congresso Nacional. A presidência foi assumida pelo vice-presidente eleito, Antônio José Caiado, também do Centro Republicano.

## **LEOPOLDO DE BULHÕES**

Havia boas razões para Leopoldo de Bulhões não assumir a presidência estadual. Era importante manter-se ativo na capital da República para preservar as boas relações com a presidência da República, com a Câmara dos Deputados e com o Senado. Desse modo, era possível garantir apoio federal para que o seu partido, o Centro Republicano, continuasse dominando o governo estadual. Leopoldo de Bulhões preferia não delegar esse trabalho a ninguém. Queria ele próprio se engajar nessa manutenção das boas relações. Além disso, quando um representante da família Caiado (ou de outra família) assumia a presidência do Estado, o Centro Republicano podia dizer que, embora fosse um partido liderado

pelos Bulhões, reconhecia a importância dos aliados e possibilitava o exercício do poder por outras famílias.

Leopoldo de Bulhões parecia apreciar muito o ambiente parlamentar e se destacou no Congresso Nacional. Na Assembleia Nacional Constituinte de 1891, foi o representante de Goiás na Comissão dos 21 (comissão parlamentar encarregada de dar parecer ao anteprojeto de Constituição elaborado pelo governo provisório de Deodoro da Fonseca). Colocou-se entre os principais debatedores da Câmara dos Deputados ao posicionar-se francamente contra a política econômica de Rui Barbosa, ministro da Fazenda de novembro de 1889 a janeiro de 1891. Em 1893, encerrou o seu mandato de deputado federal com fama de parlamentar respeitado e habilidoso. No ano seguinte, foi eleito senador da República por Goiás.

Menos de vinte anos depois de fundar o Clube Liberal, Leopoldo de Bulhões tornou-se o grande nome da política goiana. Senador no Rio de Janeiro, depois ministro da Fazenda, respeitadíssimo na cidade de Goiás, voz decisiva para a escolha dos candidatos do Centro Republicano, que contavam com o apoio do governo estadual e, por isso, tinham certeza da vitória. Tanta certeza que nas quatro primeiras eleições para a presidência do Estado, foram quatro vitórias seguidas:

**Leopoldo de Bulhões** (para o mandato 1892-1895, que foi assumido pelo vice-presidente, Antônio José Caiado)

**Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim** (para o mandato 1895-1898)

**Urbano Coelho de Gouveia** (para o mandato 1898-1901)

**José Xavier de Almeida** (para o mandato 1901-1905).

Leopoldo era o chefe do seu partido, protetor dos seus candidatos, comandante das campanhas eleitorais e conselheiro obrigatório dos presidentes estaduais. Na cidade do Rio de Janeiro, capital da República, era reconhecido como o líder supremo da política goiana. A década de 1890 foi chamada corretamente de época do bulhonismo em Goiás.

### **O XAVIERISMO (1901-1909)**

José Xavier de Almeida iniciou o seu governo, em 1901, como mais um presidente que preservaria o predomínio do Centro Republicano, da oligarquia Bulhões e de seus aliados. Ao longo do mandato, porém, foi possível notar uma certa mudança de rumo. O governo buscou novos aliados. Cooptou grupos

oligárquicos que não eram próximos do Centro Republicano. Inclusive grupos que haviam sido do PRF. Atitudes inovadoras também chamaram a atenção. O preparo profissional e técnico, em alguns casos, passou a ter realmente importância para definir quem seria contratado pelo governo estadual.

O governo Xavier de Almeida estava cada vez mais interessado em modernizar a administração pública estadual, com impacto sobre toda a sociedade. Não chegava a ser um projeto modernizador que pudesse derrubar as estruturas oligárquicas. O modelo inspirador era o de São Paulo, Estado dominado pelos oligarcas perrepistas<sup>1</sup>, mas que havia desenvolvido sua economia para se conectar do melhor modo ao mercado atlântico. Para a escolha desse modelo, foi decisiva a influência da oligarquia de Morrinhos sobre Xavier de Almeida. Morrinhos era uma cidade cada vez mais capitalista, progressista e conectada ao sudeste do país. Xavier de Almeida mantinha relações firmes com a elite morrinhense e, em seu segundo ano de governo, casou-se com Amélia Lopes de Moraes, filha de Hermenegildo Lopes de Moraes, o chefe da oligarquia de Morrinhos.

Na educação, o destaque do governo de Xavier de Almeida foi a fundação da Academia de Direito em 1898. A força pública (polícia estadual) também recebeu investimentos. Mas o que provocou maior sobressalto foi a nomeação de novos fiscais para a cobrança de impostos. Foram orientados a agir com rigor. Os hábitos da sonegação e do pagamento irregular deveriam ser combatidos sem hesitação. O objetivo era fazer com que o Estado arrecadasse tudo o que lhe era de direito.

Os oligarcas mais descontentes com essa mudança poderiam romper com o governo e diminuir a sua base de apoio, mas essa era uma decisão difícil de tomar: abandonar cargos prestigiados e bem remunerados do aparato estatal e se colocar contra o governo, ou seja, tornar-se adversário do Estado, o ente mais poderoso de Goiás. Xavier de Almeida acreditava que a maioria dos oligarcas não tomaria essa decisão, apesar de estranharem o seu esforço modernizador.

De fato, a base oligárquica de apoio ao governo se manteve coesa o bastante para preservar o seu poder e vencer com facilidade as disputas eleitorais. Assim, em 1905, Miguel da Rocha Lima, o candidato a presidente do Estado de Goiás apoiado por José Xavier de Almeida, venceu a eleição com mais de 70% dos votos. O xavierismo se impôs.

Rocha Lima foi candidato por um segundo Partido Republicano Federal (PRF), fundado e dominado pelo presidente Xavier de Almeida em Goiás. Dar ao novo partido a denominação de PRF tinha um aspecto simbólico evidente. Era o mesmo nome do partido que os Bulhões haviam derrotado na crise das duas

---

1 Perrepista: apelido dado aos membros do Partido Republicano Paulista (PRP), que dominava o governo estadual.

Constituições (1891-1892). Agora era o partido vencedor. Leopoldo de Bulhões sentia-se traído e estava indignado. Miguel da Rocha Lima tomou posse em 14 de julho de 1905. Xavier de Almeida, que não podia se candidatar a senador por ter menos de 35 anos, candidatou-se em 1906 a deputado federal e foi eleito.

## **A REVOLUÇÃO DE 1909**

Miguel da Rocha Lima deu continuidade ao esforço modernizador, apesar da base de apoio do governo estar, em parte, descontente. Era arriscado. O colapso da base faria o governo entrar em crise e Leopoldo de Bulhões esperava ansiosamente por isso. O ponto nevrálgico era a nomeação dos novos funcionários das recebedorias e coletorias de impostos e o rigor nas cobranças. Em Anápolis, oligarcas indignados com aquele rigor promoveram, acompanhados de seus jagunços, uma invasão violenta ao município. O furor foi dirigido, em especial, aos arquivos públicos, com o intuito de destruir documentos e, assim, extinguir dívidas.

Em 1908, a base de apoio do governo estadual entrou em colapso. O PRF decidiu lançar José Xavier de Almeida como candidato a senador da República na eleição do início de 1909. O seu sogro, Hermenegildo Lopes de Moraes, seria o candidato a presidente do Estado em março. O problema era que Luiz Gonzaga Jayme, jurista respeitado e membro de uma família tradicional de Pirenópolis, tinha interesse declarado em ser o candidato ao Senado e já havia juntado apoios relevantes em torno do seu nome. Havia até um acordo interno do PRF que garantia a Luiz Gonzaga o lançamento de sua candidatura. Ele reagiu indignado à quebra daquele acordo. Rompeu com o governo e explicitou as razões de sua atitude em um manifesto publicado na imprensa. Antônio Ramos Caiado acompanhou-o. Demitiu-se da Secretaria de Estado e também declarou sua ruptura com o governo.

Consequências vieram no mesmo ano de 1908. Em setembro, houve eleição para deputados estaduais e, com 24 vagas em disputa, foram eleitos 14 opositoristas. Essa oposição vitoriosa, poucos meses depois, deu origem a um novo partido político, denominado Partido Democrático (PD). Mas o governo ainda era poderoso o suficiente para vencer disputas eleitorais. Xavier de Almeida foi eleito senador em janeiro de 1909 e Hermenegildo Lopes de Moraes venceu a eleição para a presidência estadual em março. Apesar dessas vitórias xavieristas, Leopoldo de Bulhões não esmoreceu. Estava empenhado em consolidar o recém-fundado Partido Democrático e em atrair mais personalidades oligárquicas para a sua grande aliança opositorista.

O que era uma aliança opositorista transformou-se em rebelião armada. Na fazenda Quinta, reuniu-se a coluna sul (800 homens). Na fazenda Esperança, reuniu-se a coluna norte (600 homens). Ambas formavam a Legião Rubra, cuja missão era derrubar o xavierismo. Corriam rumores apavorantes em abril de 1909. Na capital

do Estado, muitos habitantes, aterrorizados, falavam na iminência de uma invasão violenta. Miguel da Rocha Lima se licenciou da presidência. Francisco Bertholdo, o primeiro vice-presidente, o substituiu. Menos de um mês depois, assumiu o poder o presidente do Senado estadual, Joaquim Rufino Ramos Jubé.

No dia 1º de maio, a Legião Rubra, enfim, entrou na cidade. Foi um desfile. Não houve resistência. A Força Pública foi a grande decepção dos xavieristas. Os investimentos do governo não foram suficientes para transformá-la em uma entidade policial capaz de fazer frente a uma legião de oligarcas e jagunços, que inspiravam um temor acima do normal desde os tempos coloniais. A invasão da capital goiana entrou para a história como a Revolução de 1909.

Depois da invasão, assumiu o poder o terceiro vice-presidente do Estado, José da Silva Batista, que estava envolvido com o movimento rebelde da oposição. A Legião Rubra e o Partido Democrático já podiam festejar o sucesso da revolta. Os resultados eleitorais que haviam dado vitória aos xavieristas no início do ano seriam anulados sem dificuldade.

Segundo Zilda Diniz Fontes, José Xavier de Almeida não queria ser candidato ao Senado em 1909 (*apud* Rosa, 1984, p. 114). Imaginava que quebrar o acordo em torno da candidatura de Luiz Gonzaga Jayme poderia desencadear uma crise no PRF e abalar a base de apoio do governo. Foi o que aconteceu. Depois da chamada Revolução de 1909, Xavier de Almeida abandonou a política partidária e só retornou a Goiás no ano de 1913. Hermenegildo Lopes de Moraes, eleito presidente do Estado, não tomou posse. Em toda a sua vida, nunca assumiu o governo estadual.

## **PARTIDO DEMOCRÁTICO**

Leopoldo de Bulhões foi, sem dúvida, um dos principais vitoriosos da Revolução de 1909. Derrubou o xavierismo e voltou ao poder em Goiás, mas em novas condições. O Partido Democrático, ao contrário do que fazia o Centro Republicano, não o reconhecia como grande chefe partidário. Outros nomes ascendiam com destaque. Em especial, Antônio Ramos Caiado (o Totó Caiado), Eugênio Rodrigues Jardim e Olegário Pinto. Seriam os líderes de um novo grupo que estava pronto para assumir a direção do Partido Democrático e controlar o governo estadual.

As pressões exercidas pelo governo federal durante a presidência do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) foram decisivas para consolidar o poder dos novos dirigentes do Partido Democrático. Era a época do *salvacionismo*, com o governo federal combatendo oligarquias poderosas e promovendo amplas mudanças políticas em vários Estados. Em 1912, a pressão federal levou o presidente do Estado de Goiás, Urbano Coelho de Gouveia, à renúncia. A decisão

foi considerada uma derrota para Leopoldo de Bulhões, já que o presidente Urbano era considerado, à época, um dos seus principais aliados. Em julho de 1913, Olegário Pinto assumiu a presidência de Goiás com o apoio do governo federal. Bulhões não tinha mais o mesmo poder e influência de antes. A mudança era visível.

Os anos seguintes foram de intensas disputas entre facções oligárquicas. Alianças, acordos e arranjos se faziam de modo incontrolável, a tal ponto que Miguel da Rocha Lima, governador derrotado e derrubado pela Revolução de 1909, ingressou em 1912 no Partido Democrático, o partido que encabeçou aquela mesma Revolução. Leopoldo de Bulhões, por sua vez, colocou-se francamente contra a cúpula do Partido Democrático, fundou o Partido Republicano de Goiás (PRG) em 1916 e iniciou uma nova fase de disputas partidárias no Estado.

Apesar das agitações daqueles anos pós-1913, o Partido Democrático conseguiu manter-se em posição superior e preservar o seu poder. No ano de 1917, o presidente da República, Wenceslau Brás, articulou um acordo pré-eleitoral para apaziguar as rivalidades em Goiás. Ficou acertado que o próximo presidente seria João Alves de Castro, considerado um nome neutro. O primeiro vice-presidente seria um membro do Partido Democrático, enquanto o segundo e o terceiro seriam do Partido Republicano de Goiás. Na eleição para a Câmara dos Deputados de Goiás, seriam vitoriosos 18 candidatos do Partido Democrático e cinco do Partido Republicano de Goiás. Assim se definiram, antecipadamente, os resultados eleitorais, em demonstração inequívoca de que o falseamento das disputas continuava o mesmo do período imperial.

O acordo de 1917 permitia a qualquer um perceber a superioridade do Partido Democrático. No mesmo ano desse acordo, Leopoldo de Bulhões foi derrotado na eleição para o Senado da República. Após o revés, decidiu retirar-se de Goiás e encerrar sua atividade política no Estado. O Partido Republicano de Goiás se desfez em 1920.

Na década de 1920, os líderes do Partido Democrático subiram a posições elevadas. Totó Caiado foi senador da República de 1921 a 1930. Eugênio Rodrigues Jardim foi presidente do Estado de 1921 a 1923 e foi eleito senador da República em 1924. Exercia o mandato senatorial quando faleceu no Rio de Janeiro, atropelado por um automóvel em 1926. Olegário Pinto assumiu quatro mandatos parlamentares na década de 1920: dois de deputado federal e dois de senador. Os três chefiavam o Partido Democrático e dominavam a política estadual de modo incontestável.

## O SUL-SUDOESTE GOIANO E A CRÍTICA À OLIGARQUIA

No sul e sudoeste goiano, ganhava força uma nova facção política, que se afastava cada vez mais do *status quo* oligárquico e defendia ideias de modernização capitalista, reforma da administração pública, saneamento das práticas eleitorais e até direitos trabalhistas. Eram ideias que avançavam pelo sudeste do país, atravessavam a divisa Minas Gerais-Goiás e eram bem absorvidas por cidades como Catalão, Morrinhos e Rio Verde.

Hermenegildo Lopes de Moraes, chefe partidário respeitado e dono de uma riqueza admirável, foi impedido de assumir a presidência de Goiás pela Revolução de 1909, mas se manteve como um dos principais líderes regionais do Estado até 1917, quando faleceu. Seu filho, também chamado Hermenegildo, herdou a influência política e a riqueza. Além de deputado federal, foi senador da República de 1918 a 1925. Os dois Hermenegildos representaram o sul-sudoeste goiano ainda inseridos no *status quo* oligárquico. Souberam combinar as ideias novas que vinham do sudeste com as tradições políticas de Goiás. Não foram eles que fizeram a crítica mais ferina aos costumes políticos da época.

Em 1924, foi fundado o Partido Republicano Independente na cidade de Rio Verde. Seu chefe maior era Antônio Martins Borges, o Totonho Borges, um oligarca com mandato de senador estadual. O objetivo prioritário do partido não era pôr abaixo o domínio das oligarquias em Goiás. Era garantir maior poder para o sul-sudoeste goiano, inclusive com maior ocupação dos cargos da administração pública estadual. Assim, a região estaria melhor posicionada dentro da estrutura oligárquica dominante na política goiana. Ao mesmo tempo, o partido se posicionou, no ano de sua fundação, em defesa da revolta tenentista de São Paulo, cuja motivação era claramente antioligárquica. Esse posicionamento sinalizava explicitamente o crescimento da rejeição à República Oligárquica no sul-sudoeste goiano.

Em 1929, a crítica antioligárquica já havia ido além do sul-sudoeste goiano e até na capital do Estado se fazia sentir. O jornal *Voz do Povo*, da cidade de Goiás, dizia sem rodeios, em outubro de 1929, que o desenvolvimento de Goiás dependia “em primeiro lugar, do estirpamento do quisto oligárquico, que é o caiadismo” (*Voz do Povo*, 11.10.1929). Fato interessante: um dos principais nomes daquele jornal tão anticaiadista era Mário de Alencastro Caiado, primo de Totó Caiado.

Em 1930, quando a Revolução liderada por Getúlio Vargas derrubou a República Oligárquica, já havia em Goiás uma base de apoio ao movimento, com destaque para Pedro Ludovico Teixeira (que havia militado no Partido Republicano Independente), Domingos Vellasco (que havia se engajado na revolta tenentista de São Paulo em 1924), Mário de Alencastro Caiado e outros. Pedro Ludovico Teixeira chegou a formar um grupo combatente com 120 voluntários e

tentou dominar Rio Verde. Foi derrotado, preso e levado para a cidade de Goiás, mas sua libertação aconteceu poucos dias depois, quando chegou a confirmação da vitória da Revolução de 1930 na maioria dos outros Estados.

## **O CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DE GOIÁS**

A Constituição estadual de 1891 (a chamada Constituição dos Bulhões, reconhecida e oficializada pelo presidente Brás Abrantes em 1892) instituiu uma Câmara dos Deputados e a definiu como o órgão único do Poder Legislativo do Estado de Goiás. Seus membros eram 30 deputados estaduais eleitos em votação direta para mandatos de três anos. O voto era direto, mas restrito. O critério censitário<sup>2</sup> do Império havia sido abolido, mas mulheres e analfabetos continuavam sem o direito de votar, o que reduzia o eleitorado a uma porcentagem ínfima da população. A Câmara dos Deputados se reunia, a cada ano, apenas de maio a julho (ou a agosto).

O normal era que um partido político, com o apoio do governo estadual, obtivesse uma larga vitória na eleição e dominasse a Câmara de Deputados com grande maioria de parlamentares. Na primeira legislatura, o Centro Republicano tinha 17 dos 30 deputados estaduais. Outros deputados se diziam sem partido, mas também eram ligados ao Centro Republicano. Na oposição, apenas cinco parlamentares do PRF. Na legislatura seguinte, a oposição foi reduzida a três deputados estaduais. Na terceira legislatura, a oposição diminuiu ainda mais: apenas um deputado estadual do PRF. Era uma Câmara composta quase inteiramente por apoiadores do presidente estadual. A reduzida divergência entre os parlamentares, o visível alinhamento com o governo e o tempo curto para os trabalhos legislativos faziam lembrar a Assembleia Provincial de antes de 1889, com o seu aspecto de órgão parlamentar pouco relevante.

Em 1898, uma reforma constitucional mudou a estrutura do Poder Legislativo goiano. Foi instituído o Congresso Legislativo do Estado de Goiás, formado por duas casas parlamentares: a Câmara dos Deputados (com 24 membros) e o Senado (com doze). O mandato dos deputados estaduais passou a ser de quatro anos. Para os senadores estaduais, foi estabelecido um mandato de oito anos. Em 1901, o Congresso Legislativo deu início às suas atividades e foram abertos, pela primeira vez, os trabalhos parlamentares do Senado estadual de Goiás.

No Senado, deu-se o interessante caso do presidente Ramos Jubé. O primeiro presidente daquela casa parlamentar foi Miguel da Rocha Lima, de 1901 a 1904. Em 1905, Rocha Lima renunciou ao mandato de senador estadual

---

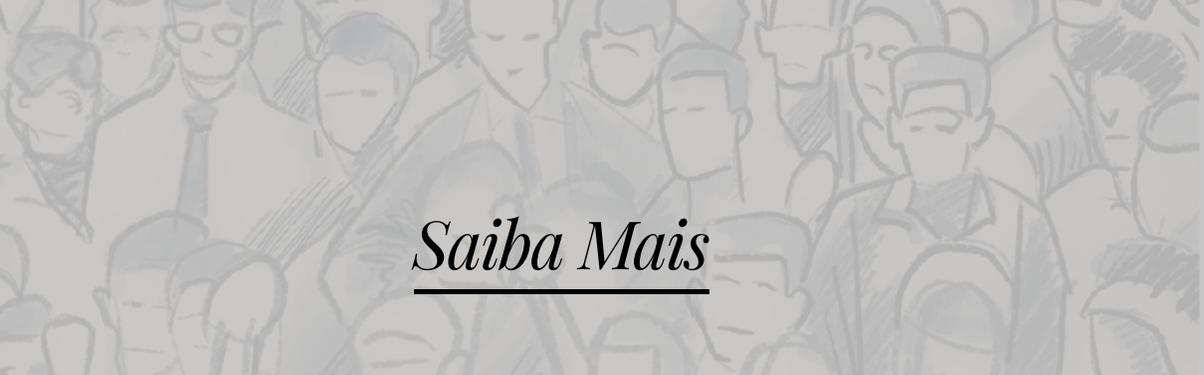
2 Critério censitário: Exigência de renda mínima mensal ou anual para ter o direito ao voto.

para assumir a presidência de Goiás e a presidência do Senado foi assumida por Francisco Perillo. Em 1909, Joaquim Rufino Ramos Jubé se tornou o terceiro senador estadual a presidir o Senado de Goiás. E permaneceu no cargo até 1930, ou seja, seis legislaturas seguidas. Caso singular na história goiana e raro na história do Brasil.

Para chegar àquela posição, ajudou muito o fato de Ramos Jubé ser um católico praticante e engajado. Dedicava-se a ações caritativas cristãs e chegou à presidência da Sociedade São Vicente de Paula, o que o tornou muito respeitado na capital goiana e no Senado estadual. O seu engajamento foi reconhecido pelo papa Pio X, que o agraciou com o título de comendador, aumentando ainda mais o seu prestígio.

Na década de 1920, Ramos Jubé consolidou sua posição especial no poderoso grupo dos senadores veteranos: Antônio Martins Borges, Miguel da Rocha Lima, Deocleciano Nunes da Silva e Herculano de Souza Lobo (todos com experiência de três ou mais legislaturas senatoriais em 1925). Eram senadores que já se conheciam há mais de uma década, se articulavam melhor do que os novatos e, por isso, tinham influência decisiva na escolha do presidente do Senado. Ramos Jubé conseguiu se tornar o nome de consenso desse grupo e isso garantiu as suas últimas reeleições para a presidência.

O Senado estadual, então, foi um ambiente dominado pelos veteranos, com predomínio de ideias conservadoras, tradicionalistas, pouco contestatórias e pouco inovadoras, tendentes a preservar o velho *status quo* oligárquico. A manutenção de um mesmo presidente por mais de vinte anos seguidos era um sinal do ânimo mínimo dessa instituição para qualquer tipo de mudança ou transformação.



# Saiba Mais

## **A CONSTITUIÇÃO DOS BULHÕES (1891): FALAVA EM CONFEDERAÇÃO, GOVERNO REPRESENTATIVO E SOBERANIA POPULAR, MAS NÃO SE DECLAROU “SOB A PROTEÇÃO DE DEUS”**

*Nós, os Representantes do Povo Goyano, reunidos em Câmara Constituinte, para organizar este Estado, segundo o regime estabelecido pela Constituição Federal, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte*

### *CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE GOYAZ*

#### TITULO I

##### *Disposições preliminares*

Art. 1º - O Estado de Goyaz faz parte da confederação denominada República dos Estados Unidos do Brasil.

Art. 2º - O seu governo será representativo e a soberania popular no Estado se exercerá pelos poderes - legislativo, executivo e judiciário, independentes e harmônicos no exercício de suas funções.

**Fonte:** [www.casacivil.go.gov.br](http://www.casacivil.go.gov.br)

## JORNAIS E PARTIDOS

Era comum, desde o início do período imperial, que cada movimento político ou partido tivesse um jornal para divulgar suas ideias. Durante a República Oligárquica, estes foram os principais jornais vinculados aos partidos políticos de Goiás:

### **Goyaz . Orgão Democrata**

Fundado em 1884.

Jornal do Club Liberal (período imperial) e do Centro Republicano (período republicano)

Líderes: Irmãos Bulhões (Félix e Leopoldo)

### **Gazeta Goyanna**

Fundado em 1889

Jornal do Partido Católico (de Goiás)

Líder: cónego Inácio Xavier da Silva

A revista católica *A Cruz*, do frei Gil Vilanova, também apoiava o Partido Católico

### **O Estado de Goyaz**

Fundado em 1891

Jornal do Partido Republicano Federal (PRF)

Líderes: cónego Inácio Xavier da Silva e Sebastião Fleury Curado

### **A Imprensa**

Fundado durante o governo de José Xavier de Almeida (1901-1905)

Jornal do segundo Partido Republicano Federal (PRF)

Líder: José Xavier de Almeida

Os jornais *Semanário Oficial* e *A Tribuna* também apoiavam o PRF

### **O Democrata**

Fundado em 1916

Jornal do Partido Democrata (PD)

Líder: Antônio Ramos Caiado (Totó Caiado)

## **RECLAMAÇÃO COMUM EM GOIÁS: DENÚNCIA DE UMA FRAUDE ELEITORAL EM 1895**

RESULTADO FINAL DA ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE  
DO ESTADO DE GOIÁS EM 1895\*:

Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim 6.362 votos

Luiz Gonzaga Jayme 4.723 votos

Segundo o jornal *O Estado de Goyaz*, apoiador de Luiz Gonzaga Jayme, os casos de abuso e fraude haviam sido evidentes nas seguintes localidades: Palma, Posse, Forte, Alemão, Santa Rita do Paranaíba e Cavalheiros, totalizando 1.979 votos inválidos para Francisco Leopoldo Jardim.

Assim sendo, a votação real deveria ser a seguinte:

Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim 4.393 votos

Luiz Gonzaga Jayme 4.723 votos

“Foi assim que o centro bulhônico ganhou o pleito presidencial”, arrematou o jornal em 26 de julho de 1895. O “centro bulhônico”, no caso, é o Centro Republicano, partido liderado pelos Bulhões.

Apesar da reclamação, Francisco Leopoldo Bulhões teve a sua vitória reconhecida pela Câmara dos Deputados de Goiás, tomou posse e governou de 1895 a 1898 (mandato de três anos).

\* Resultado publicado no jornal *O Estado de Goyaz* em 26 de julho de 1895, quando faltava chegar à capital apenas o relatório de apuração dos votos de Boa Vista.

Imagem 7: Leopoldo de Bulhões



**Fonte:** Wikipedia.

Imagem 8: Antônio Ramos Caiado (Totó Caiado)



**Fonte:** Wikipedia.

## **ANTÔNIO JOSÉ CAIADO E SEUS DESCENDENTES NA POLÍTICA GOIANA DURANTE A REPÚBLICA OLIGÁRQUICA (1889-1930)**

### **Antônio José Caiado**

Presidente do Estado (1892, 1893 e 1895) e Senador da República (1896-1899)

### **Torquato Ramos Caiado (filho de Antônio José Caiado)**

Senador Estadual (1905-1908)

### **Antonio Ramos Caiado - Totó Caiado (neto de Antônio José Caiado)**

Deputado Federal (1909-1920) e Senador da República (1921-1930)

### **Brasil Ramos Caiado (neto de Antônio José Caiado)**

Presidente do Estado (1925-1929) e Senador da República (eleito em 1930)

### **Leão di Ramos Caiado (neto de Antônio José Caiado)**

Senador Estadual (1925-1928 e 1929-1930)

### **Arnulfo Ramos Caiado\* (neto de Antônio José Caiado)**

Deputado Estadual (1909-1924)

### **Lincoln Caiado de Castro\* (bisneto de Antônio José Caiado)**

Deputado Federal (1927-1930)

### **Geraldino Caiado Fleury (primo de Totó Caiado)**

Deputado Estadual (1917-1920) e Senador Estadual (1921-1928)

### **Ubirajara Ramos Caiado (bisneto de Antônio José Caiado e filho de Totó Caiado)**

Deputado Estadual (1925-1928 e 1929-1930)

\* Governaram a cidade de Goiás como intendentess municipais.

**PALAVRAS CONTRA O VOTO FEMININO  
EM UM JORNAL DE MULHERES**

*À mulher foi confiada uma tarefa mais nobre: criou-a Deus para o amor e o carinho do lar, onde os seus afazeres se multiplicam quotidianamente.*

*Que título mais belo e mais sublime do que o de MÃE?*

*Não será, no entanto, concorrendo às urnas que a mulher granjeará a honrosa e dignificante qualificação de boa esposa e de mãe exemplar.*

Oscarlina Alves Pinto

Jornal O LAR, Cidade de Goiás, 1927.

**Fonte:** Santos (2018, p. 121).

OBS.: O voto feminino foi instituído no Brasil, por decreto, em 1932.

# *Era Vargas (1930-1945)*

## **PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA E A REVOLUÇÃO DE 1930**

Getúlio Vargas, após assumir o poder como grande líder da vitoriosa Revolução de 1930, tornou-se chefe do chamado Governo Provisório e passou a editar decretos. No mesmo ano de 1930, nomeou interventores para os Estados brasileiros. Pedro Ludovico Teixeira foi o escolhido para Goiás e logo deu início à montagem de uma nova estrutura de poder. As mudanças seriam impactantes. A intervenção teria a Revolução como referência absoluta e seria totalmente alinhada ao governo de Vargas. A centralização se impôs. O federalismo, considerado um pilar da República Oligárquica, tornou-se inadmissível para os revolucionários. Os Estados deveriam submeter-se às determinações que chegavam do Rio de Janeiro.

Pedro Ludovico deixou claro que queria renovação. Queria que Goiás se transformasse, se modernizasse, assim como o resto do país também se modernizaria no ritmo imposto pela Revolução. A modernização seria tamanha que atingiria até a questão social, antes menosprezada pelos oligarcas. A miséria e o tratamento degradante que era dispensado aos trabalhadores não eram mais aceitáveis. A nova realidade seria de assistência social cada vez mais ampla e de relações trabalhistas dignas e justas. Demonstração evidente deste interesse pela questão social foi a edição do decreto que instituiu o salário mínimo goiano. O interventor Pedro Ludovico Teixeira e Domingos Vellasco, como secretário de segurança pública do Estado de Goiás, assinaram o decreto em 23 de dezembro de 1930, exatamente um mês depois de Ludovico ter assumido o cargo de interventor.

O símbolo maior dessa renovação e modernização de Goiás seria a sua nova capital, que Pedro Ludovico Teixeira fazia questão de fundar. A cidade de Goiás, antiga Vila Boa, era a cidade-símbolo da oligarquia derrotada pela Revolução. Não podia continuar sendo a cidade principal do Estado. A nova capital seria uma reafirmação da vitória revolucionária e uma exaltação ao novo Goiás que surgiria dessa vitória.

A modernização seria impulsionada e conduzida pelo aparato estatal

e tornou-se necessário, então, reformá-lo. Os vícios da época da República Oligárquica precisavam ser extirpados. Era importante criar novos órgãos, aprovar novos regulamentos, estabelecer novos objetivos e, em especial, alterar o modo de admitir os servidores estatais, além de exigir desses servidores novas atitudes. Fortalecer e dar racionalidade técnica à administração pública goiana era fundamental. Além de racionalidade técnica, orientação política também era indispensável. Em certos cargos, seriam colocados nomes de confiança do interventor para garantir que o aparato estatal goiano permanecesse leal à Revolução, a Getúlio Vargas e ao próprio Pedro Ludovico Teixeira.

Ao mesmo tempo, era preciso lidar com a oligarquia. Derrotada e amargurada, mas ainda poderosa.

Diante dos oligarcas, Pedro Ludovico Teixeira se impôs. Deixou claro que agia em nome de uma revolução vitoriosa e exigiu respeito à sua posição. Isto posto, abriu-se ao diálogo e deu atenção às demandas das oligarquias que reconheciam a vitória dos revolucionários. Estava pronto para fazer concessões. Em especial, concessões que garantissem aos seus aliados a manutenção do poder nas prefeituras do interior. Assim surgiu uma aliança que unia os burocratas do novo aparato estatal goiano e os líderes oligárquicos. Essa aliança deu origem ao Partido Social Republicano (PSR), o partido de Pedro Ludovico, que contava também com Domingos Vellasco, Mário de Alencastro Caiado, Nero de Macedo, Colemar Natal e Silva e outros apoiadores da Revolução de 1930. A fundação do partido ocorreu no ano de 1933 e o seu primeiro presidente foi Laudelino Gomes de Almeida, primo de Pedro Ludovico.

Os que se colocavam em oposição ao interventor Pedro Ludovico eram considerados inimigos da Revolução. Sofriam pressões e constrangimentos. Pedro Ludovico, convicto de que nada poderia impedir o avanço da Revolução e a transformação de Goiás, não considerava impróprio que seus apoiadores tratassem os adversários com dureza, mas não estimulava crimes, pois isso o tornaria semelhante aos chefes oligárquicos. Essa semelhança era inadmissível para os princípios mais básicos da Revolução de 1930. Brutalidades eram reprovadas por Pedro Ludovico, que logo se afastava de quem as cometesse. Declarou o próprio Pedro Ludovico Teixeira na última entrevista que deu em sua vida: “Nunca mandei matar ninguém. Ou até mesmo prender um dos Caiados. Agora, eu fazia questão absoluta de ser respeitado. Mas sempre usei o poder com justiça” (Teixeira, 2009, p. 201). Para a oposição, denunciar era necessário: se os crimes e as brutalidades eram cometidas pela facção ludoviquista, a responsabilidade deveria ser atribuída também ao chefe da facção. Domingos Vellasco, ao romper com Pedro Ludovico, o acusou de se tornar um novo oligarca.

## AS ELEIÇÕES DE 1933 E 1934

Depois de muitas reivindicações por eleições parlamentares e uma revolta armada em São Paulo (1932), que exigia a reconstitucionalização do país, foi convocada para 3 de maio de 1933, enfim, a eleição dos membros da terceira Assembleia Nacional Constituinte da história brasileira. Seria a primeira eleição sob a égide da Justiça Eleitoral, instituída em fevereiro de 1932. Estava extinta a verificação de poderes (o procedimento que dava a políticos interessados na disputa eleitoral o poder de validar ou invalidar a vitória dos seus adversários). Para os revolucionários de 1930, tratava-se de procedimento abjeto. Na disputa eleitoral de 1933 e nas seguintes, seria muito diferente. A condução do processo eleitoral, o julgamento das contendas e a proclamação final dos resultados ficariam a cargo de magistrados completamente apartados das disputas partidárias. Era uma mudança relevante e que poderia sanear as eleições. Ainda assim, o Governo Provisório usou do seu largo poder e influência para favorecer os seus aliados. “O ambiente institucional no país estava francamente preparado para favorecer os aliados do getulismo” (Mendonça, 2008, p. 32). Houve até um decreto assinado por Getúlio Vargas, de dezembro de 1932, que suspendeu por três anos os direitos políticos de vários adversários do Governo Provisório.

Goiás tinha direito a quatro assentos na Assembleia Nacional Constituinte. O PSR lançou quatro candidatos para esses assentos. Foram eleitos os quatro: Domingos Vellasco, Mário de Alencastro Caiado, Nero de Macedo e José Honorato de Silva e Sousa. A reduzida quantidade de votos obtida pelos opositoristas deu a impressão de que o processo eleitoral continuava viciado, apesar de ter passado por algumas mudanças.

Na Assembleia Nacional Constituinte, que funcionou de dezembro de 1933 a julho de 1934, o parlamentar que mais se destacou na bancada goiana foi Domingos Vellasco. Envolveu-se em debates instigantes, aguçou sua postura tenentista, acentuou sua defesa da Revolução de 1930 e foi além. Fez da questão social um tema constante de sua atuação parlamentar e salientou suas convicções socialistas. Mas advertia: era um socialista cristão. Foi reconhecido como um notável intelectual e debatedor. Depois de promulgada a Constituição, já era um dos líderes políticos mais prestigiados de Goiás.

No mesmo mês de julho em que foram concluídos os trabalhos constituintes, Vellasco participou, em Goiás, do Congresso de Ipameri, no qual foi fundado o Partido Libertador Goiano, de oposição a Pedro Ludovico Teixeira. A ruptura entre Domingos Vellasco e Pedro Ludovico Teixeira foi a ruptura entre dois candidatos ao governo. Vellasco tinha o interesse de suceder Pedro Ludovico após a reconstitucionalização do país, mas o interventor pretendia continuar à frente do governo estadual, passando à condição de governador eleito conforme a

Constituição. A pretensão de Ludovico parecia muito personalista. Dava a entender que o interventor se achava insubstituível e Domingos Vellasco considerou aquilo uma deslealdade, pois era de conhecimento geral o seu interesse em candidatar-se.

Da aliança entre o Partido Libertador Goiano, a Liga Eleitoral Católica e os caiadistas do antigo Partido Democrático, surgiu a Coligação Libertadora, que lançou candidatos para a eleição de deputados federais e deputados estaduais constituintes em outubro de 1934. Foram eleitos quatro deputados federais em Goiás. Três eram do PSR, mas Domingos Vellasco, o único oposicionista eleito, foi o mais votado. O eleitorado goiano, assim, expressava sua indubitável aprovação ao trabalho de Vellasco na Assembleia Constituinte.

A eleição dos membros da Assembleia Constituinte estadual era uma determinação da Constituição federal recém-promulgada. Em Goiás, foram eleitos 24 deputados-constituintes: 16 do PSR e 8 da Coligação Libertadora. Não faltaram reclamações sobre violências e intimidações contra candidatos e eleitores, mas a oposição, afinal, conseguiu se fazer presente na Assembleia com uma bancada que estava longe de ser desprezível. O prometido saneamento do processo eleitoral parecia estar, enfim, acontecendo.

## **ASSEMBLEIA CONSTITUINTE ESTADUAL DE 1935**

A Assembleia Constituinte de Goiás, com funcionamento de abril a agosto de 1935, foi cheia de novidades. A existência de uma bancada de oposição com relevância de fato deu origem a debates muito mais animados, ao contrário da modorra que caracterizava o Poder Legislativo goiano até 1930. A questão social, pela primeira vez, foi discutida com interesse por parlamentares estaduais. Assistência social, economia popular e direitos trabalhistas foram assuntos que ganharam muita atenção.

A Assembleia foi incumbida pela Constituição federal de eleger o governador do Estado e dois senadores da República. O PSR fez valer a sua maioria, como se esperava. Na disputa pelo governo estadual, Pedro Ludovico Teixeira teve quinze votos contra sete de Emílio Póvoa. A oposição não perdeu a chance de mostrar o seu descontentamento e fez a leitura, em plenário, de um texto que atacava o eleito. Houve reação indignada e barulhenta dos apoiadores de Pedro Ludovico e a bancada de oposição se retirou do plenário. Os dois senadores eleitos foram Nero de Macedo e Mário de Alencastro Caiado, ambos do PSR.

Assunto de altíssima importância para a Assembleia foi a mudança da capital. A disputa entre mudancistas e antimudancistas já estava, de certo modo, superada. Colocar-se contra a construção da nova capital parecia despropositado.

A localização da cidade já havia sido definida e as obras estavam em andamento. Em 24 de outubro de 1933, aniversário da Revolução de 1930, havia sido colocada a pedra fundamental (a data se transformou no dia do aniversário de Goiânia). A nova capital, símbolo do Goiás novo idealizado por Pedro Ludovico, era quase um fato consumado. Mário de Alencastro Caiado, ao transitar do antimudancismo para um mudancismo condicionado<sup>1</sup>, estimulou um posicionamento que parecia mais realista, razoável e produtor: aceitar a mudança da capital, mas exigir que a Constituição protegesse a antiga cidade de Goiás da decadência irreversível. Nem todos os antimudancistas transitaram junto com Mário de Alencastro Caiado. Alguns continuaram como críticos ferrenhos da cidade que Pedro Ludovico estava determinado a construir.

A Constituição do Estado de Goiás, promulgada em 4 de agosto de 1935, continha um capítulo que abordava a “ordem econômica e social” e obrigava o Estado a tratar da questão social. No artigo 97, por exemplo, estavam definidos como deveres do governo estadual e dos governos municipais “assegurar o amparo às populações rurais e aos desvalidos” e “socorrer as famílias de prole numerosa”, entre vários outros. Era, com certeza, o capítulo mais revolucionário da Constituição e expressava, em grande parte, as ideias que moveram os apoiadores goianos da Revolução de 1930.

Nas disposições transitórias, o artigo 5º dizia que a capital do Estado seria “a cidade ora em construção no município de Campinas”. Já o parágrafo terceiro desse mesmo artigo tinha o teor do mudancismo condicionado: “O Governo empregará medidas consentâneas que salvaguardem os interesses econômicos da cidade de Goiás”. Foi o máximo que os defensores da cidade de Goiás conseguiram incluir no texto constitucional. Mais do que isso, parecia impossível.

## **O GOLPE DO ESTADO NOVO (1937)**

A nova Constituição estava promulgada, o Congresso Nacional estava em funcionamento e as Assembleias Legislativas dos Estados voltaram a legislar. Os vícios eleitorais estavam sendo sanados e a modernização parecia avançar. O país se mostrava pronto para entrar em uma fase de paz e estabilidade democrática. Porém, um malgrado levante comunista no ano de 1935 abalou a República.

Tensões políticas que já existiam entre comunistas, integralistas, liberal-democratas e getulistas se agravaram ainda mais e tornaram quase impossível qualquer estabilidade. Estado de sítio e estado de guerra foram decretados. A Lei

---

1 O termo “mudancismo condicionado” é de autoria de Jales Guedes Coelho Mendonça, que tratou deste posicionamento intermediário entre o mudancismo e o antimudancismo.

de Segurança Nacional foi alterada. Criou-se um Tribunal de Segurança Nacional e uma Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo. O presidente Getúlio Vargas<sup>2</sup>, assim, ganhou enorme poder para reprimir a ameaça comunista. Mas não achou que era o suficiente. Queria mais e o contexto lhe era favorável. No dia 10 de novembro de 1937, deu-se o chamado golpe do Estado Novo. Vargas leu um manifesto à nação e sua voz foi transmitida a todos os Estados por várias emissoras de rádio. Essa leitura bastou. Não houve qualquer reação e, no dia seguinte, a ditadura estava instaurada. Durou até dezembro de 1945.

Foi fechado o Congresso Nacional e outorgada uma nova Constituição, que substituiu a de 1934. Em Goiás, o retrocesso foi completo. A Assembleia Legislativa do Estado foi fechada, a Constituição estadual de 1935 perdeu a vigência e Pedro Ludovico Teixeira voltou à condição de interventor escolhido por Vargas. Não havia parlamentares de oposição e, em dezembro de 1937, Vargas decretou a extinção dos partidos políticos. O interventor de Goiás estava livre de contestações. A censura e a repressão política dos anos seguintes deixou-o mais livre ainda.

Domingos Vellasco, por sua vez, foi atingido pela repressão política antes mesmo do golpe do Estado Novo. A polícia da capital federal o prendeu dois dias depois de Getúlio Vargas decretar o estado de guerra, em 21 de março de 1936. Vellasco era um socialista e havia votado, na Câmara dos Deputados, contra a instauração do estado de sítio em 1935, após o levante comunista. Argumentou que o presidente da República já estava “suficientemente armado com a Lei de Segurança Nacional” (Mendonça, 2020, internet). Para o aparato repressor, tratava-se de um possível aliado dos revolucionários comunistas. O Tribunal de Segurança Nacional o julgou e o absolveu. Faltavam provas para demonstrar sua ligação com qualquer conspiração.

O golpe do Estado Novo, ao fechar o Congresso Nacional, deixou Domingos Vellasco sem mandato. Ele soube como lidar com a situação. Recolheu-se à discrição que era aconselhável em um período ditatorial, mas antes declarou publicamente sua rejeição ao novo regime getulista. Os sete anos seguintes foram um recesso em sua carreira política.

## **PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA: INTERVENTOR DO ESTADO NOVO (1937-1945)**

O Estado Novo permitiu a Pedro Ludovico Teixeira continuar promovendo, sem oposição, a reforma do aparato estatal goiano e a modernização socioeconômica.

---

2 Getúlio Vargas foi eleito presidente da República pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934.

mica. O apoio federal, garantido por Getúlio Vargas, foi importantíssimo. As iniciativas de maior destaque se deram na década de 1940: empresa Melhoramentos de Goiás (1941), Marcha para o Oeste (1941), Colônia Agrícola Nacional de Goiás (1941), Batismo Cultural de Goiânia (1942), Companhia de Telecomunicações de Goiás (1943), Fundação Brasil Central (1943) e Expedição Roncador-Xingu (1943), entre outras. Eram iniciativas que estavam longe de se equiparar à industrialização acelerada do sudeste, mas pela primeira vez Goiás passou realmente por um processo intenso de modernização.

Acontecimento importante, após o golpe de 1937, foi a visita de Getúlio Vargas a Goiás em agosto de 1940. Pela primeira vez, os goianos puderam ver o seu governante maior.<sup>3</sup> Pedro Ludovico Teixeira decretou feriado estadual e programou várias atividades para Vargas na cidade de Goiânia. A imagem dos dois, lado a lado e concordando em tudo, reforçava o alinhamento total que existia entre o interventor e o ditador do Estado Novo.

Em um evento no Automóvel Clube, Vargas foi recepcionado com pétalas de flores, jogadas sobre a sua cabeça por jovens moças. Era quase uma adoração ao grande soberano do Brasil. Pedro Ludovico era, orgulhosamente, o interventor de confiança desse adorado Vargas e procurava se aproveitar disso de diversas formas.

Como estava dotado de poder excepcional, Pedro Ludovico podia atrair ainda mais apoiadores para si. Ele aumentou a sua base de apoio e reforçou a aliança que havia dado origem ao PSR em 1933. Foi possível reforçar não só a aliança, mas também a posição do próprio Pedro Ludovico como seu chefe supremo.

Falava-se na possibilidade de um movimento comunista clandestino, mas Pedro Ludovico lidou com eles de forma inusitada. Não os temia, não os perseguia e até os admitia na administração pública do Estado. Considerava que a formação técnica e intelectual dos comunistas seria útil para a modernização do aparato estatal goiano. Assim, militantes que haviam sido perseguidos pelo Estado Novo e ainda temiam ser capturados pela repressão getulista, podiam estabilizar suas vidas no Estado de Goiás. Estavam sob a proteção do interventor. Podiam até se organizar como movimento político, mas às escondidas e sem conspirar. Pedro Ludovico achava que, desse modo, estaria neutralizada a ameaça comunista em seu Estado.

Pedro Ludovico justificava sua indulgência com os comunistas dizendo que, na verdade, eles eram seus prisioneiros exilados na

---

3 Nenhum rei de Portugal esteve em Goiás durante o período colonial. Os imperadores D. Pedro I e D. Pedro II também não visitaram Goiás. Após a proclamação da República, nenhum presidente viajou a Goiás até 1940. Getúlio Vargas foi o primeiro a fazer essa viagem. Mais um símbolo de notável mudança para os goianos.

“Sibéria Canicular Brasileira”, dado o isolamento do Estado de Goiás. (Zimburg, 2001, p. 161)

Os críticos do interventor estavam acuados. Um foco de oposição era o bairro de Campinas (município antes da década de 1930), que rivalizava com a área recém-construída de Goiânia. De um lado, o bairro antigo e popular. De outro, a região nova, de famílias abastadas, muitas delas vinculadas ao governo estadual. Pedro Ludovico era visto como o patrono dessas famílias. Por isso, tornou-se mal visto pelos campineiros. Mas não era uma oposição politicamente organizada. Limitava-se a um sentimento de antipatia<sup>4</sup>. A oposição realmente fundada em princípios políticos antiditatoriais agia de modo constrangido, sob a vigilância da repressão. Exceção era Alfredo Nasser, ex-deputado estadual constituinte de 1935, professor da Faculdade de Direito em Goiânia, liberal convicto e conhecido opositor do Estado Novo.

Em 1945, o fervor pró-democracia após a derrota do nazifascismo na II Guerra Mundial pôs o Estado Novo em crise e Pedro Ludovico Teixeira se viu premido a cumprir o artigo 181 da Constituição de 1937, que previa a outorga de Constituições estaduais. Um decreto-lei federal de 10 de outubro de 1945 deu aos interventores o prazo de vinte dias para aquela outorga. Pedro Ludovico demorou dezesseis dias. Assim foi publicada, em 26 de outubro de 1945, a terceira Constituição do Estado de Goiás, que combinava ideias estado-novistas e princípios democráticos.

Na nova Constituição goiana, o governador seria a “autoridade suprema do Estado” (artigo 50), com mandato de seis anos. A Assembleia Legislativa seria reaberta. A questão social continuou recebendo atenção. Havia artigos garantindo assistência social às famílias pobres. Havia também um artigo relativo a direitos e garantias individuais. Os adversários do Estado Novo consideravam um absurdo e um acinte a introdução deste artigo em uma Constituição outorgada sob os auspícios de uma ditadura.

Três dias depois de outorgada a Constituição de Goiás, generais do alto comando do Exército forçaram Getúlio Vargas a renunciar. Era o fim do Estado Novo e o início da redemocratização. O substituto de Pedro Ludovico Teixeira no cargo de interventor foi nomeado cinco dias depois da renúncia de Vargas. A Constituição outorgada em Goiás no dia 26 de outubro, considerada um símbolo do Estado Novo, recebeu enorme repúdio. Poucos dias depois de ser publicada, já era tratada como um documento inútil, que devia ser substituído sem demora.

---

4 A rivalidade entre o bairro de Campinas e a área recém-construída de Goiânia na década de 1930 deu origem, na época, à rivalidade futebolística entre o Atlético Goianiense (de Campinas) e o Goiânia Esporte Clube (apoiado por Pedro Ludovico Teixeira). Os dois clubes existem até hoje.

# Saiba Mais

## A ELEIÇÃO DE 1934

<b>Partido Social Republicano</b>	<b>Coligação Libertadora</b>
<b>Líder: Pedro Ludovico Teixeira</b>	<b>Líder: Domingos Vellasco</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Aparato estatal montado a partir de 1930, com destaque para:<ul style="list-style-type: none"><li>- os burocratas dos órgãos estaduais</li><li>- forças policiais</li><li>- fiscais do interior</li></ul></li> <li>■ Oligarquias do interior aliadas ao ludoviquismo, com destaque para:<ul style="list-style-type: none"><li>- empregados das prefeituras</li><li>- lavradores dependentes de grandes fazendeiros</li></ul></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>■ Revolucionários de 1930 contrários ao ludoviquismo (liderados por Domingos Vellasco)</li> <li>■ Liga Eleitoral Católica*</li> <li>■ Caiadistas do Partido Democrático derrotado em 1930</li></ul>

\* A Liga era formada por católicos tradicionalistas que desconfiavam da modernidade defendida pela Revolução de 1930 e das inovações propostas por Pedro Ludovico Teixeira. Além disso, houve uma desavença entre o bispo de Goiás e o interventor Pedro Ludovico (o bispo propôs que a nova capital do Estado fosse construída na região de Bonfim, mas Pedro Ludovico preferiu Campinas). Esta desavença aumentou ainda mais o distanciamento entre a Liga e o interventor.

## **CONSTITUIÇÃO DE GOIÁS (1935): A QUESTÃO SOCIAL EXPLICITADA**

Art. 93 - O Estado de Goiás, dentro dos limites de sua competência, promoverá:

a) a colonização e o fomento da economia popular, tomando sobretudo medidas tendentes a proporcionar às classes menos favorecidas possibilidades de uma existência digna e de relativo conforto;

b) a fiscalização da aplicação das leis sociais;

c) a instituição de pensões, aposentadorias, seguros e assistência ao funcionário, e suas famílias;

d) a organização de seguros sociais contra a velhice, moléstias, invalidez, acidentes no trabalho, e desocupação ocasional não procurada;

e) o desenvolvimento da produção agrícola e animal;

f) a proteção ao trabalhador, para o qual adotará as medidas do art. 121, letras “a” a “g” da Constituição Federal, que se compreenderem na órbita de sua competência, e mais as de fomentar e reconhecer os sindicatos, cooperativas de produção e de consumo, e as associações profissionais, inclusive as profissões liberais;

g) a criação de tribunais e assessorados, para a solução dos conflitos entre patrões e operários, clientes e profissionais.

[...]

Art. 95 - O Estado aplicará um por cento (1%) de suas rendas no amparo à maternidade e à infância, subvencionando, em cada região, estabelecimentos particulares, adequados e idôneos, que empreguem esta verba em serviços gratuitos aos pobres.

[...]

Art. 97 - Compete ao Estado e ao município:

I - o desenvolvimento da assistência social, principalmente a hospitalar, proteção à infância e à maternidade;

II - assegurar o amparo às populações rurais e aos desvalidos, criando serviços especializados, e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;

III - estimular a educação eugênica;

IV - socorrer as famílias de prole numerosa;

V - defender a juventude contra toda exploração, e contra o abandono físico, moral e intelectual;

VI - adotar medidas tendentes a restringir a mortalidade e morbidade infantis, e de higiene social, que impeçam a propagação de doenças transmissíveis;

VII - cuidar da higiene mental, e incentivar a luta contra os venenos sociais;

VIII - cooperar com a União no combate às grandes epidemias.

**Fonte:** [www.casacivil.go.gov.br](http://www.casacivil.go.gov.br)

Imagem 9: Getúlio Vargas e Pedro Ludovico Teixeira



**Fonte:** Internet (domínio público).

Imagem 10: Domingos Vellasco



**Fonte:** Wikipedia.

## DEPOIMENTOS DE COMUNISTAS PROTEGIDOS POR PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA EM GOIÁS NA DÉCADA DE 1930

*(...) ele [Pedro Ludovico Teixeira] dizia que era marxista. Ele disse a várias pessoas, é um fato conhecido. Ele deu facilidades para que se refugassem em Goiás vários dirigentes do Partido Comunista de outros Estados. Foram numerosos líderes comunistas para Goiás, alguns foram e se estabeleceram lá legalmente, e exerceram cargos, inclusive cargos públicos e outros, como Adelino Deícola, que exerceu provisoriamente a Secretaria Geral do Partido no Brasil, na década de 30, quando houve a primeira direção nacional. Como ele foram outros dirigentes para lá: Epiphany Bezerra, Meireles, Cristiano Cordeiro e outros.*

Narceu de Almeida Filho

*Esse grupo de pessoas ligadas à Revolução de 35 procurou se refugiar, escolheram o Estado de Goiás. Em primeiro lugar porque Pedro Ludovico tinha simpatia pela Revolução Socialista. Até certo ponto, se dizia homem de esquerda e de fato era. Correram para Goiás porque ali em Goiás eles se sentiam mais ou menos protegidos.*

Roberto Margonari

**Fonte:** Ferreira (2001, p. 72-73).

## DECRETO DE FERIADO EM GOIÁS PELA VISITA AO ESTADO DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, EM 1940

O interventor federal neste Estado

considerando que o Estado de Goiás receberá a visita do senhor Getúlio Vargas, digníssimo Presidente da República;

considerando a extraordinária significação desse acontecimento que enche de justificado orgulho o povo goiano com a oportunidade de ter em seu seio o maior dos estadistas brasileiros;

considerando os inestimáveis serviços prestados à Nação e particularmente ao Estado de Goiás pelo eminente visitante.

Resolve declarar feriado o dia de hoje, em que chegará a Goiânia o Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Sr. Getúlio Vargas.

*Jornal do Brasil, 06.08.1940, p. 6.*

Imagem 11: Foto da chegada de Getúlio Vargas ao Palácio das Esmeraldas.  
Primeiro presidente da República a visitar Goiás



**Fonte:** autor desconhecido. Acervo MIS-GO.



# *Democracia Populista* *(1946-1964)*

## **REDEMOCRATIZAÇÃO (1945-1947)**

A redemocratização do Brasil começou com a eleição do novo presidente da República (general Eurico Gaspar Dutra) e dos parlamentares para uma nova Assembleia Nacional Constituinte, que se reuniu a partir de fevereiro de 1946. Os eleitores de Goiás tinham direito a escolher nove parlamentares-constituintes para esta Assembleia e os resultados eleitorais mostraram que, apesar da desmoralização do Estado Novo, a base de apoio de Pedro Ludovico permanecia ampla e poderosa. Os dois senadores eleitos eram do Partido Social Democrático (PSD), o novo partido do ludoviquismo. Um desses dois senadores era o próprio Pedro Ludovico Teixeira. Dos sete deputados federais eleitos, cinco eram do PSD. A aliança do aparato estatal com a oligarquia, que antes fazia do PSR o partido mais poderoso de Goiás, fez o mesmo com o PSD em 1945 e 1946.

A exceção foi Domingos Vellasco, novamente bem votado. Candidatou-se a deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN) e ficou em primeiro lugar entre os eleitos. Na Assembleia Nacional Constituinte, destacou-se novamente como bom debatedor. Vellasco era um dos líderes da Esquerda Democrática (grupo político inserido na UDN enquanto se estruturava para tornar-se um novo partido político). Mesmo sendo um socialista em um partido que se declarava liberal, foi tratado com grande respeito e chegou a ser escolhido para assumir a presidência do diretório da UDN em Goiás.

A nova Constituição federal foi promulgada em 18 de setembro de 1946 e deu origem a uma democracia atenta à questão social. Amparar os pobres era uma obrigação do Estado, embora se percebesse nessa ação de amparo um considerável grau de demagogia e de relação de dependência entre as classes populares e os governantes. A democracia de 1946, assim constituída, não foi chamada de “popular” porque não tinha as classes populares no poder, mas foi chamada de populista, indicando uma mudança no tratamento dado aos pobres e miseráveis. Esse novo tratamento tinha os direitos trabalhistas e a assistência social como referências principais.

Concluídos os trabalhos constitucionais de 1946, a redemocratização continuou com novas disputas eleitorais. Em 1947, houve eleições para governador do Estado de Goiás, senador da República e deputados estaduais constituintes. O PSD teve a maioria de deputados estaduais eleitos, mas a UDN surpreendeu nas outras duas disputas. Jerônimo Coimbra Bueno foi eleito governador e Alfredo Nasser venceu a disputa para o Senado.

Durante a campanha eleitoral, a acusação de proximidade entre o PSD e os comunistas deslocou votos para a UDN. O Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>1</sup>, de fato, havia declarado seu apoio ao candidato pessedista, José Ludovico de Almeida. Em reação, o arcebispo de Goiás, Emanuel Gomes de Oliveira, decidiu declarar apoio a Coimbra Bueno. A imprensa publicou um manifesto de sua autoria. O texto conclamava “os católicos e todos os homens de bom senso, verdadeiros patriotas do nosso querido Estado de Goiás”, a votar no candidato udenista (Fernandes, 2002, p. 67). Foi um apoio decisivo. Coimbra Bueno venceu por pequena diferença de votos. Alfredo Nasser foi eleito senador com um tanto mais de facilidade.

A vitória da UDN deu o tom da política pós-Estado Novo. Seria menos monótona, mais debatida e disputada. Os oligarcas ainda tinham algum poder de manipulação eleitoral, mas não como antes de 1930. O trabalho da Justiça Eleitoral já havia conseguido coibir parte considerável dos abusos. O governo estadual era da UDN, enquanto a maioria da Assembleia Legislativa do Estado era do PSD. Era o fim do monopólio do poder por parte de um ou outro partido, como acontecia na República Oligárquica.

Foi nessa nova realidade política que se instalou a Assembleia Constituinte do Estado de Goiás, em 22 de março de 1947. Os parlamentares se dedicaram a aperfeiçoar o texto constitucional de 1935, considerado um bom texto tanto pelo PSD quanto pela UDN e outros partidos. Entraram em discussão novamente as propostas de democracia liberal, direitos e garantias individuais, economia popular, questão social e proteção trabalhista. Uma novidade foi o tema específico da saúde pública. O Estado ficou obrigado a aplicar, por ano, “pelo menos quinze por cento (15%) da renda decorrente dos impostos” (art. 155) em serviços de saúde para a população goiana. A tendência geral era essa: garantir os direitos dos cidadãos, ampliar e aperfeiçoar esses direitos quando fosse possível e amparar as classes populares. Tendência própria de uma democracia populista. Em 20 de julho de 1947, foi promulgada a nova Constituição de Goiás, a quarta de sua história.

---

1 Em 1947, o nome do PCB era Partido Comunista do Brasil. Apenas na década de 1960 houve a cisão que dividiu os militantes em dois partidos: o Partido Comunista Brasileiro (com a sigla PCB) e o Partido Comunista do Brasil (com a sigla PC do B). Ambos existem até hoje.

Naquele mesmo ano de 1947, três mulheres foram eleitas vereadoras de Goiânia. Uma novidade marcante. Foram os primeiros casos de vitórias eleitorais femininas na história goiana. Ana Pereira Braga, Julieta Fleury da Silva e Maria José Cândido de Oliveira podem e devem ser consideradas símbolos de uma nova realidade, que se mostrava mais aberta e democrática também para as mulheres de Goiás.

## **PARTIDOS POLÍTICOS**

Os partidos políticos, desde maio de 1945, estavam obrigados a ter caráter nacional. Era uma exigência do decreto-lei 7.586, que regulou o processo eleitoral de dezembro daquele ano. Embora fosse um decreto estadonovista, a redemocratização não o revogou. Surgiu um consenso em torno de sua utilidade. Vários líderes políticos consideraram importante estimular uma política partidária realmente nacional, em vez de permitir que partidos políticos estaduais se multiplicassem em número excessivo por todo o país. Além disso, os partidos estaduais eram vistos como agremiações de oligarcas e representavam o atraso coronelista já derrotado pela Revolução de 1930. Era preciso superar em definitivo esse atraso e adotar um novo modelo. Em vez de partidos estaduais, haveria diretórios estaduais (e também municipais) dos novos partidos políticos nacionais. Trata-se de um modelo que se mantém até hoje no Brasil.

Dos partidos fundados sob a orientação do decreto-lei 7.586, três se destacaram e se tornaram a grande tríade partidária nacional: PSD, UDN e PTB. Em Goiás, o diretório do PSD era liderado por Pedro Ludovico Teixeira e reunia a sua base de apoio. O diretório da UDN, por outro lado, reunia os adversários de Pedro Ludovico e de Getúlio Vargas. A rivalidade entre pessedistas e udenistas tornou-se a disputa central da política goiana durante a democracia populista.

O diretório do PTB não ganhou relevância. Era um partido muito ligado a sindicalistas e intelectuais trabalhistas. A economia goiana, pouquíssimo industrializada, não possuía um movimento sindical forte o bastante para dar robustez ao diretório estadual petebista. Os getulistas e trabalhistas de Goiás rapidamente perceberam que o melhor era se abrigar no PSD. Nas eleições de 1945 e 1947, o PTB não teve nenhum candidato eleito.

Em agosto de 1947, a Esquerda Democrática, após retirar-se da UDN, transformou-se no Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em Goiás, o seu líder ainda era Domingos Vellasco. Os membros do partido (dedicados ao jogo de ideias e votos, não à militância revolucionária de estilo soviético) consideravam importante acentuar o seu posicionamento em defesa da democracia representativa, que os comunistas chamavam de democracia burguesa com o intuito de deslegitimá-la.

No ano de 1948, Vellasco foi à imprensa explicitar essa divergência. Em um artigo publicado no *Diário de Notícias*, fez críticas duras, citando a “incapacidade política” e os graves equívocos dos comunistas (Mendonça, 05.07.2020). Luís Carlos Prestes, líder maior do PCB na época, reagiu com um texto na revista *Problemas*, publicada pelo seu próprio partido. Rebateu as críticas e disse que Vellasco havia se colocado a serviço do imperialismo. “O debate e a dimensão da contestação prestista ilustram o grau de respeito que as opiniões vellasquistas granjeavam na capital federal” (Mendonça, 05.07.2020).

Entrar em atrito desse modo com Prestes reforçou a reputação de bom debatedor que Vellasco já possuía, além de explicitar as diferenças entre o PCB (cujo registro legal foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral em 1947) e o PSB (que funcionou legalmente até 1964). Em Goiás, onde o anticomunismo predominava, deixar claras as suas divergências com o PCB era uma atitude importante.

Apesar do anticomunismo predominante, havia dois núcleos comunistas em desenvolvimento no Estado de Goiás: Anápolis e Goiânia. Na cidade de Anápolis, havia um grupo comunista atuante desde o início da década de 1930. Esse grupo fez circular edições do jornal *A Luta* de 1931 a 1952 (Ferreira, 2001, p. 107). Goiânia, por sua vez, crescia sem parar desde a sua fundação e contava com um número de intelectuais e trabalhadores braçais cada vez maior. Dois segmentos sociais em que a divulgação do comunismo podia ter repercussão. E teve, realmente. A imagem de Luís Carlos Prestes, muito prestigiada no fim de 1945 e no primeiro semestre de 1946, reforçava a propaganda partidária. Assim, o PCB formou a sua primeira base de apoio em Goiás com filiados e simpatizantes da capital e de Anápolis. Passou de movimento clandestino durante o Estado Novo a diretório partidário legalizado na disputa eleitoral de dezembro de 1945. O passo seguinte seria estimular o desenvolvimento de outros grupos comunistas em municípios do interior.

O primeiro êxito dos comunistas em Goiás foi alcançado em janeiro de 1947. O PCB teve 32 candidatos à Assembleia Constituinte do Estado. Dois foram eleitos. Um era Abraão Isaac Neto, dirigente importante do diretório estadual. O outro era um comunista exótico: Afrânio Francisco de Azevedo, ex-banqueiro e pecuarista rico, dono de terras no sul de Goiás e no Triângulo Mineiro. Os dois mandatos, porém, foram reduzidos. Em maio do mesmo ano, o TSE cassou o registro legal do PCB. No ano seguinte, todos os eleitos pelo partido tiveram os dois mandatos cassados.

## **O RETORNO DE PEDRO LUDOVICO E O PREDOMÍNIO DO PSD (1950-1964)**

Jerônimo Coimbra Bueno, eleito governador em 1947, ansiava por progresso. Podia ser chamado até de futurista. Queria que Goiânia estivesse pronta para absorver as novidades do pós-guerra e acreditava que os outros municípios goianos acompanhariam a capital nesse movimento transformador. Não tinha nenhum apreço por oligarcas, jagunços, capangas e brutalidades políticas. Pensava em avenidas, edifícios modernos, novas tecnologias, áreas comerciais movimentadas, parques urbanos e outras inovações. Ouvia que suas ideias, visionárias demais, dificilmente seriam bem aceitas. Esse choque de mentalidade já seria o bastante para que Coimbra Bueno enfrentasse resistências. Mas ainda havia um agravante: a maior parte da burocracia estadual não simpatizava com o seu governo.

Ao assumir o poder, Coimbra Bueno se deparou com um aparato estatal radicalmente ludoviquista. Essa inclinação política pode ser explicada sem dificuldade: o próprio Pedro Ludovico havia erguido e prestigiado aquele aparato de 1930 a 1945. Vários servidores públicos resistiam discretamente aos udenistas nomeados para cargos superiores e alguns até demonstravam certa hostilidade pelo governador. Além disso, havia a oposição na Assembleia Legislativa do Estado, que contava com dezesseis deputados prontos para contestar o governador dia após dia. O governo de Coimbra Bueno, assim, teve suas ações atravancadas por vários adversários (alguns deles instalados na própria administração pública). Foi um governo frustrante e os líderes do PSD diziam que esta frustração só seria superada com o retorno de Pedro Ludovico Teixeira ao Palácio das Esmeraldas.

Enquanto o PSD tinha um candidato a governador de consenso para a eleição de 1950, a UDN passava por um conflito interno. Alfredo Nasser, concluindo seu mandato no Senado, apresentou sua candidatura. A convenção eleitoral, porém, preferiu Altamiro Pacheco, que era um homem rico e sustentaria sua própria campanha eleitoral. Além disso, não era um udenista radical e, por isso, poderia atrair os votos de eleitores moderados. Essa mesma preocupação com os moderados (que não eram nem ludoviquistas, nem udenistas) já havia dado origem à candidatura de Coimbra Bueno em 1947. Nasser, indignado, fez um discurso furioso e iniciou naquele ano sua ruptura com a UDN, embora os líderes do partido ainda o tenham convencido a tentar se reeleger senador como candidato udenista.

O governo de Coimbra Bueno era frustrante e a UDN estava em conflito interno. Tudo parecia favorecer a vitória do PSD. Foi o que aconteceu. Pedro Ludovico Teixeira recebeu quase 60% dos votos válidos na eleição para governador. Jonas Duarte, também do PSD, foi eleito vice-governador. O partido ainda teve a maioria dos deputados federais e estaduais eleitos. A exceção, mais uma vez, foi Domingos Vellasco, o vencedor na eleição para o Senado.

Pedro Ludovico Teixeira deu os mesmos passos que Getúlio Vargas. Saiu do governo em 1945, recebendo muito mais críticas do que elogios. Retornou em 1950, consagrado pelo voto popular.

No novo governo de Pedro Ludovico, iniciado em 31 de janeiro de 1951, seus apoiadores esperavam uma restauração plena de sua liderança política e do seu ímpeto modernizador, com a necessária adaptação ao regime democrático instaurado em 1946. O ludoviquismo da democracia populista, porém, enfrentou dificuldades muito maiores do que o ludoviquismo dos períodos 1930-1934 e 1937-1945, ou seja, o ludoviquismo das intervenções.

O governador, mesmo tendo maioria na Assembleia Legislativa do Estado, não soube lidar com a oposição udenista. Sua base de apoio (em parte de mentalidade oligárquica, em parte de mentalidade estadonovista) defendia ações repressivas para debilitar os adversários. Era uma ideia imprópria para um regime democrático, mas parecia combinar com a fama de valente do próprio Pedro Ludovico. Não houve ação repressiva governamental, mas o incômodo com a oposição deu origem a violências. Em 1952, homens armados invadiram a Assembleia Legislativa para atacar deputados estaduais da oposição. Em 1953, houve um caso ainda mais chocante. O jornalista Haroldo Gurgel, após criticar jocosamente um secretário de Estado, foi assassinado no centro de Goiânia. As consequências foram graves: Goiás passou a ser visto como “terra de banditismo” e como “paraíso do crime” (Souza, 2009, p. 31). Até os investimentos do governo federal no Estado se tornaram mais reticentes.

Pedro Ludovico, o mesmo que havia decretado um salário-mínimo para os trabalhadores rurais e acobertado os comunistas perseguidos pelo Estado Novo, permitiu a repressão policial aos lavradores de Orizona e Pires do Rio durante a chamada *luta do arrendo*, que se intensificou nos anos de 1951 e 1952. Nesse caso, ganhou mais apoio do que críticas porque o PCB estimulava os lavradores a invadir fazendas, o que a maioria da população goiana considerava inadmissível. Ainda assim, o governador tinha muito a lastimar: os acontecimentos reforçaram a impressão de que Goiás era um Estado onde malfeitores andavam à solta e a violência estava fora de controle.

Na democracia populista, o ludoviquismo, pressionado pela UDN, se mostrou menos poderoso e quase foi derrotado na eleição de 1954.<sup>2</sup> Mesmo assim, estabeleceu um domínio de mais de uma década na política goiana. Pedro

---

2 José Ludovico de Almeida (PSD) venceu Galeno Paranhos (UDN) por menos de 1% dos votos válidos. Paranhos, alegando que o pleito havia sido eivado de fraudes, recorreu ao TSE. O tribunal lhe deu razão. O problema é que o processo se arrastou por dez anos, ou seja, quando Galeno Paranhos foi declarado o legítimo vencedor da eleição, já não era mais possível lhe dar posse.

Ludovico Teixeira continuou sendo um líder extremamente respeitado e a base de apoio do PSD permaneceu ampla. Nas três eleições seguintes para a escolha do governador do Estado (1954, 1958 e 1960), foram eleitos três candidatos do PSD: José Ludovico de Almeida (sobrinho de Pedro Ludovico), José Feliciano Ferreira e Mauro Borges (filho de Pedro Ludovico). Nessa fase de predomínio pessedista, foram duas as grandes prioridades: continuar modernizando a economia com estímulos estatais e apoiar a transferência da capital federal para o território de Goiás.

A transferência da capital da República para o Planalto Central era uma determinação da Constituição de 1946, mas esteve, de fato, sob ameaça. O marechal José Pessoa, em 1955, chefiava a comissão encarregada de demarcar o território da futura capital<sup>3</sup> e informou ao governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, que o presidente da República, Café Filho, defendia a manutenção da capital na cidade do Rio de Janeiro. José Ludovico decidiu agir rápido. Criou, por decreto estadual, uma comissão com o poder de desapropriar as terras do futuro Distrito Federal.<sup>4</sup> Em dezembro de 1955, tiveram início as desapropriações. Goiás, portanto, já trabalhava em prol da nova capital antes mesmo de Juscelino Kubitschek tomar posse como presidente da República.

Após a posse de Kubitschek, em 31 de janeiro de 1956, os ataques à transferência da capital, liderados por parlamentares udenistas, se tornaram mais intensos. Os cariocas, obviamente, eram os mais insatisfeitos. Os goianos, por outro lado, eram entusiastas da transferência. “Os udenistas goianos eram mais goianos do que udenistas e sabiam dos benefícios de Brasília para Goiás, por isso apoiaram o governo” (Higa, 01.04.2023). Emival Caiado, udenista de Goiás, se destacou. Foi o autor do projeto de lei que definiu o dia 21 de abril de 1960 como data da mudança da capital. O projeto foi aprovado e sancionado no dia 1º de outubro de 1957. Emival Caiado também presidiu, em 1959, a Frente Parlamentar Mudancista, que contava com mais de cem deputados federais. Brasília foi inaugurada solenemente em 21 de abril de 1960, exatamente como previa a lei de autoria de Emival Caiado. Muitos goianos, naquele dia, se sentiram vitoriosos ao lado do presidente JK.

## **VELLASCO E NASSER**

Em 1950, ano da vitória eleitoral que reconduziu Pedro Ludovico ao governo de Goiás, Domingos Vellasco foi candidato a senador da República e venceu a disputa. Obteve mais de 50% dos votos válidos e se impôs, de forma

---

3 Comissão de Localização da Nova Capital Federal (decreto 32.976, de 1953).

4 Comissão de Cooperação para a Mudança da Nova Capital (decreto estadual 1.258, de 1955).

incontestável, diante de dois adversários respeitáveis: o ex-governador Jerônimo Coimbra Bueno e o senador Alfredo Nasser, que buscava a reeleição. Aquela era a sua quarta vitória eleitoral seguida (1933, 1934, 1947 e 1950) e não havia mais dúvida: Domingos Vellasco estava entre os principais políticos do Estado de Goiás, equiparando-se a Pedro Ludovico Teixeira.

Em oito anos de mandato no Senado, Domingos Vellasco continuou atuando como um socialista convicto: defendeu a democracia representativa, o voto livre, as liberdades constitucionais, os direitos trabalhistas, a mobilização sindical e a proteção ao proletariado contra violências policiais. Engajou-se na campanha *O petróleo é nosso* e foi escolhido para presidir a delegação brasileira na União Interparlamentar, fundada em 1889 e ativa até hoje. Em 1958, no fim do seu mandato de senador, candidatou-se à Câmara dos Deputados pelo Distrito Federal (Rio de Janeiro). Foi a primeira vez que disputou uma eleição fora do Estado de Goiás. Ficou na suplência, mas chegou a assumir o mandato por vários meses.

Sua carreira parlamentar se encerrou em 1961, quando ingressou no Tribunal Superior do Trabalho como ministro vitalício. Muito apropriado para quem tinha os direitos dos trabalhadores como um dos assuntos que mais o interessavam.

O outro grande parlamentar goiano da democracia populista foi Alfredo Nasser, da UDN e depois do PSP. Após a vitória em 1947 na eleição para senador, sofreu duas derrotas (1950 e 1954) que o afastaram dos debates parlamentares. Dedicou-se por oito anos ao ensino superior e ao jornalismo. As derrotas, porém, não o calaram. Nasser, militante intenso, defendia teses e criticava o PSD no *Jornal de Notícias*, do qual era diretor. Assim se manteve como o nome de maior destaque na oposição a Pedro Ludovico.

Alfredo Nasser era um udenista engajado que estava a todo tempo pronto para ferir o getulismo e o ludoviquismo, tratando-os como antiliberais, herdeiros do Estado Novo e perigosos para a democracia. Ganhou a admiração e a simpatia de quem detestava Pedro Ludovico. Em 1958, filiado ao Partido Social Progressista (PSP), foi eleito deputado federal e deu início a uma nova fase de sua carreira parlamentar. Continuou antigetulista, mas passou a dialogar e a negociar de outro modo com o PSD.

Em 1961, Alfredo Nasser integrou a mesa diretora da Câmara dos Deputados. Na crise da sucessão de Jânio Quadros<sup>5</sup>, em agosto daquele ano,

---

5 O presidente Jânio Quadros renunciou em 24 de agosto de 1961 e, em seguida, parte da alta oficialidade do Exército se posicionou contra a posse do vice-presidente, João Goulart, considerado muito próximo dos comunistas. Os apoiadores de Goulart iniciaram uma campanha em defesa de sua posse, que foi chamada de Campanha da Legalidade. Uma emenda constitucional foi aprovada em poucos dias e instituiu o sistema parlamentarista. O país passaria a ser governado pelo Presidente do Conselho de Ministros. João Goulart, assim, assumiu a presidência da República no dia 7 de setembro.

Nasser se pronunciou sem hesitações. Colocou-se contrapropostas ditatoriais e assinou o manifesto da mesa diretora da Câmara, que defendia a continuidade dos trabalhos parlamentares e o respeito às instituições democráticas do país. A crise foi superada com a emenda constitucional que instituiu o sistema parlamentarista.

No primeiro governo do novo sistema, chefiado por Tancredo Neves, do PSD, Alfredo Nasser foi chamado a assumir o ministério da Justiça. Foi o cargo que o tornou conhecido nacionalmente. Permaneceu como ministro até julho de 1962. Três meses depois, foi reeleito deputado federal por Goiás.

No novo mandato, manteve a postura. Seu nome foi cogitado em 1965 para a presidência da Câmara dos Deputados, mas o seu partido não era forte o bastante para atrair o apoio do governo federal. Sem esse apoio, a cogitação recuou.<sup>6</sup> Ficou decepcionado, mas a sua maior tristeza era outra. Por três vezes, Alfredo Nasser quis ser candidato a governador de Goiás com o apoio dos udenistas. Nas três vezes, sua pretensão foi frustrada. Na segunda vez, em 1950, ele falou assim sobre a frustração que lhe consumiu: “Meu cérebro parou, esmagado pelo rolo compressor das emoções” (Sampaio, 23.07.2016).

Nunca se candidatou a governador e essa foi a mágoa que carregou até o fim da vida. Aos 60 anos de idade, sofria com surtos de depressão e problemas cardíacos. Em 21 de novembro de 1965, Nasser faleceu. Oito mil pessoas compareceram ao sepultamento para homenagear o maior adversário do PSD e do ludoviquismo em Goiás.

## **OS COMUNISTAS E A IDEIA DA GUERRILHA RURAL**

O PCB, após ter o registro legal cassado pelo TSE em 1947, voltou à mobilização clandestina e passou a planejar ações revolucionárias armadas para a tomada do poder. Uma das inspirações era a Revolução Chinesa, vitoriosa em 1949. Os comunistas chineses primeiro dominaram o interior do país e depois avançaram sobre as grandes cidades. A ideia de fazer o mesmo no Brasil ganhou força e Goiás parecia ser uma região propícia para o estabelecimento de focos guerrilheiros.

A partir de 1954, um movimento de lavradores na região de Trombas e Formoso, que ficava no território do município de Uruaçu, chamou a atenção dos comunistas brasileiros. Agricultores haviam se mobilizado para enfrentar fazendeiros, grileiros, policiais e jagunços. O PCB enviou agentes à região com

---

6 Foi eleito Olavo Bilac Pinto (UDN-MG), com o apoio do governo federal.

o intuito de encorajar a continuidade do movimento, auxiliar na sua organização e divulgar as ideias do partido.

Os lavradores montaram um sistema organizativo composto por vários conselhos de córregos e um conselho geral, que era vinculado a uma associação dos trabalhadores locais.<sup>7</sup> Essa organização deu mais coesão e agilidade ao movimento. Fazendeiros e grileiros não conseguiram reagir. Quando o conflito foi noticiado na imprensa do Rio de Janeiro, parecia ser uma mistura de foco guerrilheiro e banditismo goiano, mas também havia argumentos em defesa dos lavradores e contra os grileiros.

O movimento de Trombas e Formoso derrotou seus inimigos e impôs suas regras à região a partir de 1957, mas não se transformou em insurreição comunista. O seu líder, José Porfírio, em vez de assumir a chefia de uma guerrilha rural, filiou-se ao PTB e foi eleito deputado estadual. Em 1962, o governador Mauro Borges reconheceu os direitos dos lavradores, entregou-lhes títulos de propriedade rural e pacificou a região.

Em 1959, as notícias da Revolução Cubana atizaram ainda mais o ímpeto revolucionário. O PCB, em 1958, havia abandonado a luta armada e adotado a luta política dentro da democracia representativa como método de ação, mas vários outros grupos estavam dispostos a estabelecer focos guerrilheiros. Um desses focos foi descoberto no município de Dianópolis, em Goiás. Era um campo de treinamento mantido pelo Movimento Revolucionário Tiradentes, que tinha ligações com o movimento das Ligas Camponesas. No local, havia armas e material impresso de conteúdo comunista. O caso foi noticiado pela imprensa da capital federal e entrou em debate no Congresso Nacional. O líder udenista Carlos Lacerda chegou a dizer que o militante goiano Tarzan de Castro era um primo de Fidel Castro encarregado de organizar guerrilhas no Brasil. A revista *O Cruzeiro* chamou Goiás de “viveiro de guerrilhas”.

Depois dos acontecimentos de Orizona, Pires do Rio, Dianópolis e Uruaçu (Trombas e Formoso), além de outros, não havia dúvidas de que os comunistas tentavam criar focos guerrilheiros no interior do Brasil. Mas eram iniciativas que pareciam pequenas demais e não mereciam repressão violenta. O caso de Trombas e Formoso era revelador: o movimento sequer ensaiou uma expansão para outros municípios e a região, afinal, foi pacificada sem maior dificuldade quando o governo estadual tomou a decisão simples de conceder títulos de propriedade. A democracia populista não parecia ameaçada por movimentos tão localizados. A repressão violenta se deu apenas durante o Regime Militar, por razões políticas e ideológicas que caracterizavam o próprio regime.

---

7 Associação dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas de Formoso e Trombas.

## MAURO BORGES SOB PRESSÃO: 1961 E 1964

Mauro Borges, filho de Pedro Ludovico Teixeira e eleito governador do Estado em 1960, tinha interesse em dar continuidade ao projeto de desenvolvimento ludoviquista. A transferência da capital federal para o território goiano já era uma realidade. Restava permanecer dando estímulos estatais para a modernização socioeconômica goiana, iniciada em 1930. Em seu governo, foram criados novos órgãos com esse objetivo: Metago, Cosego, Iquego, Idago, Cerne, Ipasgo, Caixaço e outros.

O ludoviquismo, porém, sofria novas pressões no início da década de 1960. O PTB, cada vez mais sob a liderança de João Goulart e Leonel Brizola, havia radicalizado suas ideias trabalhistas e pressionava o PSD a fazer o mesmo. Em Goiânia, o movimento estudantil havia crescido e se aproximado do PTB radicalizado (brizolista). Estava também em permanente contato com os comunistas, tornando-se mais engajado e exigente. A União Goiana dos Estudantes Secundaristas (UGES) exercia tamanha pressão sobre o governo estadual que obteve do governador José Feliciano, em 1959, um imóvel para ser usado como sede. Era uma boa edificação, que ganhou o apelido de Castelinho. Os movimentos de trabalhadores rurais, por sua vez, mantinham contato com as Ligas Camponesas e com a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Alguns desses movimentos participaram do I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Belo Horizonte, 1961) e a eleição de José Porfírio para a Assembleia Legislativa do Estado, em 1962, mostrou a que ponto já havia chegado a mobilização rural, embora fosse uma mobilização sem interesse em assumir posições revolucionárias, como queriam os comunistas.

Mauro Borges não podia menosprezar todas essas pressões. Compreendeu a realidade que o cercava, mas não estava disposto a aceitar tamanha radicalização do seu governo. Por convicção própria, adotou uma postura reformista, mas não revolucionária de viés comunista e fazia questão de deixar isso claro.

Na crise da sucessão de Jânio Quadros, em agosto de 1961, Mauro Borges se posicionou em defesa da legalidade e da posse de João Goulart como presidente da República, conforme previa a Constituição. Seu posicionamento foi explicitado com o lançamento de um manifesto que tinha considerações como esta:

Se a vontade do povo não for respeitada, se tentarem mistificá-la e em seu nome ousarem lançar o país na degradação de uma ditadura, sob a alegação, já desmoralizada e a que falta até o mérito da originalidade, de que era preciso salvá-lo da ameaça comunista, só nos resta um caminho – fazer o apelo dos grandes momentos e

das grandes crises: a resistência legalista, democrática e patriótica (Diário do Congresso Nacional, 29.08.1961, p. 174).

No mesmo manifesto, advertiu: “Não sou nem jamais fui comunista. Coerentemente, em toda a minha vida, sempre defendi essas idéias”. O governador sabia que o PTB e o PCB ficariam satisfeitos com o seu posicionamento. Ao mesmo tempo, esperava que os adversários de João Goulart não o tratassem como um comunista em defesa de outro comunista. O texto era, de fato, uma defesa veemente da Constituição e, em especial, da democracia populista instaurada em 1946. Afinal, foi nessa democracia populista que o seu partido se tornou o maior de Goiás e do Brasil.

João Goulart tomou posse como presidente da República em 7 de setembro de 1961. Alguns dias depois, Mauro Borges viajou ao Rio Grande do Sul e deixou claro que sua inclinação política, naquela conjuntura, era francamente nacionalista e trabalhista. Em Porto Alegre, foi recebido pelo governador Leonel Brizola e saudado festivamente por uma multidão. Os dois governadores criaram a Frente Nacional de Libertação e em 24 de outubro, dia do aniversário da capital de Goiás, foi lançado na própria cidade um documento intitulado *Declaração de Goiânia*, de teor visivelmente brizolista (Jornal do Brasil, 25.10.1961, p. 4). O documento falava na importância de eleger candidatos ligados à Frente e defendia as liberdades democráticas, a Constituição e a independência econômica do país. Concluía louvando a “pátria unida, livre e soberana” que seria, em breve, o Brasil. Outras personalidades se juntaram à Frente Nacional de Libertação, como o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, considerado um aliado convicto de João Goulart.

Para os que se colocavam em oposição ao presidente João Goulart, estava evidente: Mauro Borges era um brizolista e colaborava com a aliança Goulart-comunistas. Várias atitudes do governador goiano pareciam confirmar essa certeza: a aliança eleitoral com o PTB em 1960, a criação da Secretaria Estadual do Trabalho e a nomeação de um petebista para chefiar essa Secretaria, a defesa do cooperativismo rural israelense (que inspirou a implantação dos combinados agro-urbanos<sup>8</sup> em Goiás), a distribuição de títulos de propriedade na região de Trombas e Formoso, a proximidade com a UGES e, em especial, a defesa das reformas de base propostas pelo presidente Goulart. O pai de Mauro Borges, durante o Estado Novo, havia acolhido comunistas e até isso podia ser levado em consideração.

Mauro Borges continuou repelindo as acusações de ser um aliado de comunistas. A defesa do cooperativismo rural israelense, por exemplo, não podia ser usada para demonstrar sua proximidade com o comunismo, já que Israel era uma democracia parlamentarista (assim como o Reino Unido e a

---

8 Arraias (o mais importante), Tocantinópolis e Araguacema.

França), não uma ditadura alinhada à União Soviética. Em junho de 1963, o governador entrou em atrito com o PTB, fez críticas ao presidente João Goulart em entrevista ao *Jornal do Brasil* e passou a se afastar de Leonel Brizola e de seus apoiadores. Continuava se mostrando um reformista convicto, mas a Frente Nacional de Libertação e a *Declaração de Goiânia* pareciam esquecidas

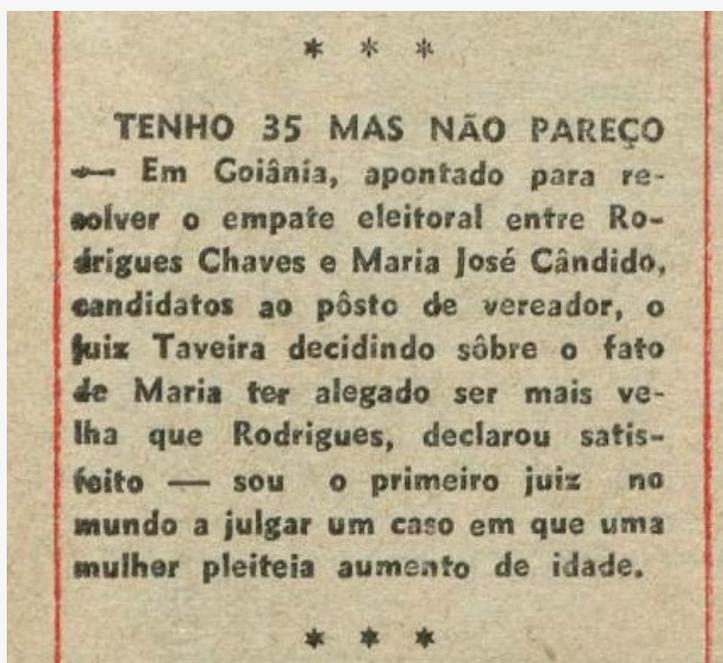
Em 31 de março de 1964, ao saber que um golpe de Estado estava em andamento com o apoio de vários generais, Mauro Borges rapidamente se posicionou em defesa dos militares. Na noite do mesmo dia 31, lançou um manifesto com ataques a Goulart:

Teremos que dizer ao Sr. Presidente da República que nós, os brasileiros aqui residentes, que pegamos em armas para defesa dos seus direitos em agosto de 1961, as empunharemos outra vez para que não faça deste grande País uma casa-grande, onde quer ser o patrão (*Jornal do Brasil*, 03.04.1964, p. 3).

No dia seguinte ao golpe, foram depostos os governadores de Pernambuco e de Sergipe (Miguel Arraes e Seixas Dória). Mais uns dias se passaram e ambos já estavam presos na ilha de Fernando de Noronha. Mauro Borges, por outro lado, permaneceu no seu cargo. Os seus adversários não podiam aceitar aquilo e exigiam, igualmente, deposição e prisão. Quem havia ajudado a fundar a Frente Nacional de Libertação e recepcionado festivamente Leonel Brizola no centro de Goiânia não podia ficar impune. Mauro Borges continuava no governo, mas sabia da precariedade de sua posição naqueles dias.

## Saiba Mais

Em 1947, as mulheres foram eleitas para cargos públicos pela primeira vez na história de Goiás. Eram três vereadoras da cidade de Goiânia. O fato curioso é que Maria José Cândido de Oliveira recebeu o mesmo número de votos de Agenor Rodrigues Chaves. O desempate seria favorável a quem tivesse mais idade. A imprensa fez graça.



**Fonte:** Revista *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 1949.

Em 1950, foi eleita a primeira deputada estadual de Goiás: Berenice Artiaga, do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Imagem 12: Jerônimo Coimbra Bueno - UDN



**Fonte:** Wikipedia.

Imagem 13: Mauro Borges - PSD



**Fonte:** Wikipedia.

**COMUNISTAS DENUNCIAM PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA:  
REPRESSÃO AOS CAMPONESES DURANTE A LUTA DO  
ARRENDO EM ORIZONA E PIRES DO RIO (1951)**

Camponeses pedem terra

Ludovico responde com BALA !

*Sob o comando do famigerado Tte. Rui Barbosa, a polícia implanta terror em Orizona.*

*Roubos à vista.*

*Ameaçada a segurança de João Cândido, líder de Pires do Rio.*

O celerado Tte. Ruy está cumprindo muito bem as ordens de Ludovico, do prefeito de Orizona, Luiz Martins, dos fazendeiros José Lourenço, Otávio Canedo e Arão Caixeta e do senador Zequinha da Costa, que pensa ser o dono de Orizona. Sob o comando do tarado Tte. Ruy Barbosa, a polícia espancou os camponeses Joaquim Nunes, Pedro Mariano e Antônio *de Tal*, invadiu a casa e furtou da mala o revólver do camponês Alexandre Gonçalves. O desassossego tomou conta entre as moças, mulheres e homens da região, atormentados com a presença e abusos dos enviados de Ludovico.

Os homens de Orizona que transmitem ordens à matilha do Tte. Ruy exploram o anticomunismo para justificar as selvagerias da polícia e tentam envolver o líder popular de Pires do Rio, João Cândido, amigo dos camponeses, num processo farsa. É bom que esses canalhas se lembrem que qualquer violência cometida contra João Cândido será respondida por violências ainda mais enérgicas por parte do povo e dos camponeses de Pires do Rio e Orizona.

*O Estado de Goiás* (jornal do PCB em Goiás)

número 1414, 05.09.1951.

páginas 5-6.

## ALFREDO NASSER E O CINCO DE MARÇO: DENÚNCIA DE REPRESSÃO POLICIAL AO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM 1959

Feridos pela polícia mais de cinquenta estudantes

Os sangrentos acontecimentos de ontem à noite nesta capital, gerados pela insensatez do regime policialesco agora reimplantado em Goiás, apresentam, talvez, o mais trágico balanço que já atingiu e enlutou a nossa juventude, quando pacificamente, lutava pelo direito de não ser expulsa das escolas pelos preços proibitivos das anuidades e taxas.

Nada menos de 50 estudantes saíram feridos da luta desigual com o gendarme do governo.

(...)

Um dos estudantes hospitalizados encontra-se em estado gravíssimo, segundo a opinião do médico que o operou. É possível, assim, que a barbaridade venha apresentar uma vítima fatal, para marcar a sina de um governo irresponsável e sanguinário, cúmplice e incentivador dos crimes de sua polícia desumana.

Alfredo Nasser, *Jornal de Notícias*.

Goiânia, 06.03.1959, p. 1.

OBS.: O governador José Feliciano Ferreira, no dia seguinte àquele conflito entre policiais e estudantes, demitiu o secretário de Segurança Pública e permitiu que os próprios estudantes indicassem o seu substituto. A data se tornou um símbolo do movimento estudantil goiano. *Cinco de Março* foi o nome escolhido para o jornal da União Goiana de Estudantes Secundaristas (UGES).

**LANÇAMENTO DO *MANIFESTO AO POVO BRASILEIRO*, DA  
FRENTE PARLAMENTAR MUDANCISTA, LIDO PELO SEU  
PRESIDENTE, DEPUTADO FEDERAL EMIVAL CAIADO**

(...) os signatários do presente Manifesto, respeitando embora os argumentos dos seus patrícios que ainda contestam a utilidade e a oportunidade do grande empreendimento, reafirmam o propósito de lutar pela sua efetivação e de facilitar todos os meios e recursos para que o Governo da República possa consumir a obra que integrará o Brasil no domínio de si mesmo, a 21 de abril de 1960.

Aproveitam esta oportunidade para dirigir um veemente apelo à colaboração de todas as classes sociais – das forças políticas e econômicas, das classes militares, da mocidade estudiosa, dos trabalhadores e Sindicatos, das elites intelectuais, para que se congreguem e lutem pela realização do nobre sonho de tantas gerações.

Rio de Janeiro, 21 de abril de 1959

Emival Caiado

Presidente

*Seguem 171 assinaturas.*

*(Muito bem. Palmas)*

Anais da Câmara dos Deputados

Sessão de 13 de maio de 1959

**REVISTA *O CRUZEIRO* DENUNCIA A EXISTÊNCIA DE UM  
CAMPO DE TREINAMENTO COMUNISTA EM DIANÓPOLIS,  
INTERIOR DE GOIÁS**

O que está sendo denunciado, com insistência, pelos homens de consciência democrática, como uma vasta conspiração contra a Democracia no Brasil, já vai um pouco além das simples palavras. Em Dianópolis, no Estado de Goiás, como em muitos outros pontos de nosso território, treinam-se guerrilheiros e trabalha-se objetivamente pela implantação de “um governo popular revolucionário”, moldado à semelhança do regime dos Castros e Guevaras. É uma conspiração que se arma, com os característicos de uma sublevação rural. O caso de Dianópolis mostra que Sierra Maestra está de mudança para o sertão brasileiro.

*Ubiratan de Lemos (texto), O Cruzeiro, 27.12.1962, p. 7.*

Imagem 14: Material encontrado no campo de treinamento comunista de Dianópolis (GO)

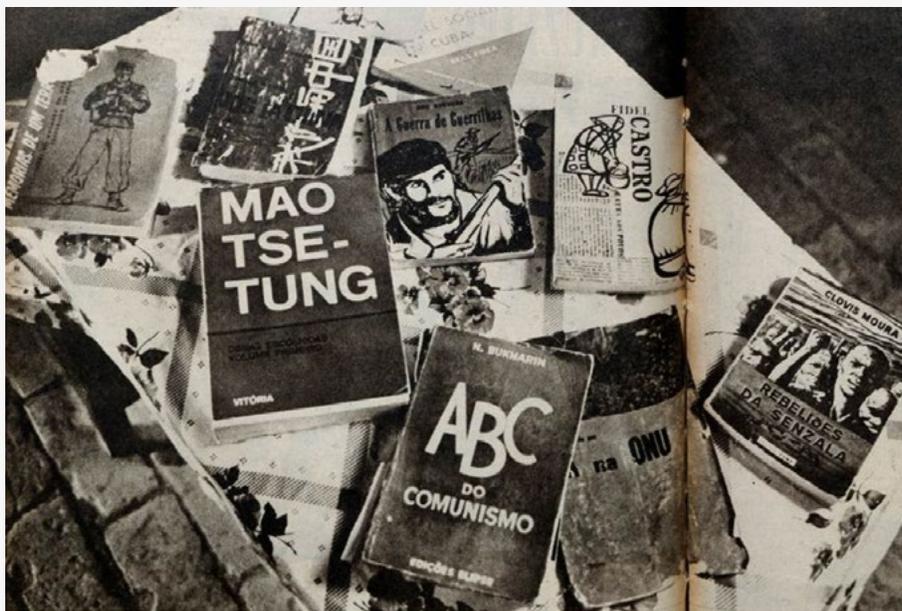


Foto: *O Cruzeiro*, 27.12.1962.



# *Regime Militar* *(1964-1985)*

## **NOVEMBRO DE 1964: INTERVENÇÃO EM GOIÁS**

O golpe de 1964 pôs abaixo a democracia populista de 1946 e deu origem a um sistema de poder que, de imediato, buscou a aniquilação do seu grande inimigo: a subversão comunista. O Comando Supremo da Revolução<sup>1</sup>, constituído nos dias seguintes ao golpe, acreditava que a ameaça de 1935 estava de volta, recomposta e com ainda mais poder. Portanto, era preciso repetir a repressão de três décadas antes, talvez de modo mais intenso. Em Goiás, todo o anticomunismo se voltou contra Mauro Borges e os seus auxiliares, acusados de permitirem (ou incentivarem) a infiltração comunista no governo estadual.

O furor repressivo acuou os adversários do novo regime. Alguns abdicaram de suas atividades políticas e, constrangidos, recolheram-se às suas atividades profissionais e às suas vidas privadas. Outros até fugiram do país. O governador Mauro Borges se disse vítima de constrangimento: “[...] deflagraram contra mim uma campanha violenta, injusta e mentirosa visando o meu aniquilamento político e quem sabe também de minha própria pessoa física” (*apud* Quadros, 2022, p. 99).

Mauro Borges continuava reagindo às acusações de que era um comunista não declarado ou um apoiador de comunistas. Lembrava que era militar com a patente de tenente-coronel (promovido a coronel quando foi reformado). Havia se formado na Escola Militar de Realengo e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Enfatizava seu apoio ao movimento que havia deposto João Goulart. Antes, já havia entrado em conflito com o PTB e dado várias declarações de repulsa ao comunismo. Para os seus adversários, nenhuma dessas argumentações importava. Nos bastidores, faziam campanha intensa em prol de uma intervenção no governo de Goiás.

Mauro Borges chegou a participar da reunião que escolheu, em 4 de abril de 1964, o general Castelo Branco como o “candidato dos governadores” para a eleição presidencial indireta de poucos dias depois. Além do governador de

---

1 Os apoiadores do golpe de 1964 diziam que não se tratava de um golpe, mas de uma Revolução. E faziam uso insistente dos termos “revolução” e “revolucionários”.

Goiás, outros seis estavam no encontro, que foi realizado na cidade do Rio de Janeiro. Eram os governadores da Guanabara, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, do Mato Grosso e do Paraná (Folha de São Paulo, 05.04.1964, p. 3). Castelo Branco, então, podia confiar em Mauro Borges, seu ex-aluno da Escola Militar de Realengo. Podia reconhecê-lo como um sincero apoiador e, portanto, não seria necessária uma intervenção em Goiás. Assim esperava o governador. De fato, Castelo Branco foi eleito presidente e não tomou, a princípio, nenhuma atitude para intervir no Estado.

Emival Caiado liderava os udenistas goianos que, inconformados, defendiam a deposição do governador. O coronel Danilo Darcy de Sá Mello, que conduzia inquéritos policiais militares (IPMs) em Goiânia, fez acusações graves a Mauro Borges. Era enorme a pressão para que Castelo Branco tomasse uma atitude dura em relação a Goiás. Quando a intervenção parecia iminente, Mauro Borges recorreu ao Supremo Tribunal Federal e obteve um *habeas corpus* preventivo, que o preservava de ser processado na Justiça militar ou comum sem o consentimento prévio da Assembleia Legislativa do Estado.

Em 26 de novembro de 1964, a pressão, enfim, surtiu efeito. O presidente da República publicou o decreto de intervenção no Estado de Goiás pelo prazo de 60 dias. A cena extraordinária, naquele dia, foi a de Mauro Borges, na rua, em cima de uma camioneta, cercado por uma multidão que lhe manifestava apoio e pedia resistência à intervenção. Ele sabia, porém, que uma resistência daquele tipo derramaria muito sangue, mas não o manteria no poder. Assimilou o golpe e se retirou. Estava derrotado o ludoviquismo em Goiás.

O texto do decreto dizia claramente que o Estado havia se tornado “um perigoso foco de subversão contra o regime democrático” e que “entre as altas autoridades locais da confiança imediata do Governador havia comunistas notórios” (decreto n. 55.082, de 26.11.1964). De fato, havia. Jacy Campos Netto, por exemplo, antes de ser secretário de Saúde no governo de Mauro Borges, havia sido candidato a deputado estadual pelo PCB em 1947 e, por isso, suas convicções comunistas eram públicas. Outro exemplo: Washington Barbosa, diretor da gráfica do CERNE<sup>2</sup>, era militante conhecido do PCB em Anápolis e chefiava o jornal Frente Popular, editado pelo próprio PCB. O decreto de intervenção já nomeava como interventor, em seu artigo 4º, o coronel Carlos de Meira Mattos, que ao chegar em Goiânia, assumiu como sua missão: “[...] remover o quisto da subversão e anti-revolução que aqui foi instalado” (Souza, 2009, p. 119).

O Congresso Nacional ratificou a intervenção, mas a Assembleia Legislativa do Estado, em 7 de janeiro de 1965, tomou uma decisão que protegeu o governador de consequências mais graves: declarou o governo vago, mas

---

2 CERNE: Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado.

não deu o consentimento necessário para que Mauro Borges fosse processado judicialmente. Alguns udenistas achavam que era pouco. Ary Valadão, líder da UDN na Assembleia, considerava decepcionante a simples declaração de vacância do cargo de governador e, em sinal de protesto, renunciou à liderança partidária. Queria que fosse aprovado o impedimento de Mauro Borges e também a autorização para o seu processo judicial. Todos sabiam que o protesto de Ary Valadão se dirigia ao acordo estabelecido entre o Regime Militar e o partido de Mauro Borges, o PSD, que era majoritário na Assembleia (21 dos 39 deputados estaduais).

O acordo, apesar da decepção udenista, continuou sendo cumprido. Naquele mesmo dia 7 de janeiro, à noite, a Assembleia Legislativa do Estado escolheu um novo governador e um novo vice-governador. Com ampla maioria dos votos<sup>3</sup>, foi eleito o marechal Emílio Ribas, indicado informalmente pelo Regime Militar. O vice-governador eleito foi Almir Turisco de Araújo, um deputado estadual do PSD. O acordo era tão firme que não havia qualquer possibilidade de surpresa. O novo governador declarou depois que no momento de sua eleição estava dormindo em seu apartamento, no bairro de Copacabana, Rio de Janeiro.

## **O GOVERNO DE EMÍLIO RIBAS E A ELEIÇÃO DE 1965**

Durante o governo de Emílio Ribas, a política goiana passou por situações contraditórias. Grupos que pareciam antagônicos se articularam. O Regime Militar, ainda lidando com estruturas da democracia populista, desagradou aliados e seguiu caminhos surpreendentes. A época era de incertezas políticas, acomodações e ajustes. Três situações podem ser destacadas:

**1 - Boas relações entre o Regime Militar e o partido de Mauro Borges (PSD):** Mauro Borges, acusado de acolher comunistas notórios em seu governo, foi abatido pela intervenção federal, mas o seu partido, o PSD, não sofreu grave perseguição do Regime Militar. Além do acordo que pôs um pessedista na vice-governadoria, o governador Emílio Ribas continuou se relacionando amistosamente com o PSD, para insatisfação dos udenistas. Manter boas relações com o partido que tinha maioria na Assembleia Legislativa do Estado era importante para o novo governador.

**2 - Aliança UDN-PTB:** A UDN havia feito oposição ferrenha ao presidente João Goulart e, portanto, estava em permanente atrito com o PTB. Mas em Goiás os dois partidos se aliaram após o golpe de 1964. Para o PTB, era uma aliança de sobrevivência. Mauro Borges, em 1963, havia se afastado

---

3 Emílio Ribas, 32 votos. Mauro Borges, 2 votos (nulos). Benedito Vaz, 1 voto. Em branco, 4 votos.

dos petebistas, que se viram diante de duas opções: ou ficavam apartados do PSD e da UDN ao mesmo tempo, ou se juntavam aos udenistas. Fizeram a segunda opção.

**3. - Apoio do governador *Emílio Ribas à candidatura de Castro Costa (PSD)*:** Iniciadas as movimentações para a eleição de outubro de 1965, o Regime Militar entendia que uma vitória do partido de Mauro Borges poderia ser considerada uma reprovação popular à intervenção de novembro de 1964 (talvez até uma reprovação completa ao golpe de Estado e ao novo regime). A vitória da UDN em Goiás, pela lógica, era preferível. Mas o governador Emílio Ribas, ao entrar em negociações com os udenistas, rejeitou a candidatura de Emival Caiado, que tinha o apoio da maioria do partido.<sup>4</sup> A partir daí, o acerto entre o governo e a UDN se complicou a tal ponto que o governador, com o apoio do presidente Castelo Branco, aproximou-se do deputado federal Gerson de Castro Costa, do PSD. O general Golbery do Couto e Silva, chefe do serviço Nacional de Informações (SNI) e um dos principais conselheiros do presidente, chegou a dizer publicamente que a candidatura de Castro Costa era a única que realmente inspirava “confiança à revolução” (Jornal do Brasil, 22.07.1965, p. 4).

As contradições goianas eram tão intrigantes que chamaram a atenção da imprensa nacional. Além disso, o Estado despertava o interesse do governo federal porque cercava, territorialmente, o Distrito Federal, onde estava a cúpula do regime.

A UDN, em sua convenção eleitoral, achou melhor não desafiar a rejeição do Regime Militar à candidatura de Emival Caiado, embora o próprio Emival insistisse que aquela rejeição não existia. Em um ambiente tenso e após vários discursos exaltados, o escolhido como candidato a governador pelo partido foi Otávio Lage de Siqueira, prefeito de Goianésia. Semanas depois, ele recebeu o apoio do governador Emílio Ribas, como era considerado justo pela UDN, que havia dado o mais decidido respaldo ao golpe de 1964 em Goiás. Não foi um apoio entusiasmado, mas atendeu às expectativas do candidato.

No PSD, o senador Pedro Ludovico Teixeira reagiu contra a interferência do governo federal. Não aceitaria que o Regime Militar, após interromper o governo do seu filho, definisse o próximo candidato a governador do seu próprio partido. Apoiou o nome de José Peixoto da Silveira, que havia sido secretário de Estado em seu próprio governo e também no governo de Mauro Borges. Na

---

4 Emílio Ribas teria dito: “[...] a revolução não iria tirar a oligarquia dos Ludovico do poder para colocar a oligarquia dos Caiado” (Souza, 2009, p. 122).

convenção eleitoral, o velho Ludovico, com 74 anos, se mostrou forte mais uma vez. Peixoto da Silveira foi o escolhido.

Na campanha eleitoral, Otávio Lage se empenhou à exaustão. Visitou mais de 200 localidades em busca de apoio e votos. Andou a cavalo, dirigiu trator e passou até por um acidente de avião durante o pouso no município de Dueré. As manifestações de simpatia se multiplicaram pelo interior de Goiás, repercutiram em Goiânia e a confiança cresceu. Ainda assim, foi difícil enfrentar a base de apoio ludoviquista. Estava claro que não haveria um vencedor com grande vantagem em relação ao adversário.

Os eleitores foram às urnas em 3 de outubro de 1965 e a apuração dos votos, nos dias seguintes, apontou Otávio Lage como vencedor. Vitória apertada, como se previa. A vantagem em relação a Peixoto da Silveira foi de pouco mais de 4.000 votos em uma disputa que teve o comparecimento de aproximadamente 380.000 eleitores. O prefeito do interior, que já havia sido considerado um político de poucas perspectivas, levou a UDN de volta ao governo estadual 18 anos depois da vitória eleitoral de Coimbra Bueno. Otávio Lage dedicou seu êxito aos ideais do Regime Militar e ao presidente Castelo Branco.

## **ARENA E MDB EM GOIÁS**

Em Goiás, o Regime Militar cogitou apoiar um candidato a governador do PSD em 1965, mas nos Estados da Guanabara e de Minas Gerais, a vitória dos candidatos pessedistas era considerada inaceitável. Foi justamente o que aconteceu: Negrão de Lima foi eleito na Guanabara e Israel Pinheiro em Minas Gerais. Duas vitórias do PSD em dois dos Estados politicamente mais importantes do país. O regime reagiu poucas semanas depois com a publicação do Ato Institucional número 2 (AI-2), que extinguiu todos os partidos políticos existentes no Brasil.

O Ato Complementar número 4 (AC-4) estabeleceu as condições para a organização de novos partidos políticos.<sup>5</sup> Surgiram dois: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), registrados oficialmente no TSE em março de 1966. Os arenistas formavam a base de apoio do Regime Militar. Os emedebistas eram a oposição. Os dois partidos, de acordo com a legislação partidária, montaram os seus diretórios estaduais.

No diretório goiano da Arena, havia duas facções principais. Os ex-udenistas liderados por Emival Caiado ingressaram quase todos no partido e levaram consigo aliados dos outros partidos extintos. A outra facção era a do

---

5 Para fundar um novo partido político, era preciso contar com a adesão mínima de 120 deputados federais e 20 senadores. Esses números permitiam que fossem fundados, no máximo, três partidos.

governador Otávio Lage, recém-eleito. Da facção caiadista, dizia-se que tinha origem oligárquica (como indicava o sobrenome de Emival), possuía mentalidade mais tradicional e ainda mantinha hábitos da democracia populista, que o Regime Militar queria eliminar por considerá-los corrompidos. Já a facção de Otávio Lage (também ex-udenista, mas afastada de Emival Caiado) se caracterizava pelo interesse em transformar a sociedade e a economia goiana estimulando o seu desenvolvimento capitalista (em especial, no setor agropecuário).

Essa divisão interna da Arena, informal e fluida, era percebida, mas não nitidamente. O governador Leonino Caiado, por exemplo, poderia ser visto como um membro da facção de Emival Caiado por razões familiares, mas as suas iniciativas revelavam algo diferente. Não tinha a tradição como prioridade. Era um defensor da modernização capitalista de Goiás e se mostrou tão entusiasta do desenvolvimento quanto Otávio Lage. Não parecia ter grande sintonia com a facção caiadista. Emival e Leonino eram primos, mas não eram arenistas aliados e até entraram em grave conflito. Emival, em 1974, renunciou ao seu mandato no Senado chamando Leonino de traidor e acusando-o de ter se posicionado contra a sua reeleição.

No MDB de Goiás, ingressaram muitos dos membros do extinto PSD. Nesse ingresso, modificaram seus posicionamentos, se afastaram do ludoviquismo e se adaptaram às exigências do Regime Militar, mas sem entrar em harmonia com o partido governista. Faziam questão de manter um visível distanciamento dos ex-udenistas, seus rivais durante a democracia populista. Combinando o seu passado pessedista (populista) com a nova realidade do país, o MDB goiano assumiu a função de oposição à ditadura, mas uma oposição consentida<sup>6</sup>, muito criticada pela oposição radical.

Nas eleições legislativas, a Arena era mais forte. Em Goiás, foram eleitos mais deputados federais arenistas do que emedebistas nas disputas de 1966, 1970, 1974 e 1978. Aconteceu o mesmo nas eleições para deputados estaduais. A Arena entrava nessas disputas desfrutando de vantagens especiais: apoio do governo (inclusive com verbas públicas), repressão a certos candidatos do MDB e legislação eleitoral benéfica às candidaturas governistas (Borges, 2009, p. 133). Nessas condições, o MDB podia se dar por satisfeito se tivesse dois ou três candidatos eleitos. Tinha mais. Na eleição de 1978, foram eleitos 14 deputados federais em Goiás: oito da Arena e seis do MDB. Quase um empate. O que favorecia o MDB era a base de apoio eleitoral formada pelo PSD durante a democracia populista. Essa base não havia desmoronado completamente depois de 1964. Ainda podia ser aproveitada, em parte, pelos candidatos emedebistas.

---

6 Oposição consentida foi a expressão criada na década de 1960 para explicar a existência do MDB durante o Regime Militar.

Já nas eleições para o Senado, o MDB de Goiás alcançou vitórias importantes. Em três disputas (1966, 1974 e 1978), os eleitos foram os candidatos do MDB. Apenas na eleição senatorial de 1970 a Arena de Goiás se impôs pelo voto direto. Mas não foi eleito apenas um arenista naquele ano. Havia três vagas em disputa e os três candidatos da Arena foram vitoriosos. Ainda houve uma eleição senatorial indireta<sup>7</sup>, em 1978, com candidato único (Benedito Ferreira, da Arena). Ao todo, sete senadores goianos eleitos de 1966 a 1978 (sendo um deles de modo indireto). Foram quatro da Arena e três do MDB. Certamente, este conjunto de resultados estava aquém do que o Regime Militar esperava do seu partido em Goiás.

A eleição para senador tinha caráter plebiscitário<sup>8</sup> e dava ao MDB a chance de dizer, habilmente, que a ditadura não merecia aprovação porque nenhum governo ditatorial merece. Era preciso, então, votar no candidato da oposição para reprovar o Regime Militar. Por três vezes, essa argumentação foi mais poderosa do que todo o apoio do governo à Arena. A conjuntura geral também influenciava bastante a eleição, é claro. O milagre econômico brasileiro ajuda a explicar a vitória tripla da Arena na eleição senatorial de 1970, assim como as crises do petróleo ajudam a explicar as vitórias do MDB em 1974 e 1978.

Quadro 1 - Eleições de senadores e deputados em Goiás (1966-1978)

	<b>1966</b>	<b>1970</b>	<b>1974</b>	<b>1978</b>
Senadores eleitos	MDB: 1	Arena: 3	MDB: 1	MDB: 1 Arena: 1*
Deputados Federais eleitos	Arena: 8 MDB: 5	Arena: 7 MDB: 4	Arena: 8 MDB: 5	Arena: 8 MDB: 6
Deputados Estaduais eleitos	Arena: 25 MDB: 14	Arena: 21 MDB: 12	Arena: 22 MDB: 15	Arena: 21 MDB: 17

\* Senador “biônico” (eleição indireta).

7 Os senadores eleitos em disputas indiretas foram chamados de “senadores biônicos” e a oposição dizia que eram senadores mais nomeados do que eleitos.

8 Havia dois candidatos (um da Arena e um do MDB) para cada vaga de senador. Votar no candidato arenista era um modo de expressar aprovação ao Regime Militar e votar no candidato emedebista era o oposto, como se fosse um plebiscito. O Regime Militar logo percebeu que esse caráter plebiscitário o colocaria, na prática, sob avaliação periódica do eleitorado e poderia se tornar um problema.

No fim da década de 1970, novas facções surgiram na política goiana. Na Arena havia a facção dos caiadistas, de Otávio Lage e mais uma: a de Irapuan Costa Júnior, governador do Estado de 1975 a 1979. Enquanto o grupo de Otávio Lage representava principalmente os interesses de desenvolvimento capitalista rural, o grupo de Irapuan, também desenvolvimentista, era mais urbano. O MDB, em Goiás, se dividiu em dois: os ex-pressedistas (que eram a “oposição consentida”) e os chamados “autênticos”, que faziam oposição mais contundente ao Regime Militar e eram considerados a facção de esquerda do partido. Os “autênticos” contavam com líderes muito ativos, como Henrique Santillo, os irmãos Derval e Dario de Paiva e até Mauro Borges, que iniciou em 1979 seu retorno à atividade partidária. Arena e MDB, enfim, eram as entidades oficiais de um bipartidarismo artificial que o Regime Militar impôs em 1965. A disputa real se dava entre as facções.

## **GOVERNADORES DE GOIÁS ESCOLHIDOS PELA DITADURA**

Ao contrário das eleições legislativas, as eleições para definir os governadores do Estado de Goiás, após 1965, passaram a ser indiretas. A Constituição de 1967<sup>9</sup> previa o voto direto, mas três emendas constitucionais (editadas em 1969, 1972 e 1977) alteraram o processo. Os votantes nessas eleições indiretas seriam os deputados estaduais e o voto seria aberto, ou seja, o Regime Militar teria conhecimento do voto de cada deputado, o que causava um constrangimento evidente.

Como a Arena tinha maioria na Assembleia Legislativa do Estado, todos sabiam que o candidato do partido estava eleito. O Regime Militar exigia que os arenistas votassem unidos. Disputas e negociações podiam acontecer nos bastidores, previamente. Mas no dia da eleição, no plenário da Assembleia, todos os deputados da Arena votavam no candidato que havia sido indicado pelo governo. O MDB nem lançava candidatura. Sabia que era inútil. Apenas protestava contra aquele tipo de eleição. Foram três eleições com candidaturas únicas de arenistas:

Leonino Caiado, em 1970  
Irapuan Costa Júnior, em 1974  
Ary Valadão, em 1978

---

9 A Constituição de 1967 foi promulgada pelo Congresso Nacional sob intensa pressão do governo e a partir de um projeto elaborado pelo Ministério da Justiça. Esteve em vigor até 1988 e foi tratada pelo MDB como uma Constituição que “institucionalizava o arbítrio”. A Constituição do Estado de Goiás precisou se adaptar às determinações da nova Constituição federal, o que deu origem, naquele mesmo ano de 1967, a uma nova Constituição estadual.

Na eleição de 1978, houve uma mudança no processo. Os votantes seriam não só os deputados estaduais, mas também um conjunto de representantes das várias Câmaras Municipais do Estado, de acordo com a emenda constitucional número 8 de 1977, que havia sido outorgada pelo governo federal. O Regime Militar queria aumentar o controle sobre as eleições dos governadores em todo o país e considerava os representantes dos municípios do interior mais confiáveis do que os deputados estaduais. Em Goiás, o governo continuou vencendo com tranquilidade. Ary Valadão, candidato único, recebeu todos os 350 votos. Foi eleito sem qualquer manifestação contrária dos que estavam presentes na Assembleia Legislativa.

A cada eleição indireta, as articulações de bastidores para definir quem seria o candidato da Arena criava uma sensação de disputa silenciosa e acirrada. O governador do Estado era influente, mas não tinha poder de decisão. Esse poder era inteiramente do presidente da República, com o aconselhamento de seus auxiliares próximos. Tanto era assim que nenhum governador de Goiás conseguiu “fazer o seu sucessor”, ou seja, apoiar um nome e torná-lo o escolhido do governo federal, alçando-o à posição de candidato da Arena na eleição indireta. Em 1970, o governador Otávio Lage apoiou Luiz Menezes, que havia sido seu secretário de Agricultura e de Justiça. O escolhido pelo presidente da República foi Leonino Caiado. Quatro anos depois, o governador Leonino apoiou Rubens Guerra, prefeito de Goiânia. O escolhido foi Irapuan Costa Júnior. O governador Irapuan, em 1978, apoiou o deputado federal José de Assis. Além de deputado, havia sido secretário estadual de Educação por dois anos e meio. O escolhido, porém, foi Ary Valadão, que relatou, anos depois, uma conversa sua com o presidente Ernesto Geisel, considerada pelo próprio Ary a conversa decisiva para a sua escolha:

Ary Valadão pediu a Golbery uma audiência com o presidente Geisel, por volta de 30 dias antes da escolha definitiva do governador de Goiás. Nessa visita falou sobre as políticas econômica e internacional [...]. Geisel perguntou se era candidato ao governo, e ele respondeu que sim. “Como em conversa militar se usa dizer que se cumpre missão, eu disse que estaria pronto para cumprir a minha, caso fosse escolhido”, relata o ex-governador (Carreiro, 09.04.2014).

A concentração de poder no Palácio do Planalto chegava a um nível próximo do absoluto. O importante, para quem queria ser eleito governador, era estabelecer boas relações com militares de alta patente e com personalidades civis próximas do presidente da República. Diálogo direto com o próprio presidente ajudava muito. Decidido o nome do escolhido para assumir o poder, a vitória no plenário da Assembleia Legislativa era certa e quase nada mais precisava ser feito. Tão certa que o MDB se declarava em estado de protesto e

fora da disputa. Os jornais, então, anunciavam os eleitos antes mesmo dos votos serem contados.

## **GRUPOS DE GUERRILHA E MOVIMENTO ESTUDANTIL**

Para o PCB, que havia se aproximado do governo do presidente João Goulart e se empolgado com a formação de uma grande aliança quase revolucionária (ou pré-revolucionária)<sup>10</sup>, o golpe de 1964 foi uma mudança das mais traumáticas. O comunismo era o alvo prioritário da repressão iniciada pelo novo regime e o PCB era considerado a entidade principal do movimento comunista no Brasil. Era preciso acautelar-se. Em Goiás, a direção do partido tomou providências imediatas para escapar da perseguição. Os seus comitês não deveriam se reunir de modo algum. Material impresso deveria ser recolhido, escondido e queimado. Aparelhos<sup>11</sup> deveriam ser desativados. Os encontros entre militantes deveriam ser evitados ao máximo. Deu certo. Os órgãos de repressão, realmente, tiveram dificuldade para encontrar dirigentes comunistas goianos nas semanas seguintes ao golpe. Mas o partido, acuado e escondido, entrou em estado de completa inação.

Logo em seguida, começaram as desavenças partidárias. Grupos internos do PCB criticavam os dirigentes e a orientação de buscar a revolução pela via institucional e pacífica, não insurrecional. Os dissidentes diziam que aquela diretriz havia se mostrado falha e facilitado o golpe. Portanto, era preciso adotar a guerrilha como tática para chegar à revolução, ao modo chinês ou cubano. O PCB passou a perder militantes, que fundavam novos grupos, dedicados à luta armada. Quando esses grupos eram descobertos pela repressão, os agentes do Regime Militar conseguiam obter informações para atingir os membros do PCB. Inativo, perdendo militantes e atingido pela repressão, o partido amargou uma crise tão brutal quanto a da época do Estado Novo ou até pior.

Alguns grupos comunistas clandestinos já existiam antes de 1964 e outros foram criados após o golpe. Em Goiás, o destaque eram os estudantes, que predominaram na formação desses grupos. Eram maioria na Ação Popular (AP), Aliança Nacional Libertadora (ANL), Comandos de Libertação Nacional (Colina) e Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares). Até o PCB se

---

10 A aliança que empolgou o PCB tinha nome: Frente de Mobilização Popular (FMP). Seria a união de comunistas, brizolistas, socialistas e trabalhistas radicais, movimento estudantil, intelectuais de esquerda, sindicalistas, Ligas Camponesas e militares das mais baixas patentes. Essa grande aliança poderia impôr suas exigências ao Congresso Nacional, "sendo capaz de romper sua resistência reacionária e conquistar as reformas de base e as emendas constitucionais necessárias", como dizia o jornal *Novos Rumos*, do PCB.

11 Aparelho era o nome dado a um imóvel (comprado ou alugado pelo PCB) onde os militantes se abrigavam e ficavam escondidos da repressão. Possuir aparelhos era algo comum a todos os movimentos comunistas clandestinos durante o Regime Militar.

tornou, em Goiás, um grupo partidário de maioria estudantil. A Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop) era uma exceção. Seus membros eram, majoritariamente, intelectuais que haviam trabalhado no governo de Mauro Borges e se engajado em seu projeto de modernização do Estado. O Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) foi criado por dissidentes da AP e organizou focos de guerrilha rural no interior goiano, inclusive na região de Trombas e Formoso, que despertava muito interesse entre os grupos clandestinos. O PC do B, por sua vez, se dedicou a organizar a guerrilha do Araguaia (1967-1974) na região da divisa entre Goiás, Pará e Maranhão.

Todos esses grupos se mostraram extremamente fracos. Contavam com número reduzido de membros e seu treinamento para as atividades clandestinas e para as ações de guerrilha eram muito deficientes. A guerrilha do Araguaia, considerada a maior, foi completamente destruída sem conseguir se expandir ou estabelecer controle real sobre qualquer território. No caso da guerrilha urbana, a deficiência era ainda maior. Os agentes da repressão, com todo o apoio do Regime Militar, conseguiam localizar vários militantes residentes nas cidades e, às vezes, com alguma facilidade. Alguns desses militantes percebiam que estavam sendo perseguidos e, antes de serem presos, fugiam. Outros não percebiam a tempo e eram capturados, trancafiados e torturados. A prisão e a tortura abalavam tanto quem havia sido preso quanto quem imaginava que podia sofrer o mesmo. Uma consequência comum desse abalo emocional era a desistência da militância. Os grupos, que já eram pequenos, rapidamente ficavam ainda menores ou se extinguíam. A ação da VAR-Palmares em Goiás, por exemplo, foi brevíssima. Segundo um dos seus dirigentes, “a experiência foi *relâmpago*, tendo durado no máximo três meses” (Silva, 2022, p. 306).

Os grupos guerrilheiros criticavam o MDB e diziam que agir como oposição consentida era inútil. O partido considerava aquela crítica absurda. Os seus deputados e senadores estavam em melhores condições para denunciar e criticar os abusos da ditadura. Os guerrilheiros, por outro lado, quase nenhum abalo provocavam no regime. Estavam constantemente sob pressão psicológica arrasadora, atuavam em condições de segurança precária, corriam enorme risco de serem presos e alguns sofriam torturas terríveis. Aquilo não era razoável, pensavam os emedebistas. As denúncias de torturas, em especial, provocavam reações indignadas nos membros do MDB. Reações indignadas contra a truculência dos agentes do governo e contra a imprudência dos movimentos que continuavam atraindo jovens para a guerrilha urbana ou rural.

A guerrilha era pequena e mal treinada, mas o movimento estudantil de Goiânia era conhecido pelo seu poder de mobilização. Suas manifestações de rua eram grandes, impactantes e uniam os estudantes dos diversos grupos políticos. Participavam até aqueles que não eram vinculados a partidos políticos

ou movimentos clandestinos, mas estavam ligados a grêmios escolares, centros acadêmicos ou outras entidades similares. Como se dizia na época, os jovens manifestantes conseguiam “parar a cidade”. Os estudantes secundaristas eram considerados os mais agitados e afoitos, enquanto os universitários, além de serem em menor número, pareciam um pouco mais contidos.

O ano de 1968 foi o mais simbólico. Houve diversas manifestações em cidades da Europa e dos Estados Unidos, em várias capitais brasileiras e também em Goiânia. Todas com tumultos. No dia 1º de abril de 1968, quarto aniversário do golpe de Estado, houve manifestações estudantis em várias cidades do país. Em Goiânia, os conflitos de rua foram intensos. Dois dias depois, o Jornal do Brasil noticiava em sua primeira página: “Em Goiânia, estudantes se reuniram na Catedral Metropolitana, a qual foi invadida por um civil – tido como da Polícia –, que descarregou uma arma de fogo, ferindo os estudantes Telmo de Farias e Maria Lúcia Jaime. O Bispo-Auxiliar enviou telegrama de protesto ao Governo” (Jornal do Brasil, 03.04.1968, p. 1).

O arcebispo de Goiânia, Fernando Gomes dos Santos, entrou em contato com o governo federal para solicitar o fim da repressão violenta. Era o melhor apoiador que o movimento estudantil tinha, já que o alto clero da Igreja Católica não podia ser menosprezado ou tratado com desrespeito pelo Regime Militar. Mas o arcebispo não conseguiu fazer com que cessasse a repressão aos estudantes. No fim daquele ano de 1968, foi publicado o AI-5, que radicalizou o combate a todos os movimentos considerados subversivos e fez o movimento estudantil goiano recuar ainda mais.

## **PDS E PMDB EM GOIÁS**

Em 1979, o presidente João Batista Figueiredo enviou ao Congresso Nacional um projeto de restauração do pluripartidarismo. Em dezembro daquele ano, depois do projeto ser aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado, foi sancionada a lei 6.767, que estabelecia as normas para a criação de novos partidos políticos, além de extinguir a Arena e o MDB.

Os dirigentes dos dois grandes partidos do Regime Militar se mobilizaram para preservar as suas agremiações sem afrontar a lei. Os arenistas fundaram o Partido Democrático Social (PDS), os emedebistas fundaram o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e ambos se tornaram os continuadores dos dois partidos recém-extintos. Conseguiram evitar a dispersão de seus grupos internos e o nome escolhido para o PMDB era uma demonstração evidente de que se tratava de uma continuação do MDB. Ao mesmo tempo, surgiram outros partidos, como era esperado. Foram fundados o PTB, o PDT, o PT e o PP (que teve existência rápida e foi absorvido pelo PMDB no ano de 1981).

Em Goiás, o PDS perdeu a facção de Irapuan Costa Junior, que declarou não ter interesse em atuar no mesmo partido do governador Ary Valadão e explicitou mais uma das várias rivalidades existentes entre os apoiadores da ditadura. Irapuan anunciou o seu ingresso no PMDB, isto é, um ex-governador do Regime Militar ingressou no maior partido de oposição ao próprio Regime Militar. Parte do partido rejeitou o novo membro e o diretório municipal de Anápolis publicou uma nota de protesto, mas o ingresso do ex-governador foi confirmado. Já a facção de Otávio Lage tinha o apoio de vários diretórios municipais do PDS e enfrentou, com sucesso, os apoiadores do governador Ary Valadão. Tornou-se a facção mais poderosa do partido. Na convenção eleitoral de 1982, indicou o seu líder, Otávio Lage, como candidato a governador do Estado.

No PMDB, o fato marcante foi a ascensão de Íris Rezende, ex-prefeito de Goiânia. Havia sido um político de prestígio crescente na década de 1960, mas teve os direitos políticos cassados no ano de 1969, quando já se falava do seu interesse em chegar ao governo do Estado. Durante dez anos, seu nome continuou sendo uma referência, embora não pudesse se candidatar a nenhum cargo. Em seu retorno às atividades partidárias, no ano de 1979, logo voltou a ser um líder muito respeitado e era tratado como o provável candidato do PMDB na eleição para governador de 1982.

O senador Henrique Santillo, também interessado em ser candidato a governador e contrariado com a ascensão de Íris Rezende, resolveu mudar de partido. Participou da fundação do PT em fevereiro de 1980. Considerava que aquele novo partido adotaria ideias socialistas moderadas ou social-democratas, que haviam ganhado muita relevância no fim da década de 1970 entre os movimentos de esquerda.<sup>12</sup> A maioria dos petistas, porém, tinha formação anticapitalista radical e tratava os peemedebistas como políticos de caráter burguês, que deviam ser criticados e rejeitados. Santillo logo percebeu que teria problemas para se inserir no PT e iniciou o seu retorno ao PMDB.

As negociações para o retorno de Henrique Santillo deram origem a um acordo de acomodação dos principais líderes partidários. Íris Rezende seria o candidato a governador em 1982, Santillo indicaria o candidato a vice-governador e haveria dois candidatos ao Senado: Mauro Borges e Lázaro Barbosa. Santillo ainda foi contemplado com a perspectiva de ser o candidato a governador pelo partido na eleição de 1986. O PMDB, assim, estava recomposto, consideravelmente pacificado e confiante.

Em Goiás, a rivalidade entre a Arena e o MDB se transformou em uma outra rivalidade, muito parecida: PDS versus PMDB. Os outros partidos, ainda

---

12 O governo do primeiro-ministro Mário Soares, em Portugal, de 1976 a 1978, deu muita visibilidade à social-democracia entre os movimentos de esquerda do Brasil.

em fase de organização, não tinham condições de se apresentarem politicamente como alternativas robustas. Persistiu a disputa bipolar. O pluripartidarismo almejado pela reforma partidária de 1979 ainda demoraria algum tempo para se tornar real na política goiana. E foi assim, ainda com caráter plebiscitário, que se prepararam os ânimos para o processo eleitoral de 1982, o primeiro com voto direto para a escolha do governador do Estado desde 1965.

## A ELEIÇÃO DE 1982

A eleição de 1982 tinha um ar de revanche. A cassação dos direitos políticos de Íris Rezende em 1969 havia sido considerada uma manobra em benefício do governador Otávio Lage.<sup>13</sup> Treze anos depois, Íris podia derrotar o próprio Otávio Lage e se vingar daquela manobra. Era a chance de reparar a injustiça e muitos goianos queriam esta reparação. Disse o ex-governador Irapuan Costa Júnior: “Essas figuras que tiveram a cassação discutível, como Íris Rezende, voltaram com muita força” (Jaime, 2018, p. 313).

Íris Rezende cresceu sem parar nas pesquisas e, no dia da eleição, sua vitória era dada como certa. Expectativa confirmada com mais de 65% dos votos válidos.<sup>14</sup> Do carisma do candidato vencedor à inflação de mais de 100% naquele ano de 1982, havia muitas razões para o eleitorado goiano optar pelo PMDB. Os resultados revelavam a nova realidade política do Estado de Goiás:

Foram eleitos deputados federais e estaduais de dois partidos apenas: PMDB e PDS. Era a continuidade do bipartidarismo, mas sem uma determinação legal que o tornasse obrigatório.

Mudou o partido com maior número de deputados eleitos. Dessa vez, foi o partido de oposição ao Regime Militar. O PMDB teve onze deputados federais eleitos (contra cinco do PDS) e 27 deputados estaduais eleitos (contra treze do PDS). O Regime Militar, em Goiás, já estava derrotado antes mesmo de encerrado o mandato do presidente Figueiredo.

Além da vitória de Íris Rezende, Mauro Borges venceu a eleição para senador da República. O PMDB, ocupando a maioria das vagas em disputa, iniciava naquele ano um período de hegemonia na política de Goiás.

---

13 Surgiram rumores de que o próprio Otávio Lage havia solicitado a cassação, mas ele negava. Segundo Jales Naves, “Íris Rezende afirmou, em entrevista ao jornalista Vassil Oliveira, que Otávio não teve responsabilidade nesse processo” (Naves, 2014, p. 179).

14 Íris Rezende: 964.179 votos. Otávio Lage: 470.184 votos.

Dos 22 governadores eleitos naquele ano, doze eram do PDS, nove do PMDB e um do PDT. Apesar desses números indicarem uma vitória do partido do governo, a impressão era de crescimento da oposição e de avanço irreversível do PMDB. Íris Rezende fazia parte deste avanço. Estava do lado que ganhava força e isso o tornava ainda mais poderoso antes mesmo de iniciar o seu governo. A conjuntura era ótima para ele.

## **GOIÂNIA: DIRETAS JÁ EM 1983 E 1984**

Em 15 de junho de 1983, o PMDB de Goiás promoveu um evento em defesa da eleição direta para presidente da República. O presidente nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães, compareceu e ficou surpreso. Imaginava que seria uma atividade partidária corriqueira, com algumas centenas de participantes. O ajuntamento contou com cerca de seis mil pessoas e foi tratado como ato de lançamento da campanha nacional pró-eleições diretas. Houve até discurso a favor de uma possível candidatura presidencial do próprio Ulysses Guimarães. O ato seria realizado no auditório da Universidade Católica, mas precisou ser transferido para a rua, em razão do grande número de presentes. O governador Íris Rezende participou, mas o destaque da noite foi o senador Henrique Santillo, que fez um discurso em tom veemente:

As grandes campanhas políticas só se fazem com a força verdadeira do povo. [...] Agora, neste momento em Goiânia, este é um momento de emoção, de lançamento da campanha nacional pelas eleições diretas para a presidência da República (Henrique Santillo, em transmissão televisiva da TBC, disponível na internet).

Não era, de fato, o primeiro evento de rua em defesa da eleição direta<sup>15</sup>, mas foi o primeiro a ser realizado em uma capital de Estado e o primeiro também a juntar milhares de pessoas. No mesmo mês de junho, começou a ser formado um grupo com os líderes nacionais do PMDB, PDT, PT e PTB. Era o início da campanha das Diretas Já, que empolgaria o país até abril de 1984. Em novembro, dez governadores reuniram-se em São Paulo e lançaram um manifesto. Eram os dez governadores dos partidos de oposição ao Regime Militar. Íris Rezende estava lá e passou a liderar o movimento entre os goianos. Nos meses seguintes, a campanha realizou comícios em diversas cidades do país. O objetivo declarado era apoiar a proposta de emenda constitucional do deputado Dante de Oliveira, que estabelecia o voto direto para a eleição do presidente da República.

---

15 A primeira manifestação em defesa da eleição direta para presidente da República foi realizada no município de Abreu e Lima, Pernambuco. Contou com cerca de 100 pessoas.

Os comícios contavam com líderes do PMDB, PDT, PT, PTB, PCB, PC do B e vários artistas. Nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, o público superou o número de um milhão. Em Anápolis, foi realizado um comício no dia 8 de março de 1984. O comício de Goiânia foi marcado para o dia 12 de abril e contou com enorme mobilização prévia. Afinal, era o retorno do movimento ao seu local de origem.

Mais de 350.000 pessoas compareceram à Praça Cívica. Apenas os comícios de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte foram maiores. Antes do início dos discursos, houve banda de música no centro da cidade, chuva de papel picado e ruas lotadas de manifestantes impedindo o trânsito de automóveis. Sete governadores viajaram a Goiânia. O *Jornal Nacional*, da Rede Globo, fez uma rápida transmissão ao vivo. Íris Rezende foi o último a discursar e não desperdiçou a chance de falar em tom extremamente exaltado. Saiu do comício como um político conhecido nacionalmente e posicionado entre os maiores do seu partido.

No dia 25 de abril de 1984, a proposta de emenda constitucional foi colocada em votação na Câmara dos Deputados. Precisava de 320 votos para passar à apreciação do Senado. Obteve 298. Dos 16 deputados federais goianos, onze votaram a favor da emenda, dois votaram contra e três não compareceram à sessão.

O sucessor do presidente Figueiredo, portanto, seria escolhido em eleição indireta. Essa eleição aconteceu em janeiro de 1985. Tancredo Neves, governador de Minas Gerais e candidato do PMDB, recebeu o apoio de uma dissidência do PDS, que chamou a si própria de Frente Liberal. Foi um apoio decisivo para alcançar a maioria de votos no Colégio Eleitoral.<sup>16</sup> O governador de Goiás deu apoio irrestrito àquela aliança entre a Frente Liberal e o PMDB, chamada de Aliança Democrática. Dos 25 votos de Goiás no Colégio Eleitoral, Tancredo Neves recebeu 21. Paulo Maluf, o candidato do PDS, recebeu apenas quatro. A maioria dos goianos, então, se frustrou com a rejeição da emenda da eleição direta, mas se sentiu vitoriosa ao ver Tancredo Neves ser eleito presidente da República. Era o fim do Regime Militar. Em Goiânia, houve festa na Praça Cívica, o mesmo local do histórico comício das Diretas Já, mas desta vez com apenas 5.000 pessoas.

---

16 O Colégio Eleitoral era formado pelos senadores, pelos deputados federais e pelos delegados das Assembleias Legislativas dos Estados. Tinha 686 membros em 1985.



## *Saiba Mais*

### **DECRETO DE INTERVENÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS EM 26 DE NOVEMBRO DE 1964**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e nos termos dos arts. 7º, nº 1, e 87, nº XIV da Constituição;

CONSIDERANDO que averiguações promovidas no Estado de Goiás revelam a grave situação ali existente, que fez daquele Estado perigoso foco de subversão contra o regime democrático e a ordem social estabelecida, na Constituição.

CONSIDERANDO que, entre as altas autoridades locais de confiança imediata do Governador, havia comunistas notórios e atuantes, que se prevaleciam dos respectivos cargos para a propaganda de mudança violenta das instituições;

CONSIDERANDO que foram apuradas ligações do Governador e autoridades estaduais com a rede de organizações internacionais interessadas na subversão de ordem constitucional e social do Brasil, utilizando-se recursos públicos para difusão ideológica subversiva, em detrimento da política interna e externa adotada pelos órgãos competentes da União;

CONSIDERANDO que, ainda agora, após a Revolução, custosas campanhas são promovidas para incompatibilizar a opinião nacional, e especialmente a opinião goiana, com as Instituições da União;

CONSIDERANDO que, além disso, vários atos estão sendo praticados pelo

Governo do Estado, como aliciamento e concentração de elementos armados, requisição de armas e fabricação de material bélico, o que somado a fatos anteriores, revela perigo iminente para a integridade nacional;

CONSIDERANDO que esse é o sentido caracterizador da “guerra revolucionária”, prevista no Ato Institucional como compromisso da Revolução de 31 de março para eliminá-la e conjurar os seus perigos;

CONSIDERANDO que tais fatos, verificados em meio geográfico propício a aventuras desintegradoras da união nacional, da paz pública e da ordem democrática, já se tornam ameaça que é preciso evitar, sob pena de faltar o Governo Federal a um de seus mais imperiosos deveres;

CONSIDERANDO que, como é da tradição constitucional brasileira e resulta dos termos do art. 7º da Carta Magna, não é apenas direito, mas também dever da União intervir nos Estados onde se verifiquem os casos previstos no texto;

CONSIDERANDO que a omissão do Governo Federal, em condições como as que apresenta a situação criada no Estado de Goiás, envolverá grave falta no dever de velar pela integridade nacional e impedir que se criem riscos irreparáveis para a paz, a ordem e a unidade política e social do povo brasileiro, objetivos inspiradores da Revolução de 31 de março;

CONSIDERANDO que somente a intervenção federal poderá desarticular o sistema instalado no Estado de Goiás, através da presença no Executivo estadual, ainda que por breve prazo, de um representante da União, com a missão de integração nacional e sem qualquer preocupação com pessoas ou interesses que não sejam os do País,

RESOLVE:

Art. 1º - É decretada a intervenção federal no Estado de Goiás para o fim específico de manter a integridade nacional e eliminar ali as causas que ameaçam.

Art. 2º - A intervenção, que terá a duração de até sessenta dias, será executada por intermédio de Interventor, que, para isso e durante aquele prazo, assumirá as funções do Poder Executivo do Estado, mantidos no pleno exercício de suas funções os Poderes Legislativo e Judiciário.

Art. 3º - Contra atos do Interventor arguidos de ilegalidade, abuso ou desvio de poder, caberá recurso, sem efeito suspensivo, para o Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 4º - É nomeado Interventor no Estado de Goiás, para execução deste decreto, o Coronel Carlos de Meira Mattos.

Art. 5º - Sem prejuízo de sua imediata execução, este decreto será logo submetido à aprovação do Congresso Nacional.

Art. 6º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELO BRANCO

Milton Campos

Imagem 15: Capa do *Jornal do Brasil* de 27 de novembro de 1964  
(dia seguinte à intervenção em Goiás)



***“Consumada a intervenção, o Governador Mauro Borges subiu na capota de uma camioneta e deu suas razões ao povo”.***

## **O IMPACTANTE DISCURSO DO SENADOR DE GOIÁS QUE TUMULTUOU A ELEIÇÃO DO PRESIDENTE COSTA E SILVA NO CONGRESSO NACIONAL (1966)**

“O Congresso brasileiro, reunido no dia de hoje, toma uma decisão de transcendental importância para a nação. O povo, esbulhado no direito de livre e soberanamente escolher o primeiro magistrado da nação, foi substituído, sem seu consentimento, por um Congresso, na sua maioria, submissa aos caprichos e mandos do autoritário Presidente da República.

Veja, senhor Presidente e senhores congressistas, que um fato de tamanho significado como o de hoje, deixa a nação e o mundo estarecidos diante da subserviência, do medo e da covardia de muitos parlamentares.

A nomeação do futuro Presidente da República pelo atual Congresso Nacional em nada, absolutamente em nada, dignifica este Poder. Estamos dando, no dia de hoje, aos nossos contemporâneos e às gerações vindouras, a maior prova de incapacidade, de falta de coragem cívica, de medo e, acima de tudo, de displicência para o desempenho de nossas funções como parlamentares.

Não sou, senhor Presidente e senhores congressistas, contra o Marechal Costa e Silva. Sou, sim, contra e muito contra mesmo o modo pelo qual ele atinge o Governo, isto é, pela farsa e mentira impingida à nação brasileira e ao mundo.

Os nossos filhos, no futuro, não nos perdoarão por tamanha omissão. Por isso mesmo pede minha consciência de cidadão brasileiro, minha posição de Senador da República, que não compactue e não contribua para a realização desse espetáculo deprimente.

Ao contrário dos senhores, não vou votar. Seguindo a orientação do

meu Partido, não posso votar. Se pudesse fazê-lo, votaria no homem que o povo brasileiro teria escolhido para seu Presidente, através de eleições diretas e democráticas. Votaria no homem que, pelo seu passado de lutas, pelos relevantes serviços prestados ao seu País, tornou-se o maior líder do seu povo. Votaria, senhor Presidente, em Juscelino Kubitschek de Oliveira”.

\* \* \* \* \*

O senador João Abraão (MDB-Goiás) teve o seu discurso interrompido por protestos de outros parlamentares e o presidente do Congresso Nacional, senador Auro de Moura Andrade, suspendeu a sessão por alguns minutos “até que serenassem os ânimos e o orador pudesse concluir sua fala” (Jornal do Brasil, 04.10.1966, p. 3).

**COMÍCIO DAS *DIRETAS JÁ* EM GOIÂNIA  
(12 DE ABRIL DE 1984): QUEM ESTAVA PRESENTE**

GOVERNADORES DE ESTADOS:

Íris Rezende (Goiás)

Franco Montoro (São Paulo)

Tancredo Neves (Minas Gerais)

José Richa (Paraná)

Jader Barbalho (Pará)

Gerson Camata (Espírito Santo)

Wilson Martins (Mato Grosso do Sul)

PRESIDENTES DE PARTIDOS:

Ulysses Guimarães (PMDB)

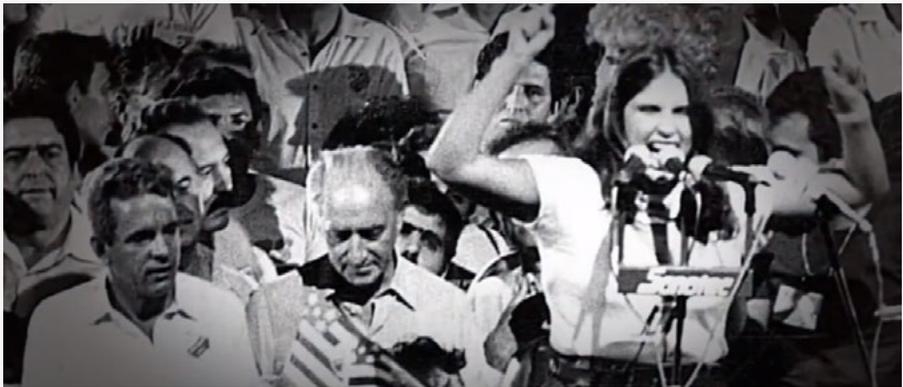
Doutel de Andrade (PDT)

Luís Inácio Lula da Silva (PT)

OUTRAS PERSONALIDADES:

Fafá de Belém (cantora), Ziraldo (cartunista), Carla Camurati (atriz), Christiane Torloni (atriz), Martinho da Vila (cantor), Lecy Brandão (cantora) e cerca de 50 parlamentares, com destaque para o chefe indígena e deputado federal Mário Juruna, que discursou.

Imagem 16: Íris Rezende, Franco Montoro e Fafá de Belém



**Fonte:** YouTube.

**EMENDA DANTE DE OLIVEIRA (EMENDA DAS *DIRETAS JÁ*)  
COMO VOTARAM OS DEPUTADOS FEDERAIS DE GOIÁS**

<b>PMDB</b>	
Aldo Arantes	SIM
Fernando Cunha	SIM
Genésio de Barros	SIM
Iram Saraiva	SIM
Irapuan Costa Júnior	SIM
Iturival Nascimento	SIM
João Divino	SIM
Joaquim Roriz	SIM
Juarez Bernardes	SIM
Paulo Borges	SIM
Tobias Alves	SIM
<b>PDS</b>	
Brásilio Caiado	NÃO
Íbsen de Castro	Ausente
Jaime Câmara	Ausente
Siqueira Campos	NÃO
Wolney Siqueira	Ausente

A votação ocorreu na Câmara dos Deputados em 25 de abril de 1984.



# *Nova República* (1985-2018)

## **FACÇÕES DO PMDB E AS ELEIÇÕES DE 1985 E 1986**

Após a vitória eleitoral de 1982, o PMDB tornou-se hegemônico na política goiana e aconteceu o que é comum de acontecer em grupos hegemônicos: uma guerra interna de facções. Os três grupos principais eram o do governador Íris Rezende, o do senador Henrique Santillo e o do senador Mauro Borges. O grupo do governador era o mais poderoso. Íris havia alcançado a maior vitória do partido em Goiás e, por isso, sua base de apoio se sentia pronta para presidir o diretório estadual do PMDB. Considerava que assumir esta posição era um direito legítimo do grupo. Os críticos diziam que Íris e os iristas, após chegarem ao governo, haviam assumido uma postura exclusivista e até autoritária em certas situações.

O grupo do senador Mauro Borges se considerava um grupo histórico, ligado à mobilização democrática de 1961 e ao governo modernizador do próprio Mauro Borges. Exigia respeito a essas referências históricas, mas os seus adversários diziam que, para a nova realidade do país e de Goiás, eram necessários novos líderes e novas atitudes. Já o grupo de Henrique Santillo se considerava o mais intelectualizado do partido e, portanto, o mais preparado para lidar com os problemas da sociedade goiana. Santillo foi presidente da Fundação Pedroso Horta, a entidade de estudos políticos do PMDB, que atualmente se chama Fundação Ulysses Guimarães. As outras facções diziam que os santillistas eram um grupo de teóricos, com pouca habilidade prática para o exercício real da política e para a formação de bases de apoio amplas.

Na eleição para prefeito de Goiânia em 1985, o candidato do PMDB, Daniel Antônio de Oliveira, era do grupo de Íris Rezende e recebeu dele um apoio ostensivo. Era a oportunidade de alcançar outra vitória eleitoral importante e reafirmar a supremacia do grupo. Daniel Antônio venceu a disputa, mas o resultado final foi muito mais apertado do que se previa.<sup>1</sup> Darcy Accorsi, o candidato do PT, chegou a se considerar quase eleito durante a apuração dos votos, mas ficou em segundo lugar. Para Henrique Santillo e Mauro Borges, aquele resultado deixava claro que o governador, embora dominasse o PMDB,

---

1 Daniel Antônio de Oliveira: 109.646 votos. Darcy Accorsi: 97.797 votos.

precisava da colaboração dos outros líderes. Portanto, devia preservar os acordos de convivência interna. Um desses acordos era o que previa a candidatura de Henrique Santillo na eleição de 1986 para o governo do Estado.

Íris Rezende submeteu-se ao acordo e aceitou a candidatura de Henrique Santillo, mas sem entusiasmo. Mauro Borges, também disposto a ser candidato, retirou-se do PMDB em 1984, envolveu-se na refundação do Partido Democrático Cristão (PDC)<sup>2</sup> e se tornou o presidente nacional do novo partido em 1985. Sua candidatura, desse modo, estava garantida. Assim definiu-se a principal disputa da eleição: Santillo contra Mauro, ou seja, um candidato do PMDB contra um candidato recém-saído do PMDB.

A candidatura de Mauro Borges atraiu diferentes partidos para a sua coligação eleitoral. Eram partidos posicionados à esquerda (PDT e PSB), à direita (PDS e PFL) e ao centro (PTB). A coligação ganhou o nome de Movimento Democrático Goiano. Apesar de chamar-se de “democrático”, recebeu o apoio de dois ex-governadores do Regime Militar: Ary Valadão e Otávio Lage. Henrique Santillo também tinha um ex-governador do período ditatorial ao seu lado. Era Irapuan Costa Júnior, que se candidatou a senador.

O PT lançou a candidatura de Darci Accorsi. O resultado da eleição em Goiânia no ano anterior animou o partido, que queria continuar divulgando o seu nome e as suas ideias. Mas os petistas entraram na disputa sem qualquer outro partido coligado. O PCB lançou a candidatura de Paulo Arruda Vilar, que deve ser considerada uma candidatura histórica. Pela Primeira vez, havia um comunista na disputa pelo governo do Estado de Goiás. O PC do B, por outro lado, decidiu continuar com a sua política de alianças e apoiou Henrique Santillo.

O resultado da eleição confirmou a supremacia do PMDB. Henrique Santillo foi eleito governador e também foram vitoriosos os dois candidatos do partido ao Senado (Iram Saraiva e Irapuan Costa Júnior). A grande maioria dos deputados federais e estaduais era do PMDB. Mauro Borges viu a sua influência política ser diminuída. Foi eleito deputado federal quatro anos depois (com baixa votação<sup>3</sup>) e depois encerrou sua carreira política. O PT teve votação reduzida em 1986 e percebeu que era relevante em Goiânia, mas não nos municípios do interior. Os candidatos do PCB e do Partido Humanista (PH) sequer chegaram a 1% dos votos.

---

2 O primeiro PDC existiu de 1945 a 1965.

3 Mauro Borges teve 22.988 votos em 1990. Foi 14º colocado entre os 17 deputados federais eleitos em Goiás.

## ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1987: UDR E ESTADO DO TOCANTINS

De fevereiro de 1987 a outubro de 1988 reuniu-se mais uma Assembleia Nacional Constituinte. Havia muitas divergências entre os parlamentares, mas dois consensos podiam ser percebidos: a plena restauração do regime democrático e a garantia de direitos trabalhistas e assistência social, com as melhorias possíveis. Goiás se fez representar por uma bancada de 17 deputados e três senadores, mas nenhum destes parlamentares ganhou tanta atenção na Assembleia quanto outro goiano, médico nascido em Anápolis e com um discurso cheio de convicção. Esse protagonista maior era o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, que teve a sua imagem exposta nos grandes jornais e revistas do país e desde 1986 era conhecido nacionalmente como o grande opositor da reforma agrária que estava sendo planejada em Brasília.

O debate sobre a reforma agrária se tornou um dos mais acirrados na Assembleia e Caiado se pôs em defesa dos proprietários rurais. Queria que a nova Constituição lhes garantisse a posse sobre suas áreas produtivas e considerava duvidoso o conceito de função social da propriedade da terra. Ronaldo Caiado criticou duramente o presidente José Sarney, falou aos parlamentares em defesa do setor agrário e liderou protestos de fazendeiros. Consolidou sua posição de líder dos ruralistas e passou a ser visto com admiração e respeito por políticos e partidos de direita.

Um deputado do Rio de Janeiro chegou a ceder uma sala do seu gabinete a Caiado para que pudesse se reunir com os militantes da UDR. Esses militantes percorriam os corredores do Congresso Nacional e faziam pressão sobre os deputados e senadores. Ronaldo Caiado era quase um líder parlamentar sem mandato e interferia até em acordos que tratavam de temas relacionados à reforma agrária, como noticiavam os jornais. Caiado e a UDR, afinal, conseguiram o que queriam. A Constituição promulgada em 1988 estabeleceu que terras produtivas não podiam ser incluídas em programas de reforma agrária. Seu êxito havia ganhado tanto destaque que naquele mesmo ano de 1988 já se cogitava uma candidatura sua à presidência da República.

A cogitação virou projeto real. No ano de 1989, Caiado se candidatou a presidente pelo PSD (Partido Social Democrático). Nos debates televisionados, era um dos participantes mais incisivos e se destacou pelas críticas ao candidato do PT. Ganhou visibilidade, mas não cresceu nas pesquisas. Os cinco primeiros colocados no primeiro turno concentraram mais de 80% dos votos. As outras 17 candidaturas, em sua maioria, não chegaram a 1%. Ronaldo Caiado atingiu 0,7% e ficou apenas em décimo lugar. O seu nome, porém, havia se tornado uma referência. Em 1990, foi o candidato a deputado federal mais votado de Goiás.

O outro parlamentar da bancada de Goiás que alcançou um grande êxito foi Siqueira Campos, do PDC. Seu objetivo declarado era transformar o norte goiano em um novo Estado do país. Não ganhou tanta visibilidade quanto Caiado, mas também conseguiu o que queria.

O separatismo do norte goiano, após ser reprimido na época da independência do Brasil, se retraiu por várias décadas. Hibernou até o fim do período imperial. No início do século XX, despertou novamente e passou a se manifestar, com ânimo crescente, nas décadas seguintes. As iniciativas mais conhecidas dos nortistas foram estas:

**Início da década de 1910:** O jornalista Abílio Nunes da Silva se destacou ao fazer a defesa da criação do Estado do Tocantins. Seus textos eram publicados no jornal *O Norte de Goiás*.

**1948:** Fundação de um comitê em defesa da criação do Território Federal do Tocantins, à semelhança de outros Territórios Federais existentes no país.

**1956:** Fundação do Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins, liderado pelo juiz Feliciano Machado Braga.

**1958:** Fundação da Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG), que se declarava separatista e foi muito ativa na década de 1960, até ser fechada por determinação do Regime Militar.

**1981:** Em Brasília, foi fundada a Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano (CONORTE), que se declarava separatista.

Em 1985, a mobilização em defesa do Tocantins já tinha seus representantes no Congresso Nacional. Dois projetos de lei que tratavam da criação do novo Estado foram aprovados naquele ano. O presidente José Sarney, porém, considerou que seriam necessários gastos enormes para estruturar uma nova administração estadual e decidiu vetar as proposições aprovadas. Disse ainda que o assunto poderia ser discutido com mais propriedade na Assembleia Nacional Constituinte. A insatisfação com os dois vetos foi tamanha que o deputado federal Siqueira Campos iniciou uma greve de fome nas dependências do próprio Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, o deputado estadual Totó Cavalcante iniciava outra greve de fome em Goiânia. As duas greves duraram menos de uma semana.

Quando a Assembleia Nacional Constituinte teve início, em 1987, os parlamentares goianos já tinham certeza da criação do novo Estado. Os nortistas

estavam extremamente animados, enquanto os sulistas não demonstravam interesse em se colocar contra a proposta. Até o governador Henrique Santillo já havia reconhecido que cidades como Araguaína, Porto Nacional, Gurupi e Tocantinópolis se relacionavam muito mais entre si do que com Goiânia, formando uma sociedade à parte. Muitos anos de contato precário com o sul goiano consolidaram essa outra sociedade e tentar mantê-la à força submetida ao governo de Goiás poderia provocar rivalidades e conflitos indesejados.

A criação do Estado do Tocantins foi inserida na parte final da Constituição, denominada Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias. Essa parte final passou por uma votação decisiva no dia 2 de junho de 1988. O senador Mauro Borges pediu a palavra e discursou. Declarou-se contra a separação do norte de Goiás e transpareceu tristeza, mas disse que estaria pronto para trabalhar em prol do desenvolvimento do novo Estado. Foi um último adeus goiano aos nortistas. Os parlamentares aprovaram a emenda 2.045, onde estava prevista a criação do Estado do Tocantins, entre outras determinações constitucionais. Siqueira Campos, sob forte emoção, foi ao microfone logo depois da proclamação do resultado e declarou: “Sr. Presidente, graças a Deus e à Assembleia Nacional Constituinte, o Estado do Tocantins está criado” (Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 02.06.1988, p. 10.942). Em votações posteriores, ainda houve algumas mudanças. A realização de um plebiscito para consultar a população, por exemplo, foi excluída da Constituição.

Siqueira Campos foi o primeiro governador eleito do Estado do Tocantins. Tomou posse no primeiro dia de 1989, mais de 167 anos depois de Teotônio Segurado proclamar a criação da província da Palma.

Promulgada a Constituição em 5 de outubro de 1988, o Estado de Goiás, mais uma vez, reuniu uma Assembleia Constituinte para elaborar a sua própria Constituição estadual. As ideias principais eram semelhantes às de 1947 e foram expressas no texto final: democracia, liberdade, justiça, desenvolvimento econômico, direitos humanos, assistência social e busca do bem comum. Mas também havia novidades. Questões relativas ao meio ambiente e ao turismo, por exemplo, foram abordadas pela primeira vez. Com relação à capacidade de intervenção do Estado, foi possível perceber que os parlamentares, em vez de darem ainda mais poder ao aparato estatal para promover e induzir desenvolvimento, procuraram “definir e limitar a ação do Estado em seu papel de construir uma sociedade livre, justa e pluralista” (Preâmbulo da Constituição de Goiás de 1989). Limitar a ação estatal era uma tendência da época.

A nova Constituição do Estado de Goiás foi promulgada em 5 de outubro de 1989. Exatamente um ano depois de promulgada a Constituição Federal.

## ERA ÍRIS REZENDE (1982-1998)

Henrique Santillo, como governador de Goiás, enfrentou uma série de problemas em quatro anos de mandato. Precisou lidar com hiperinflação, morosidade burocrática nos órgãos do governo, problemas de gestão nos bancos estatais goianos, insatisfação dos servidores públicos e, em especial, a grande tragédia que marcou a história de Goiânia: o acidente radioativo do césio-137. Por outro lado, se destacou positivamente ao reorganizar o sistema estadual de saúde.<sup>4</sup> Entre prós e contras, foi um governo que se tornou alvo fácil de críticas. Enquanto isso, Íris Rezende ganhava força como ministro do presidente José Sarney e se tornava ainda mais influente no interior do seu partido. O governo federal chegou a apoiar a sua indicação como candidato do PMDB a presidente da República, mas a convenção eleitoral do partido, em 30 de abril de 1989, indicou Ulysses Guimarães.

Ao chegar o ano de 1990, Íris Rezende se apresentou como candidato a governador novamente e passou a dar declarações públicas como se fosse um opositor, embora estivesse se referindo a um governo do seu próprio partido. A relação entre Íris e Santillo, assim, voltou a ser de rivalidade intensa e o PMDB foi à eleição daquele ano dividido. Ainda assim, os peemedebistas se mostraram muito mais poderosos, em termos eleitorais, do que os seus adversários. Íris Rezende recebeu mais de 50% dos votos válidos e venceu a eleição já no primeiro turno. O PMDB ainda venceu a eleição para o Senado e teve o maior número de deputados federais e estaduais eleitos. Era a terceira vitória seguida do PMDB. Os apoiadores do governador Santillo, porém, faziam questão de dizer que não era a terceira vitória seguida dos iristas. E mudaram de partido, juntos com o próprio Santillo, no ano seguinte. Foram para o PST.

Em 1994, o PMDB alcançou uma nova vitória em eleição para o governo estadual. Dessa vez, com Maguito Vilela, vice-governador e aliado próximo de Íris Rezende. A quarta vitória seguida do PMDB consagrou não só a hegemonia do partido, mas também a supremacia incontestável do seu líder maior, a ponto de se poder falar em uma Era Íris Rezende<sup>5</sup>, assim como já havia existido uma Era Pedro Ludovico Teixeira. Naquele mesmo processo eleitoral de 1994, Íris foi eleito senador da República.

A Era Íris Rezende, em seus doze anos, renovou práticas populistas e as adaptou à Nova República. O irismo buscava o meio-termo e combatia adversários

---

4 O principal reconhecimento pelo trabalho desenvolvido no sistema estadual de saúde pública veio em 1993, quando Henrique Santillo foi nomeado ministro da Saúde pelo presidente Itamar Franco.

5 Era Íris Rezende:  
a) primeira fase: 1982-1986 (1º governo de Íris Rezende).  
b) segunda fase: 1991-1998 (2º governo de Íris Rezende e governo de Maguito Vilela).

de um lado e de outro. À esquerda, se colocava contra os comunistas, contra os petistas e até contra Henrique Santillo, que havia sido um “autêntico” do MDB. À direita, se colocava contra Ronaldo Caiado e os partidos formados a partir do PDS. Com adversários que pareciam lhe cercar em *front* duplo, Íris Rezende estava constantemente pronto para reagir aos ataques. Reagia com veemência (às vezes, até de modo rude) e buscava o apoio popular para sustentar o seu governo. A veemência dava a Íris um aspecto autoritário. A busca pelo apoio popular lhe dava um aspecto demagógico.

Como bom populista, Íris Rezende era um negociador permanente e seu grupo conseguia atrair diversos segmentos políticos e sociais para a sua base de apoio. De empresários a servidores públicos, de estudantes a líderes de movimentos comunitários. Um caso de 1990 pode ser citado como exemplo. O PT, na eleição daquele ano, era uma opção óbvia de aliança para qualquer partido comunista, mas os iristas conseguiram atrair o PCB para a sua coligação.

Em 1998, Íris Rezende anunciou pela terceira vez que seria candidato a governador. Maguito Vilela podia se candidatar a reeleição<sup>6</sup>, mas respeitou a pretensão do seu líder e o apoiou. A vitória do PMDB e a continuidade da Era Íris Rezende pareciam certas. Mas é por detrás dessas certezas, um tanto arrogantes, que se escondem algumas das maiores surpresas.

### **GOIÂNIA: DUAS DERROTAS DO IRISMO (1992 E 1996)**

Goiânia foi um caso especial na época da hegemonia irista. Tornou-se uma cidade cada vez mais crítica e inclinada a se posicionar contra o populismo de Íris Rezende. O PT, aproveitando-se desta situação, conseguiu atrair mais eleitores e ganhou força nas eleições da capital. Os candidatos petistas foram derrotados por pequena diferença de votos em 1985 e em 1988. Nas duas eleições seguintes (1992 e 1996), aconteceu o que parecia já estar se anunciando: os candidatos do PMDB, apesar do apoio do governo estadual, foram derrotados.

Em 1992, o PT lançou a candidatura de Darci Accorsi. O candidato do PMDB foi Sandro Mabel. A eleição foi decidida no segundo turno, com vitória de Darci Accorsi, que recebeu 54,6% dos votos válidos. Em 1996, o candidato do PT foi Valdi Camércio e o PSDB lançou a candidatura do ex-prefeito Nion Albernaz, com o apoio de Henrique Santillo. O candidato do PMDB foi Luiz Bittencourt. No segundo turno, Albernaz venceu Bittencourt com 55,7% dos votos válidos. Foram duas vitórias simbólicas e emocionantes:

---

6 Em 1997, uma emenda constitucional instituiu a possibilidade de uma reeleição para ocupantes de cargos do Poder Executivo no Brasil.

1992 - Darci Accorsi podia se sentir vingado da derrota sofrida na eleição de 1985, que os petistas diziam ter sido fraudada. O choro de indignação fotografado pela imprensa em 1985 se transformou, sete anos depois, em riso de vitória.

1996 - Nion Albernaz, ex-irista e prefeito de Goiânia de 1988 a 1992, havia saído do PMDB carregando mágoas pesadas: “[...] foi massacrado tão logo deixou a prefeitura, em 1992, e não suportou as pressões do grupo irista” (Jaime, 2018, p. 359). Em 1996, pelo PSDB, derrotou os mesmos iristas que o haviam tratado como inimigo. Henrique Santillo, que presidia o PSDB, podia sentir a mesma satisfação e dizer que aquela vitória, em parte, era dele também.

Para Íris Rezende, as derrotas em Goiânia eram um problema grave. Além de ter iniciado sua carreira política naquela cidade, seu estilo populista o levava a manter uma relação direta e afetiva com a multidão urbana, como era evidente em dia de mutirão, a atividade-símbolo do seu governo. Ser derrotado na capital indicava uma quebra nesta relação afetiva. Era algo que repercutia muito mal entre os iristas.

Apesar da derrota de Valdi Camárcio em 1996, o PT foi o partido de oposição ao governo estadual que mais cresceu em Goiânia na década de 1990. Manteve o seu eleitorado costumeiro (com muitos professores, estudantes, servidores públicos, sindicalistas, artistas) e atraiu um eleitorado novo, já convencido de que os petistas não eram comunistas, mas apenas social-democratas de discurso e atitudes radicais. No ano 2000, o partido voltou a vencer. Pedro Wilson Guimarães foi o segundo candidato do PT a ser eleito prefeito de Goiânia.

## **A SURPREENDENTE VITÓRIA DE MARCONI PERILLO EM 1998**

Em 1998, a perspectiva do PMDB e dos iristas era a de alcançar mais uma vitória eleitoral e manter o governo estadual sob o seu mando. Seria a continuidade da Era Íris Rezende. Na oposição, por outro lado, houve um movimento de aproximação e congregação de diversos grupos. Esse esforço para montar uma aliança de peso teve o prefeito Nion Albernaz, de Goiânia, como um dos incentivadores mais ativos. Três grandes partidos políticos se aliaram: PPB, PFL e PSDB.<sup>7</sup> Também se juntaram à aliança quatro ex-governadores do Estado: Mauro Borges, Otávio Lage, Irapuan Costa Júnior e Ary Valadão. Dois desses ex-governadores haviam sido rivais ferrenhos (Irapuan e Ary). Ao atrair ambos,

---

7 O Partido Progressista Brasileiro (PPB) era um partido sucessor do PDS. O Partido da Frente Liberal (PFL) era o partido de Ronaldo Caiado. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) tinha Henrique Santillo como presidente.

a aliança se mostrou notavelmente ampla. Ainda havia os partidos de esquerda, também adversários de Íris Rezende, mas que estavam decididos a lançar uma candidatura à parte liderada pelo PT.

A aliança oposicionista era ampla, mas não abalava a confiança dos militantes do PMDB. As pesquisas de opinião pública apresentavam resultados encorajadores para os iristas. O governador Maguito Vilela contava com elevada aprovação popular e declarava seu apoio à candidatura de Íris Rezende, que tinha alto índice de aceitação. Foram esses resultados das pesquisas que provocaram o recuo da candidatura de Roberto Balestra:

[...] Marconi Perillo conta que ele e Jalles Fontoura foram procurados por Nion Albernaz, que lhes pediu que abrissem mão da candidatura em favor de Roberto Balestra. Assim foi feito. Após algumas semanas de campanha, no entanto, diante de resultado desfavorável nas pesquisas, Roberto Balestra desistiu (Jaime, 2018, p. 420).

Ficou definido, então, que o candidato da aliança oposicionista seria o deputado federal Marconi Perillo, filiado ao PSDB. Era um santillista. Como deputado estadual, já havia se colocado em oposição ao governo de Íris Rezende no período de 1991 a 1994. Tinha 35 anos em 1998. Representava juventude e renovação. Ganhou o apelido de “moço da camisa azul” e o uso da palavra “moço” tinha bastante simbolismo. A ideia era apresentar a candidatura de Íris Rezende como expressão de um grupo político velho, arcaico e precisava ser superado.

Marconi Perillo também precisou lidar com índices que poderiam desanimar os seus apoiadores. As primeiras pesquisas eleitorais o mostravam com apenas 8% de intenções de votos, enquanto Íris Rezende tinha 70%. Sem se intimidar, Perillo continuou engajado em sua campanha eleitoral. Acentuou o debate sobre o velho e o novo na política de Goiás e sobre a necessidade de mudança. O nome escolhido para a sua coligação foi “certeza de um tempo novo”. Dessa frase, surgiu a expressão “tempo novo”, que passou a designar a sua candidatura e a sua base de apoio. Os apoiadores do “tempo novo” não perdiam a chance de dizer que estavam em oposição ao tempo velho, representado pelo PMDB.<sup>8</sup>

Na propaganda eleitoral da TV, o comediante Pedro Bismarck<sup>9</sup> se destacou muito ao fazer chacota com os iristas e desgastar a imagem do PMDB. Íris Rezende tinha, em seu mandato de senador, seu próprio irmão como suplente. Além disso,

---

8 Era uma época difícil para o PMDB, que havia perdido o prestígio do tempo de oposição ao Regime Militar. No início da década de 1990, passou a ser tratado explicitamente como um partido fisiológico e interessado apenas em cargos e verbas.

9 Pedro Bismarck havia contracenado com Chico Anysio na Rede Globo de Televisão e se tornado famoso nacionalmente com um personagem chamado “Nerso da Capetinga”.

indicou sua esposa como suplente na candidatura de Maguito Vilela ao Senado. Ficou fácil para Pedro Bismarck fazer graça dessas indicações familiares, que revelavam um comportamento político arcaico e ainda de aspecto oligárquico.

A candidatura de Marconi Perillo cresceu, a de Íris Rezende não conseguiu reagir e deu-se a virada que surpreendeu a todos.

Tudo indica que houve uma espécie de curto-circuito e que o inconsciente coletivo dos eleitores, se se pode dizer assim, começou a conectar-se ao tucano [Marconi Perillo] que falava em mudança e, até por ser jovem, a simbolizava. De algum modo, os eleitores desconectaram-se do favorito e deixaram de prestar atenção no que dizia, entendendo que era mais do mesmo (Jaime, 2018, p. 422).

Marconi Perillo ficou à frente no primeiro turno, mas com vantagem curta. Chegou a 48,5% dos votos válidos contra 46,9% de seu oponente. Precisaria derrotá-lo novamente no segundo turno e foi à busca de novos apoios. Pediu maior engajamento da direção nacional do seu próprio partido, que desde o início da campanha eleitoral considerava inevitável a sua derrota. O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, era o nome mais graduado do PSDB e não queria apoiar Perillo explicitamente. Precisava evitar atritos com o PMDB, que era um partido importante para a sustentação política do governo federal. Apesar dessa cautela do presidente, os ministros da Saúde e da Educação atenderam ao pedido de Perillo e lhe manifestaram apoio publicamente. Além disso, Marconi Perillo podia se apresentar como candidato de um partido que havia idealizado o Plano Real, cujo sucesso no combate à inflação era inegável. Vincular-se ao Plano Real, naquele ano, era muito importante para vários candidatos. Íris Rezende quis fazer o mesmo e apresentou imagens suas ao lado do presidente Fernando Henrique Cardoso no programa eleitoral da TV. Marconi Perillo recorreu à Justiça Eleitoral. Alegou que o candidato do PMDB não podia se beneficiar das imagens de um membro do PSDB em sua propaganda televisiva. A decisão judicial lhe foi favorável (Folha de São Paulo, 25.10.1998, p. 10-Eleições).

Perillo também se acertou com os partidos de esquerda (PT, PC do B, PDT e PSB). O apoio desses partidos reforçou a impressão de que os iristas eram de direita e os santillistas eram de centro-esquerda. O irismo foi qualificado de demagógico, clientelista e conservador. O santillismo foi tratado como a social-democracia adaptada à realidade política de Goiás. Essas caracterizações foram muito benéficas para Marconi Perillo. Sua candidatura parecia ser a mais progressista e democrática daquela disputa.

Em 25 de outubro de 1998, o eleitorado goiano foi às urnas mais uma vez e decidiu, em sua maioria, encerrar a Era Íris Rezende. Marconi Perillo foi eleito com 53,2% dos votos válidos. Toda a oposição ao irismo festejou: Henrique

Santillo, Mauro Borges, Nion Albernaz, Alcides Rodrigues (líder do PPB em Santa Helena de Goiás e vice-governador eleito junto com Marconi Perillo), Roberto Balestra, Ronaldo Caiado, Otávio Lage, Irapuan Costa Júnior, Ary Valadão, os partidos de esquerda e tantos outros.

### **HISTÓRIA RECENTE: A ERA MARCONI PERILLO (1999-2018)**

Marconi Perillo não só encerrou a Era Íris Rezende, como também deu início à sua própria era. Depois de ser eleito governador em 1998, foi reeleito em 2002, “fez o sucessor” em 2006, voltou a ser eleito em 2010 e foi reeleito pela segunda vez em 2014. Cinco vitórias marconistas seguidas. Dessas cinco, foram três em disputas diretas de Perillo contra Íris (1998, 2010 e 2014). Foram as de maior peso simbólico. Nas eleições senatoriais, outras vitórias. Em 2002, foram eleitos para o Senado os dois candidatos que tinham o apoio de Marconi Perillo: Demóstenes Torres e Lúcia Vânia (a primeira mulher da história de Goiás a assumir uma vaga no Senado). Em 2006, o próprio Marconi Perillo foi o único senador eleito de Goiás. Em 2010, foram reeleitos os dois senadores marconistas que haviam sido eleitos oito anos antes. A primeira derrota do marconismo em eleições senatoriais se deu no ano de 2014, com a vitória de Ronaldo Caiado, cuja coligação partidária apoiava a candidatura de Íris Rezende para governador do Estado.

As vitórias em sequência reforçavam a supremacia de Marconi Perillo e o colocavam em ótimas condições para dialogar com a maioria dos deputados federais e estaduais. Assim, ficava um tanto facilitada a formação de suas bases de apoio parlamentar. O marconismo conseguia preservar a maioria dos seus apoiadores e atrair novos aliados, mas também houve dissidências e uma delas deve ser destacada.

Durante o governo de Alcides Rodrigues (2007-2010), surgiu um conflito palaciano entre os marconistas e um outro grupo, que fazia críticas à administração anterior. Jorcelino Braga, o secretário da Fazenda, era o líder principal deste segundo grupo. Suas acusações ao ex-governador Perillo eram duras. Braga chegou a dizer que o governador Alcides precisou lidar com um déficit de 100 milhões de reais deixado pelo governo anterior. Além disso, estava evidente que os marconistas, mesmo ocupando cargos no governo, eram leais apenas ao ex-governador e não reconheciam plenamente a autoridade de Alcides Rodrigues<sup>10</sup>.

Conhecido por seu jeito manso e pacato de falar, o governador Alcides não dava declarações polêmicas e não se envolvia publicamente nessa campanha anti-marconista de Jorcelino Braga, mas permitia que ele seguisse adiante. Braga

---

10 “As dificuldades se deram também por questões que envolviam a Companhia Energética de Goiás (CELG), cujas negociações para salvação da empresa teriam sido barradas por Perillo, conforme alegação de Alcides Rodrigues” (Jaime, 2018, p. 461).

ganhou força e ficou conhecido como o “super-secretário”. A rivalidade entre os dois grupos se manteve até o fim do governo e na eleição de 2010 o Partido Progressista (PP), que era o partido de Alcides Rodrigues, não apoiou nem a candidatura de Marconi Perillo, nem a de Íris Rezende. Optou por Vanderlan Cardoso, do Partido da República (PR). Apesar de ter montado uma coligação de nove partidos políticos para lhe apoiar na disputa, Vanderlan ficou em terceiro lugar no primeiro turno, com apenas 16,6% dos votos. Marconi Perillo, depois de eleito, atraiu o PP de volta à sua base de apoio e lhe deu o mesmo tratamento atencioso que dava antes da dissidência de Alcides Rodrigues e Jorcelino Braga.<sup>11</sup>

O PT apoiou Marconi Perillo no segundo turno da eleição de 1998, mas essa proximidade durou pouco tempo. Assim como haviam rejeitado Henrique Santillo em 1980, os petistas rapidamente rejeitaram o governador Perillo, também santillista. Essa rejeição era reforçada pelo fato de Marconi Perillo ser um membro do PSDB, que era o principal adversário do PT nas disputas políticas nacionais do fim da década de 1990.

Os petistas diziam que o governo de Marconi Perillo se sustentava em ideias de expansão capitalista, contava com o apoio de grupos elitistas e não tinha preocupações com as necessidades das classes populares. Os marconistas reagiam dizendo que eram antipopulistas, não antipopulares. E argumentavam que desenvolvimento capitalista e políticas sociais podiam se combinar e se complementar. Quando foi anunciado, em 2014, que Goiás se tornou o Estado brasileiro com maior nota no IDEB do ensino médio, os marconistas enfatizaram a notícia. Para o governo, era uma demonstração inquestionável de que o seu foco não havia sido apenas o desenvolvimento econômico com viés capitalista, mas também as políticas sociais, ao contrário do que acusava a oposição.

Quanto mais o PT rejeitava o marconismo, mais os marconistas buscavam apoio nos partidos de direita. Foi um processo sem volta. Marconi Perillo passou a ser tratado como um governador de direita e anti-petista. Os outros partidos de esquerda (PDT e PSB, por exemplo) perceberam que o governo se inclinava à direita e adotaram alguma cautela. Dialogavam com o governador, negociavam e estabeleciam relações, mas eram relações bastante pragmáticas, um tanto vacilantes, fáceis de se desfazer. O PSB, por exemplo, preferia ficar fora das coligações eleitorais marconistas. Não apoiou Marconi Perillo em nenhuma de suas quatro vitórias como candidato a governador (1998, 2002, 2010 e 2014). Também não apoiou Alcides Rodrigues em 2006. O PDT fez quase o mesmo. Apenas em 2014 decidiu apoiar a candidatura de

---

11 Em 2014, ao se candidatar à reeleição, Marconi Perillo incumbiu o PP de indicar o seu candidato a vice-governador. O escolhido foi o advogado José Eliton Júnior. Alcides Rodrigues já havia saído do partido.

Marconi Perillo. O Partido Popular Socialista (PPS), sucessor do histórico PCB, foi o único partido de centro-esquerda que manteve relações mais firmes e duradouras com o governador Perillo.<sup>12</sup>

Em Goiânia, o PT impôs a primeira derrota relevante sofrida pelo marconismo. Pedro Wilson Guimarães, em 2000, venceu a eleição para prefeito da capital. Depois, houve outra Era Íris Rezende, dessa vez municipal.

Íris Rezende foi eleito prefeito de Goiânia em 2004 e reeleito em 2008. Em 2012, apoiou a candidatura de Paulo Garcia (do PT), que havia sido seu vice-prefeito. O petista venceu. Em 2016, Íris voltou a se candidatar e foi vencedor mais uma vez. Quatro vitórias seguidas do irismo. Duas delas (2008 e 2012) em aliança com os petistas. Era a continuação da dualidade iniciada em 1992: governo do Estado para um lado, prefeitura da capital para o outro. Marconi Perillo dominava a política estadual, mas os iristas haviam se reerguido em Goiânia e continuaram existindo como força política. A tradição goianiense de ser oposição ao governador foi mantida, mas não com governos municipais petistas, como muitos analistas achavam que aconteceria.

Em 2018, Marconi Perillo se candidatou ao Senado e apoiou a candidatura ao governo do seu vice-governador, José Eliton Júnior. Sofreu duas derrotas históricas. O revés de José Eliton não surpreendeu. As pesquisas eleitorais mostravam que Ronaldo Caiado seria o vencedor sem maiores dificuldades e foi o que aconteceu. Caiado teve quase 60% dos votos válidos e foi eleito já no primeiro turno. Surpreendente foi o que aconteceu na eleição para o Senado. Tão surpreendente quanto a derrota de Íris Rezende em 1998.

Faltando nove dias para a eleição, uma operação da Polícia Federal, denominada *Cash Delivery*, envolveu Marconi Perillo em uma investigação sobre pagamento de propinas. Um mandado de busca e apreensão foi cumprido na residência do próprio Perillo. O impacto sobre a sua candidatura foi imediato. Ele era um dos primeiros colocados nas pesquisas eleitorais. Caiu para quarto lugar. Nos dias seguintes, a notícia continuou repercutindo na imprensa e o ex-governador não conseguiu se recuperar. Ficou apenas em quinto lugar, com menos de 10% dos votos. Os eleitos foram Vanderlan Cardoso e Jorge Kajuru, dois críticos do marconismo. Assim chegou ao fim a Era Marconi Perillo: acossada por agentes da Polícia Federal, como se tornou comum nos anos de petrolão e operação Lava Jato.

---

12 O PPS era considerado um partido de centro-esquerda e de tradição socialista, mas que estava em processo de transformação após 2010. Atualmente, chama-se Cidadania e é considerado um partido de centro, que combina ideias da social-democracia e do social-liberalismo.

# Saiba Mais

## TRAJETÓRIA DE ÍRIS REZENDE: UM POLÍTICO DE NOVE VITÓRIAS ELEITORAIS

	1933: Nascimento
<b>Ascensão</b>	1959-1962 Vereador de Goiânia
	1963-1965 Deputado Estadual
	1966-1969 Prefeito de Goiânia (1ª vez)
	1969-1979 Direitos políticos cassados
<b>Era Íris Rezende Estadual</b>	1983-1986 Governador de Goiás (1ª vez).
	1986-1990 Ministro da Agricultura e ministro das Minas e Energia*
	1991-1994 Governador de Goiás (2ª vez)
	1995-2003 . Senador da República**
<b>Era Íris Rezende Municipal</b>	2005-2008 . Prefeito de Goiânia (2ª vez)
	2009-2010 . Prefeito de Goiânia (3ª vez)
	2017-2020 . Prefeito de Goiânia (4ª vez)
	2021: Falecimento

\* Em 1989, Íris Rezende foi um dos quatro nomes registrados na disputa interna do PMDB para definir o candidato do partido à Presidência da República. Íris era o postulante apoiado pelo governo federal, mas o escolhido pela convenção eleitoral foi Ulysses Guimarães.

\*\* Licenciou-se do mandato de senador para assumir o Ministério da Justiça de maio de 1997 a abril de 1998

Imagem 17: Íris Rezende



**Foto:** ALEGO (internet).

**A GREVE DE FOME DE SIQUEIRA CAMPOS CONTRA OS  
VETOS DE SARNEY EM 1985: CINCO DIAS DE PROTESTO E O  
ANÚNCIO DO “OBJETIVO ALCANÇADO”**

Imagem 18: Siqueira Campos



**Foto:** Jornal do Tocantins.

*“Suspendo a greve [de fome] porque meu objetivo foi alcançado: a direção do PDS me deu todo apoio para continuar a luta e o ministro Ronaldo Costa Couto telefonou-me para anunciar a criação da comissão que vai examinar a redefinição territorial do Brasil, dando prioridade ao estudo sobre o Estado do Tocantins”.*

Deputado Federal Siqueira Campos, 13.12.1985.

Imagem 19: Ronaldo Caiado, líder da União Democrática Ruralista (UDR), na capa da Revista *Veja* (18/06/1986)



Fonte: Revista *Veja* (internet).

## **A ATUAL CONSTITUIÇÃO DE GOIÁS (1989): OS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DO ESTADO**

*Sob a proteção de Deus e em nome do povo goiano, nós, Deputados Estaduais, investidos de Poder Constituinte, fiéis às tradições históricas e aos anseios de nosso povo, comprometidos com os ideais democráticos, respeitando os direitos fundamentais da pessoa humana, buscando definir e limitar a ação do Estado em seu papel de construir uma sociedade livre, justa e pluralista, aprovamos e promulgamos a presente Constituição do Estado de Goiás.*

*[...]*

*Art. 3º - São objetivos fundamentais do Estado de Goiás:*

*I - contribuir para uma sociedade livre, justa, produtiva e solidária;*

*II - promover o desenvolvimento econômico e social, erradicando a pobreza e a marginalização e reduzindo as desigualdades regionais e as diferenças de renda;*

*III - promover o bem comum, sem qualquer forma de discriminação quanto à origem, raça, sexo, cor, idade ou crença.*

*Parágrafo único - O Estado de Goiás buscará a integração econômica, política, social e cultural com o Distrito Federal e com os Estados integrantes do Centro-Oeste e da Amazônia.*

OBS.: Goiás teve seis Constituições ao longo de sua história (1891, 1935, 1945, 1947, 1967 e 1989).

**1.057.358 VOTOS:  
LÚCIA VÂNIA, A PRIMEIRA MULHER  
ELEITA SENADORA DE GOIÁS (2002)**

Imagem 20: Lúcia Vânia, a primeira mulher eleita Senadora de Goiás (2002)



**Fonte:** TV UFG (YouTube), 2010.

Lúcia Vânia continua sendo, até hoje, a única mulher a ter sido eleita senadora por Goiás. A vitória histórica de 2002 foi apertada. Estavam em disputa duas vagas para o Senado e Íris Rezende ficou em terceiro lugar, atrás de Lúcia Vânia, por diferença de apenas 0,21% dos votos válidos.

## **DISPUTA POLÍTICA ACIRRADA: A ALIANÇA DO PT COM ÍRIS REZENDE DECIDIDA POR UM VOTO EM 2008**

*PT decide apoiar reeleição de Íris Rezende, do PMDB, em Goiânia*

Agência Folha, 22/04/2008

O PT de Goiás vai apoiar o ex-adversário Íris Rezende (PMDB), candidato à reeleição na Prefeitura de Goiânia. Na convenção de delegados do partido, no sábado, a ala que apóia a aliança com o PMDB venceu o grupo favorável à candidatura própria por um voto: 116 a 115.

Rezende foi governador de Goiás (1983-86 e 1991-94), ministro da Agricultura (de Sarney) e da Justiça (de FHC). Em 2004, derrotou o então prefeito Pedro Wilson (PT). Wilson, deputado, defendia a candidatura própria.

Para o deputado federal Rubens Otoni, o apoio ao PMDB pode enfraquecer candidaturas petistas em outros municípios goianos. O vereador Djalma Araújo diz que o PT não tinha nomes fortes e que o apoio faz parte da estratégia nacional de aliança com o PMDB.

A decisão foi comemorada em um churrasco que teve a participação do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, de acordo com o vereador. Segundo o partido, Delúbio não participou da escolha.

O PT condicionou a aliança à indicação do vice na chapa do candidato do PMDB.

*Folha de São Paulo, 22.04.2008.*

# *Referências Bibliográficas*

ALENCASTRE, José Pereira Martins de. *Anais da província de Goiás* (1863). Goiânia: Sudeco / Governo de Goiás, 1979.

ARRAIS, Cristiano *et al.* *O século XVIII em Goiás: a construção da colônia*. Goiânia: Cânone Editorial, 2019.

BORGES, Pedro Célio Alves. O bipartidarismo autoritário. *In: Dalva Borges de Souza (org.). Goiás: sociedade e Estado*. Goiânia: Cânone Ed., 2009.

BRAGA, Pauliane de Carvalho. *Literatura, comunismo e campesinato: uma leitura de Bernardo Elis*. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

BRASIL, Americano do. *Pela História de Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 1980.

CARREIRO, Marcos Nunes Carreiro. Nem só por morte governaram os militares. *Jornal Opção*, 09/04/2014 (internet). Consultado em: 01 jun. 2023.

CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas (Goiás, 1749-1811)*. São Paulo: Nobel / Brasília: INL, 1983.

CUNHA, Mafalda Soares; NUNES, Antônio Castro. Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII. *Tempo* (Niterói, online) v. 22, n. 39, jan-abr 2016.

FERNANDES, Clever Luiz. *História da UDN nas eleições em Goiás (1945-1966)*. 2002. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

FERREIRA, Joaquim Carvalho. *Presidentes e governadores de Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1980.

FERREIRA, Lygia Portenha Borges. *A memória do PCB em Goiás: a experiência do jornal A Luta e a formação da cultura comunista em Goiás (1931-1945)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. No Segundo Império, deputados e mandarins em Goiás. *Revista do IHGG*, n. 20. Goiânia: Asa Editora, 2009.

HIGA, Carlos César. Brasília é a capital que encanta os brasileiros e mesmerizou estrangeiros, como Malraux e Huxley. *Jornal Opção*, 01/04/2023 (internet). Consultado em: 01 jun. 2023.

JAIME, Nilson. *Frederico Jayme Filho: 50 anos de vida pública*. Goiânia: Antígona Edições, 2018.

LEMES, Fernando Lobo. *A oeste do Império - Dinâmica da Câmara Municipal na última periferia colonial: um estudo das relações de poder nas minas e capitania de Goiás (1770-1804)*. 2005. 211 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

LEMES, Fernando Lobo. Governo colonial, distância e espera nas minas e capitania de Goiás. *Topoi*, v. 13, n. 25, jul-dez 2012.

LEMES, Fernando Lobo. Goiás na arquitetura geopolítica da América portuguesa. *Revista Tempo*, v. 19, n. 35, jul-dez 2013(a).

LEMES, Fernando Lobo. Areia nas engrenagens do governo colonial: conflitos e motins nas minas de Goiás – História e historiografia (1727-1739). *Locus: Revista de História*, v. 19, n. 1, 2013(b).

LEMES, Fernando Lobo; BONOME, José Roberto. Frágeis poderes: governadores e oficiais municipais em Goiás na segunda metade do século XVIII. *História Revista*, Goiânia, v. 21, n. 1, 2016.

LEMKE, Maria. O governador louco e os pardos - subversão política em Goiás colonial. *XXV Simpósio Nacional de História*, ANPUH, Fortaleza, 2009.

LUÍS, Washington. *Capitania de São Paulo: governo de Rodrigo César de Menezes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *A Assembleia Constituinte Goiana de 1935 e o mudancismo condicionado*. 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, 2008.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. Domingos Vellasco: herdeiro de Bulhões na política e antagonista de Prestes na esquerda. *Jornal Opção* (internet), 05/07/2020. Consultado em: 01 jun. 2023.

MOREYRA, Sérgio Paulo. O processo de independência em Goiás. In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822 Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

NAVES, Jales. *Otávio Lage: empreendedor, político, inovador*. Goiânia: Naves, 2014.

NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Senado Federal, 1973.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de; COSTA, Thalles Murilo Vaz. *Goiás +300: reflexão e ressignificação*. Vol. I – História. Goiânia: Edições Goiás +300, 2022.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant' Anna. *História de Goiás*. Goiânia: Ed. da UCG/Ed. Vieira, 2008.

PEREIRA, Alan Ricardo Duarte; MORAES, Cristina de Cássia Pereira. Nas teias da administração colonial: os governadores da capitania de Goiás (1749-1822). *Politeia – História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 19, n. 1, jan.-jun. 2020.

PINHEIRO, Antônio César Caldas. *Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção de tradições*. 2003. 164 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

POLONIAL, Juscelino. *Terra do Anhanguera: História de Goiás*. Goiânia: Kelps/Leart Ed., 2006.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. Anhanguera: mito fundador de Goiás. *Revista Temporis[ação]*, UEG, v. 9, n. 1, 2008.

- QUADROS, Eduardo Gusmão de. O tempo do golpe e o golpe do tempo: um estudo de caso sobre Goiás. In: *Revista Eletrônica Trilhas da História*, v. 11, n. 22, p. 88-104, 2022.
- ROCHA JUNIOR, Deusdedit. O desgosto do governador e capitão-general de Goiás João Manuel de Melo. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 3 n. 5, jun. 2011.
- ROSA, Ernesto. *Sertão da Farinha Podre*. Minas Gerais: Erosan, 2011.
- ROSA, Maria Luiza Araújo. *Dos Bulhões aos Caiado: um estudo da História Política de Goiás, 1899-1909*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1984.
- SAMPAIO, Luiz Augusto Paranhos. *Legislação sobre Goiás no Reino e Império*. Goiânia: Contato Comunicação, 2011 (2 vols.).
- SAMPAIO, Luiz Augusto Paranhos. Alfredo Nasser, o paladino das liberdades públicas. *Diário da Manhã*, 23/07/2016 (internet). Consultado em: 01 jun. 2023.
- SANTA CRUZ, Fábio. *Província imensa e distante: Goiás de 1821 a 1889*. Jundiá: Paco Editorial, 2019.
- SANTOS, Danielle Silva Moreira dos. *Construindo o lar e conquistando a rua: discursos e práticas “femininas” no jornal “O Lar” (1926-1932) escrito por mulheres em Goiás*. 2018. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.
- SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2005.
- SILVA, Camila de Jesus. *A experiência das esquerdas que lutaram contra a ditadura militar em Goiás (1960-1972)*. Goiânia: Programa de Pós-Graduação em História da UFG, 2022.
- SILVA, Marcelo Gonçalves Oliveira e. Os índios e a colonização de Goiás. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*. Rio de Janeiro, 2014.
- SILVA, Martiniano José da. *Quilombos do Brasil Central: séculos XVIII e XIX (1719-1888)*. Introdução ao estudo da escravidão. 1998. 464 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências e Letras - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998.

SOUZA, Dalva Borges de (org.). *Goiás: sociedade e Estado*. Goiânia: Cànone Editorial, 2009.

STUMPF, Roberta. O ideal de bom governo e os instrumentos de controle do oficialato português. Goiás, segunda metade do século XVIII. *Open Edition Books* (online).

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. A última entrevista de Pedro Ludovico Teixeira. *Revista UFG*, ano XI, n. 6, jun. 2009.

VIEIRA, Martha Victor. Disputas políticas e crise de autoridade em Goiás: a adesão das elites dirigentes goianas à independência do Brasil (1821-1822). *Revista Crítica Histórica: UFAL*, v. 4, n. 8, 2013.

ZIMBARG, Luís Alberto. *O cidadão armado: comunismo e tenentismo (1927-1945)*. 2001. 368 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2001.

# *Fontes de Pesquisa*

Bula papal *Candor Lucis Aeternae* (Bento XIV, 6 de dezembro de 1745).

Constituições do Brasil: 1824 - 1891 - 1934 - 1937 - 1946 - 1967 - 1988

Constituições do Estado de Goiás: 1891 - 1935 - 1945 - 1947 - 1967 - 1989

Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Congresso Nacional, 1987-1988.

Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino. Disponíveis em: <https://resgate.bn.br>

Relatórios dos presidentes da província de Goiás. Disponíveis em: [www.crl.edu/brazil/provincial](http://www.crl.edu/brazil/provincial)

*Manifesto à Nação* (1961). Frente Parlamentar Mudancista. Diário do Congresso Nacional, 29/08/1961, p. 174.

Tratado de Limites das Conquistas, entre El-Rei o Senhor Dom João V e Dom Fernando VI Rei de Espanha (Tratado de Madri, 1750).

## **JORNAIS E REVISTAS:**

Folha de São Paulo (São Paulo)

Jornal de Notícias (Goiânia)

Jornal do Brasil (Rio de Janeiro)

O Estado de Goiás (Goiânia)

O Cruzeiro (Rio de Janeiro)

Voz do Povo (Cidade de Goiás)

Veja (São Paulo).

**SITES:**

[www2.camara.leg.br](http://www2.camara.leg.br) (Câmara dos Deputados)

[www12.senado.leg.br](http://www12.senado.leg.br) (Senado Federal)

[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/) (Presidência da República - Casa Civil)

<https://portal.al.go.leg.br/> (Assembleia Legislativa do Estado de Goiás)

<https://casacivil.go.gov.br/sobre-goias/legislacao-historica.html> (Secretaria de Estado da Casa Civil - Goiás - Legislação Histórica)



Todas as imagens deste livro foram extraídas da internet com fins ilustrativos, educativos e conforme os princípios jurídicos de fair use.

# *Sobre o autor*



## *Fábio Santiago Santa Cruz*

Possui graduação (1999), mestrado (2002) e doutorado (2008) em História pela Universidade de Brasília. Já lecionou em instituições privadas de ensino superior e na Universidade de Brasília. Atualmente é professor titular da Universidade Estadual de Goiás. Dedicar-se principalmente aos estudos de História do Brasil, com ênfase no período imperial.

## **SOBRE O LIVRO**

Formato: 16x22,5cm  
Tipologia: Times New Roman  
Papel de miolo: Couchê 90g  
Papel de capa: Couchê 300g  
Número de páginas: 188  
Tiragem: 250  
Impressão: Feeling Propaganda

**Todos os direitos reservados.**

Universidade Estadual de Goiás  
BR-153 – Quadra Área, Km 99 – 75.132-903 – Anápolis-GO  
[www.ueg.br](http://www.ueg.br) / Fone: (62) 3328-4866

2025  
Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*



*A história política goiana, de 1726 a 2018, é uma faceta interessante e reveladora da história política brasileira [...]. O objetivo aqui é atravessar oito fases (em oito capítulos) desta história política e observar, panoramicamente, alguns dos seus aspectos mais marcantes, propiciando um ponto de vista específico da obra humana que ergueu ao longo de 300 anos o atual Estado de Goiás e sua sociedade, cada vez mais complexa, diversa e rica em debates internos.*



ISBN 978-65-83606-07-5